



Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossungue - Curitiba - PR

CEP 81200 - 240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010



SUMÁRIO

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE	3
1 PERFIL ORGANIZACIONAL	5
1.1 Participação no mercado	5
1.2 Copel DIS em números	6
2 DESTAQUES	7
2.1 Modernização Tecnológica.....	7
2.2 Principais Certificações e Prêmios.....	7
3 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
3.1 Estrutura e Boas Práticas de Governança	8
3.2 Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa.....	11
3.3 Estratégia e Gestão.....	11
3.4 Referencial Estratégico.....	12
3.5 Partes Interessadas.....	13
4 DESEMPENHO OPERACIONAL	18
4.1 Cenários	18
4.2 Desempenho.....	21
4.3 Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I)	25
5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	27
5.1 Receita Operacional Líquida.....	27
5.2 Custos e Despesas Operacionais.....	28
5.3 EBITDA ou LAJIDA	29
5.4 Resultado Financeiro.....	29
5.5 Endividamento.....	30
Lucro Líquido.....	31
5.7 Valor Adicionado	31
5.8 Investimentos na Concessão	31
5.9 Inadimplência de Consumidores.....	32
5.10 Demonstrações Regulatórias e Conciliações.....	34
6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	40
6.1 Força de trabalho	40
6.2 Clientes e comunidade	44
6.3 Apoio a Políticas Públicas.....	46
6.4 Projetos e Programas Corporativos	47
6.5 Meio ambiente.....	51
7 BALANÇO SOCIAL	61
8 GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	65



COPEL

Copel Distribuição S.A.



MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

É com satisfação que apresento o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Copel Distribuição, subsidiária integral da Copel, para o exercício de 2010.

Com participação de 5,9% no mercado nacional de distribuição e 3,7 milhões de clientes, a subsidiária está presente em 392 dos 399 municípios paranaenses, atendendo a 1.111 localidades.

A Copel Distribuição investiu R\$ 676,3 milhões em 2010, exercício em que, com resultados demonstrados pela primeira vez pelos Padrões Internacionais de Contabilidade (IFRS), o lucro líquido atingiu a cifra de R\$ 524,5 milhões. A rentabilidade do patrimônio líquido foi de 18,8%, com LAJIDA de R\$ 542,3 milhões.

É interessante observar que, de junho de 2009 a junho de 2010, para consumidores adimplentes, os reajustes tarifários acabaram não sendo aplicados na data de sua homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, o que representou sensível impacto nos resultados. Essa medida não terá continuidade, pois os reajustes tarifários, homologados pela Agência Reguladora com base em critérios técnicos de remuneração, preveem serviço prestado com qualidade e confiabilidade, condição de que não se pode prescindir.

A Copel Distribuição nos próximos anos dará ênfase a investimentos destinados à melhoria de seus ativos, tendo a Controladora já sinalizado diretrizes de estímulo a avanços tecnológicos no setor elétrico, como, por exemplo, a adoção de redes inteligentes (smart grids).

Esforços serão direcionados no sentido de obtermos excelência operacional, com aumento da produtividade, otimização de custos, qualidade de serviços e melhoria da satisfação dos consumidores, paralelamente à expansão sustentável alinhada a objetivos de desenvolvimento do Estado do Paraná.

A Copel Distribuição, em sintonia com os preceitos da Controladora e orientada por boas práticas de governança corporativa, pretende reunir condições de cumprir plenamente seus desafios a partir de 2011, destinando expressivos investimentos para melhor atendimento aos consumidores e para contar com um sistema de distribuição de qualidade ampliada, com o que deverão ser reduzidas as interrupções não programadas.



Copel Distribuição S.A.



Ao Governador Beto Richa e aos órgãos societários da Copel, manifestamos nossos melhores agradecimentos por sua atitude de apoiadores que acreditam na atuação do grupo Copel e desejam prover o Paraná com desenvolvimento e qualidade.

Curitiba, 20 de abril de 2011

Pedro Augusto do Nascimento Neto

Diretor Presidente



COPEL

Copel Distribuição S.A.



1 PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição, Copel DIS ou Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado e subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender 3,7 milhões de consumidores de energia, em 1.111 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná, e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em razão da cisão da Copel Transmissão (Resolução Aneel nº 1.120/2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 kV e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

1.1 Participação no mercado

A Copel Distribuição tem participação em 5,9% do mercado brasileiro e 34,6% do mercado da Região Sul. No Paraná, sua participação é estimada em 96,8%.



Copel Distribuição S.A.



1.2 Copel DIS em números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2010	2009	variação % 2010-2009
Indicadores Contábeis			
Receita operacional ou vendas brutas	8.205.201	7.248.556	13,2
Deduções da receita	3.265.873	2.827.633	15,5
Receita operacional líquida ou vendas líquidas	4.939.328	4.420.923	11,7
Custos e despesas operacionais do serviço	4.577.731	4.316.069	6,1
Resultado das atividades	361.597	104.854	244,9
EBITDA ou LAJIDA	542.298	272.370	99,1
Resultado financeiro	378.910	65.940	474,6
IRPJ/CSLL	215.994	(17.272)	(1.350,5)
Lucro líquido	524.513	188.066	178,9
Patrimônio líquido	3.316.811	3.051.476	8,7
Juros sobre o capital próprio	109.863	186.331	(41,0)
Dividendos	56.102	-	-
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,3	7,7
Liquidez geral (índice)	1,6	1,7	(5,9)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	0,1	0,1	-
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	16,4	5,2	215,4
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	10,6	4,3	146,5
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	18,8	6,6	184,8

2 DESTAQUES

2.1 Modernização Tecnológica

Os esforços iniciados em anos anteriores no sentido de modernizar os sistemas da Companhia foram intensificados em 2010, através da Controladora, com o desenvolvimento de dois novos programas que entrarão em operação em 2011: o Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e o Sistema Gestão de Consumidores - CIS. Ambos serão poderosas ferramentas de gestão e controle de todos os processos administrativos, financeiros e comerciais, considerando todos os demais processos a eles relacionados, o que propiciará ganhos na otimização e agilidade de seus processos internos, garantindo assim, o atendimento à regulação do Setor Elétrico. A disponibilização de informações consistentes em tempo real, aliás, trará melhorias no atendimento aos clientes e aos negócios da Companhia.

2.2 Principais Certificações e Prêmios

Dentre as principais certificações e prêmios conquistados em 2010, pela Copel DIS, destacam-se:

Prêmio / Conquista / Certificação	Certificador
III Rodeio Nacional de Eletricistas - 2010 - Os melhores entre os melhores. A Companhia participou com 12 eletricistas, que competiram com 37 equipes de outras 25 concessionárias de energia elétrica, e conquistou o 1º e 2º lugar geral do Rodeio e três medalhas de 1º, 2º e 3º lugar nas tarefas em dupla	ABRADEE - Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica em novembro de 2010 na cidade de São Paulo - SP
Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação dos Clientes - 2010 - 2º lugar - Categoria Prata, o que equivale a ser reconhecida como a segunda melhor empresa prestadora de serviços de energia elétrica na América do Sul, na opinião dos consumidores de 58 empresas dos 14 países membros (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Jamaica, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela) Os troféus do Prêmio CIER são esculturas que representam o "sol" do artista Paraguaio Herman Guggiari	CIER - Comisión de Integración Energética Regional - América Latina
Empresa Cidadã - 2010 A Companhia recebeu este certificado pelas informações apresentadas em seu Relatório Social - ano base 2009	Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro, Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e Federação do Comércio do Rio de Janeiro



Copel Distribuição S.A.



3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, busca constantemente aprimorar a aplicação de boas práticas de governança corporativa, que é, para a Companhia, o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre a Controladora, diretorias, auditoria independente e conselho fiscal.

Os administradores buscam, dessa forma, contribuir para a perenidade da Companhia, com visão de longo prazo na busca da excelência dos serviços, ancorando-se na sustentabilidade econômica, social e ambiental. A Copel Distribuição, aprimorando o relacionamento e a comunicação com todas as partes interessadas, minimizando os riscos estratégicos, operacionais e financeiros e mantendo os clientes satisfeitos e a força de trabalho motivada e preparada, contribui para a expansão do sistema elétrico de geração, transmissão e distribuição, bem como para a manutenção da qualidade dos serviços apresentados à população paranaense.

3.1 Estrutura e Boas Práticas de Governança

O organograma a seguir apresenta a estrutura organizacional da Copel Distribuição:



A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante a Assembleia Geral, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Código de Conduta e Conselho de Orientação Ética. Além destes, a Controladora mantém o Comitê de Gestão de Riscos, o qual destacamos a seguir:

- **Comitê de Gestão de Riscos**

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, iniciou em 2006, com auxílio de uma consultoria especialmente contratada, a implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos - GIRC, por meio de projeto acompanhado periodicamente pela Diretoria, que busca controlar a gestão de riscos nas áreas corporativas e nas suas subsidiárias. Este processo procura maximizar,



Copel Distribuição S.A.



de maneira consistente e permanente, valor econômico, social e ambiental para todas as partes interessadas.

A Política e o Modelo de Gestão de Riscos foram aprovados em 2009, com a finalidade de definir os princípios e as diretrizes de atuação da Companhia. Entre os princípios norteadores estão a classificação e forma de avaliação dos riscos, bem como a definição de parâmetros de apetite ao risco. A abordagem adotada é integrada, corporativa e gerenciada de forma descentralizada pelos gestores de riscos, com coordenação da área formalmente instituída para este fim.

No entendimento da Copel DIS, “risco” é o evento que, se ocorrer, afetará desfavoravelmente o alcance do objetivo estratégico do processo ou projeto, ou seja, a Gestão de Riscos auxilia a Companhia na consecução de seus objetivos e, portanto, de sua missão.

Devido à incerteza intrínseca do risco e, assim, da frequência de ocorrência e do impacto, a Copel DIS considera também impactos qualitativos, tais como dano de imagem e operacional, além do impacto financeiro e quantitativo. Além disso, a Companhia analisa as medidas de mitigação do risco, que são os controles, indicadores e planos de ação. Após o cálculo dos impactos é feita uma classificação dos riscos conforme sua Exposição Final. Essa classificação auxilia na priorização dos riscos e condiciona a tomada de decisão, bem como a urgência para implantação de planos de ação e destinação de recursos.

Essa metodologia de avaliação permite que as práticas de Gestão de Riscos da Copel DIS sejam aderentes ao Princípio da Precaução, que prevê que riscos potenciais devem ter medidas de mitigação que prevejam o dano. Neste sentido, a Companhia não só prevê o dano, como também promove mecanismos de mitigação do risco, pois segundo as práticas formais da Copel Distribuição, riscos classificados como moderado, alto ou crítico devem possuir, como primeira opção, medidas de mitigação.

A estratégia adotada pela Copel DIS para a Gestão de Riscos permite identificar e considerar todas as formas de riscos em seu processo decisório, segundo os seguintes níveis de abordagem:

- Riscos-chave de negócio: riscos associados aos objetivos estratégicos da Companhia, sendo o foco de atuação da alta administração (Conselho de Administração, Presidência, Diretoria Reunida, Comitê de Riscos e comitê envolvido com o assunto tratado, se houver) dependendo da Exposição Final do Risco.
- Riscos-chave de processos: relacionados aos objetivos dos processos da companhia, sendo o foco de atuação dos gestores de processos.

- Riscos-chave de projetos: referentes aos objetivos dos projetos constantes no portfólio, sendo o foco de atuação dos gestores de projetos.

Em 2010, os riscos-chave de negócio e projetos foram revisados pela Companhia, a qual analisou os riscos de forma integrada, não só avaliando-os de acordo com impactos financeiro, operacional e de imagem, mas identificando as diferentes formas de mitigação: controles, indicadores ou planos de ação. Nesta revisão, foram envolvidos todos os colaboradores e áreas que atuam na execução destas formas de mitigação, além do envolvimento do Gestor do Risco designado formalmente.

3.2 Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa

A Controladora definiu como prioridade a implantação da gestão empresarial orientada para a sustentabilidade, cujo modelo busca o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base em seus valores e na gestão otimizada dos processos, os resultados nos eixos econômico, social e ambiental, de forma balanceada para as partes interessadas, bem como seu desenvolvimento e crescimento sustentável, com vistas à adequação aos padrões internacionais de governança, transparência e sustentabilidade, em conformidade com o compromisso renovado junto ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas - ONU, do qual a Copel é signatária desde 2000. Todas as ações da Copel DIS se baseiam em uma gestão fundamentada nos princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, cuja íntegra está disponível no site da Controlada (www.copel.com), a qual está totalmente alinhada aos cinco valores expressos no posicionamento estratégico corporativo, aos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e aos dez princípios do Pacto Global da ONU.

Desta forma, os Princípios da Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa fortalecem a gestão para a sustentabilidade, guiando todas as decisões e ações da Companhia, buscando a ética na condução dos negócios, o respeito e a transparência a todas as partes interessadas e a ampla promoção da diversidade; valores também destacados no Código de Conduta.

3.3 Estratégia e Gestão

Em 2010, a Companhia manteve seus esforços na busca de resultados para atender aos dois grandes desafios estratégicos listados a seguir:



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- Excelência operacional com aumento da produtividade e otimização de custos, qualidade nos serviços prestados e melhoria da satisfação dos consumidores; e
- Expansão sustentável alinhada aos objetivos do Governo do Estado, com investimentos socioambientais e geração de benefícios para a sociedade paranaense.

Nesse âmbito, as ações foram baseadas nas diretrizes estabelecidas pela alta administração da Controladora para a busca da produtividade em curto prazo e do crescimento em longo prazo; da excelência em custos; nos relacionamentos com as partes interessadas; e pesquisas de novas tecnologias para a expansão da matriz energética com fontes renováveis e não poluentes.

Para a contribuição e o alcance dos resultados esperados, o foco do planejamento empresarial foi a execução do plano estratégico, tendo como principais atividades:

- Comunicação da Estratégia envolvendo o universo de gerentes e empregados, com o objetivo de promover o entendimento, motivação e comprometimento dos funcionários;
- Reuniões de análises críticas e estratégicas visando o aprimoramento do processo de desenvolvimento e gestão da estratégia, a partir da qualificação dos critérios e metodologias;
- Qualificação dos indicadores e metas para os diferentes níveis hierárquicos seguindo as boas práticas do mercado e premissas da Fundação Nacional da Qualidade; e
- Desdobramento da estratégia em toda a organização e formalização das metas em Compromissos de Gestão até o menor nível gerencial.

3.4 Referencial Estratégico

Visão

Ser a melhor empresa nos setores em que a Copel Distribuição atua e referência em governança corporativa e sustentabilidade empresarial.

Missão

Distribuir e comercializar energia, bem como prestar serviços correlatos, promovendo desenvolvimento sustentável e mantendo o equilíbrio dos interesses da sociedade paranaense e dos acionistas.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Princípios e Valores

Transparência - prestação de contas das decisões e realizações da Companhia para informar seus aspectos positivos e/ou negativos a todas as partes interessadas;

Ética - resultado do pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum;

Respeito - consideração com o próximo;

Responsabilidade Social e Ambiental - condução da vida da Companhia de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida;

Segurança - ambiente organizacional seguro que permite a continuidade da vida da Companhia.

3.5 Partes Interessadas

No período 2009-2010, as partes interessadas direta e sistematicamente envolvidas com a Companhia por meio da Controladora foram: público interno, clientes, fornecedores, poderes públicos, acionistas e investidores, sociedade e organizações ligadas ao meio ambiente. O ano de 2010 foi marcado pela intensificação do diálogo com o público interno, no escopo do segundo ciclo da Norma AA1000, com a categorização e o aprofundamento de grupos de interesse específicos, a fim de tratar de temas críticos afetos a tais grupos, principalmente no tocante às questões raciais, étnicas, de gênero e de pessoas com deficiência.

O terceiro ciclo de implantação da Norma AA1000, em andamento, permitirá seu melhor alinhamento com o novo modelo de Gestão para a Sustentabilidade da Companhia.

3.5.1 Canais de Diálogo

O atendimento aos questionamentos enviados à Companhia pelo canal Fale Conosco está disponível no site www.copel.com, pelo endereço eletrônico copel@copel.com. A matriz completa de canais de diálogo da Copel também está disponível no mesmo site.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Diálogo com o Público Interno

Como canal direto de comunicação com todos os seus empregados, a Controladora mantém a Pesquisa de Clima Organizacional - PCO, realizada anualmente. As últimas PCOs apontaram, como fatores nos quais a Copel DIS deve atuar de forma corporativa, para melhorar seu desempenho, liderança e crescimento e desenvolvimento profissional.

No âmbito do programa Promoção da Diversidade, no período compreendido entre 2007 e 2009, diversos diálogos foram realizados com grupos que apresentam necessidades e características específicas na Companhia.

Os temas mais críticos foram levantados pelo grupo de pessoas com deficiências e dizem respeito, principalmente, à inadequação da estrutura física e arquitetônica, à falta de tradução de eventos, de materiais audiovisuais para deficientes auditivos e de impressos para os visuais, ao despreparo da força de trabalho para a efetiva inserção destes profissionais e o aproveitamento de seu potencial integral. Tais temas serão tratados em planos de ação específicos. Um deles será voltado à promoção da diversidade e outro especificamente às questões de acessibilidade.

Diálogo com Clientes

Os 3,7 milhões de clientes atendidos pela Copel DIS têm à disposição diversos canais de acesso para efetuar solicitações, sugestões e reclamações. Entre os canais de maior destaque no volume de atendimentos está o *call center* (0800 51 00116), com custo zero para o cliente, constituído por empregados próprios e por força de trabalho contratada, formada por portadores de necessidades especiais contratados das diversas associações de deficientes físicos do Paraná.

O *call center* responde por 80% dos atendimentos anuais, com média de 625 mil ligações mensais atendidas em 2010, seguido pelas 152 unidades de atendimento personalizado, localizados nos maiores centros urbanos, que totalizaram em média 160 mil ligações mensais em 2010.

Como fontes de atendimento alternativas, a Copel DIS dispõe de uma agência virtual em seu *site* (www.copel.com), que permite aos clientes solicitar serviços, realizar consultas e obter informações.

Atualmente, o *site* da Companhia recebe aproximadamente 700 mil visitas mensais e no mesmo período são acessadas aproximadamente 2,5 milhões de páginas, sendo que, dessas, 1,2 milhão são relacionadas à Agência Virtual.



Copel Distribuição S.A.



Também dispõe de 15 postos de atendimento móvel, que percorrem bairros em grandes cidades e localidades que não possuem unidade fixa de atendimento personalizado para resolver as necessidades mais urgentes dos clientes, além de orientar sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais. Em 2010, essas unidades realizaram 432 eventos, nos quais 34.491 pessoas estiveram presentes, sendo realizados 22.174 atendimentos.

Adicionalmente, a Copel DIS oferece, nas agências dos correios em todo o Estado, envelopes pré-pagos para envio de documentos e solicitações à Companhia.

Em 2010, a Companhia disponibilizou uma nova facilidade para os clientes, que consiste no registro de falta de energia através de mensagens por telefone celular também conhecida como SMS (*Short Message Service*) ou “torpedo”. Para utilizar esse serviço o cliente envia uma mensagem para o número 28593 com o texto SL e o número de identificação constante na fatura de energia.

Também foi implementado o registro de falta de energia automatizado na Central de Atendimento Telefônico. Nesse caso, os clientes podem informar a falta de energia sem a necessidade de falar pessoalmente com os atendentes.

Diálogo com Fornecedores

A Copel mantém relacionamento constante com seus fornecedores através de seus gestores de contratos, para identificar eventuais anomalias e melhorar o processo de fornecimento.

Os fornecedores são avaliados por meio de instrumentos específicos, conforme seu segmento de atuação.

Para os prestadores de serviços de engenharia de construção e de serviços e manutenção de redes, o desempenho é monitorado e avaliado durante toda a execução e ao término de cada contrato. As empresas são avaliadas com uma nota de zero a dez, por meio de critérios pré-estabelecidos de qualidade, prazo, segurança, entre outros, todos descritos nos contratos.

A Copel DIS estabeleceu também um processo para avaliação do desempenho de fornecedores de materiais que, além de atender suas diretrizes, otimiza seu relacionamento com fornecedores, obtém informações gerenciais e oferece uma ferramenta adequada para a gestão dos contratos.

A Companhia desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais, e seus fornecedores de serviços através de treinamentos. As avaliações industriais não se restringem à aprovação ou reprovação de um fornecedor,



Copel Distribuição S.A.



indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento e ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.

Para assegurar o desenvolvimento dos fornecedores de serviços, a Copel DIS estabelece critérios técnicos de treinamento para determinados serviços, viabiliza a sua operacionalização através de parcerias e promove treinamentos de segurança no início da execução dos contratos. Visa com isso alinhar os fornecedores com os procedimentos e valores da empresa, como, por exemplo, o treinamento de poda de árvores, dentro da gestão da arborização urbana, que inclui critérios ambientais.

Em 2010, a Copel constituiu um Comitê Permanente para tratar, de forma mais integrada, a Gestão da Cadeia de Suprimentos com as seguintes atribuições: fomentar e facilitar a implementação de estratégias e ações que possibilitem melhoria da gestão da cadeia e do desempenho da Companhia nos indicadores e critérios de excelência e sustentabilidade relativos ao tema; propiciar o engajamento e o diálogo estratégicos com os fornecedores, utilizando os princípios e requisitos da Norma AA1000; promover o comprometimento e a responsabilidade de todos os envolvidos na cadeia de suprimentos, em busca de resultados e melhoria contínua das práticas e contribuir para o desenvolvimento dos fornecedores, estabelecendo parâmetros vinculados a padrões de excelência e sustentabilidade.

A partir do planejamento estabelecido em 2010, serão desenvolvidos, em 2011, novos ciclos de diálogo com fornecedores, de capacitação dos gestores de contrato, e de adequação das normas internas relativas a compras de materiais e contratação de serviços.

Copel de Portas Abertas para Você

Desenvolvido como uma forma de estabelecer diálogo com os clientes e a comunidade, o programa “Copel de Portas Abertas para Você” consolida uma postura proativa da Companhia na busca de maior aproximação e diálogo com o público.

Desde sua criação, em 2005, nos padrões da Norma AA1000 de diálogo direto com as partes interessadas, os eventos do Programa têm ocorrido em todas as regiões do Estado e são abertos à participação de qualquer interessado. Contam também com a participação das lideranças regionais e locais da Companhia. Objetivam informar às partes interessadas sobre a atuação da Copel DIS na região, sobre o uso seguro e eficiente da energia, sobre os direitos e deveres dos consumidores e sobre o acesso aos programas sociais, além de prestar o atendimento comercial



Copel Distribuição S.A.



feito por unidades móveis. Por meio do programa, a Copel DIS identificou, na comunidade, a existência de dúvidas sobre o serviço prestado e a necessidade de eventuais alterações em nossos processos internos de atendimento.

A divulgação dos eventos relativos ao programa é realizada através de convites dirigidos a associações representativas das comunidades e de mensagens em rádios e jornais locais. Em 2010, foram realizados 42 eventos em grandes, médias e pequenas cidades em todo o Estado, totalizando 8.790 pessoas presentes nesses acontecimentos.

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1 Cenários

4.1.1 Análise Internacional

Desde o início da crise financeira, a recuperação da economia global aponta para o dinamismo das economias emergentes, cujo crescimento previsto situou-se em 7,1% em 2010, contra 3,0% para as economias desenvolvidas, segundo previsões do Fundo Monetário Internacional - FMI. O ritmo de expansão das economias emergentes ancora-se, em grande parte, no crescimento da demanda doméstica e, em casos específicos, no setor exportador. Os dados da atividade econômica nos Estados Unidos da América - EUA indicam um cenário de recuperação gradual da crise naquele país. A economia global cresceu aproximadamente 5,0% em 2010, segundo o FMI.

4.1.2 Análise Nacional

Apesar da retração da demanda externa por produtos industriais, o Brasil consolidou seu ciclo de recuperação econômica de forma moderada, porém efetiva após o processo recessivo experimentado a partir do final de 2008. As medidas de política econômica adotadas, principalmente a de continuidade da política de crédito e a melhora do mercado de trabalho, influenciaram positivamente o desempenho da economia, notadamente o crescimento do consumo nas famílias. O desempenho positivo da demanda interna, contribuiu fortemente para o resultado do Produto Interno Bruto - PIB, apresentando crescimento de 7,5% em 2010.

O resultado do comércio ampliado no ano de 2010 revelou alta generalizada por atividade, com destaque para os aumentos nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, 24,1%; veículos e motos, partes e peças, 14,1%; e móveis e eletrodomésticos, 18,3%. A indústria apresentou expansão de 10,5% em 2010, confirmando o padrão de crescimento de segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos, além de setores tipicamente exportadores, particularmente as commodities.



Copel Distribuição S.A.



4.1.3 Análise Estadual

O desempenho da economia paranaense em 2010 aponta para a retomada do crescimento, após os efeitos recessivos oriundos da crise internacional. O crescimento do PIB em 2010, segundo informações do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES, foi de 8,3%.

No setor agropecuário, constatou-se crescimento de 32,2% na produção estadual de grãos da safra 2009/2010 em relação à temporada de 2008/2009. Ressalta-se, neste caso, a ampliação da produção de soja, que aumentou 49,7% em relação à safra anterior e obteve maior rendimento físico da cultura por unidade de área plantada, decorrente das propícias condições climáticas apresentadas no período e investimentos em tecnologia. Vale destacar também o crescimento de 21,0% na produção de milho e 29,5% na produção de trigo.

No setor secundário, a produção industrial estadual avançou 14,2% no acumulado de 2010. O desempenho paranaense ficou acima da média nacional, da região sul e de outros estados fortemente industrializados, tais como São Paulo e Rio de Janeiro. Este resultado foi sustentado principalmente pelo desempenho dos segmentos de veículos automotores, máquinas e equipamentos e alimentos.

4.1.4 Análise Setorial

- **Tarifas**

Em 22.06.2010, com a Resolução no 1015/2010, a Aneel homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2010 sobre as tarifas de suprimento e de fornecimento de energia elétrica, fixou as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSD, estabeleceu a receita anual das instalações de conexão e fixou o valor anual da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE referentes à Copel Distribuição S.A. As tarifas de energia elétrica da Copel Distribuição foram, em média, reajustadas em 9,74%, sendo 6,88% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 2,86% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 2,46% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Nesta ocasião, a Controladora optou por não manter a política de desconto tarifário que vinha sendo praticada desde 2009 aos consumidores adimplentes.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Em 29.10.2010 foi publicada a Circular 093/2010, que manteve o programa Tarifa Rural Noturna instituído pela Circular 054/2007. O objetivo do programa é conceder o benefício tarifário, conforme Res. Aneel 207/2006, a todos os consumidores rurais do Grupo B no horário compreendido entre 21h30 e 6h e, com isso, incentivar a utilização de equipamentos elétricos na madrugada, deslocando a carga para o horário fora de ponta.

- **Prorrogação das Concessões**

O Contrato de Concessão 046/1999 da Copel Distribuição S.A. terá vigência até 07.07.2015. O requerimento da eventual prorrogação ou renovação deverá ser apresentado à Aneel até 36 meses antes do término do prazo do contrato (07.07.2012), acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos com os órgãos da Administração Pública.

- **Comercialização de energia**

Em 2010 a Copel Distribuição firmou novos contratos, conforme segue:

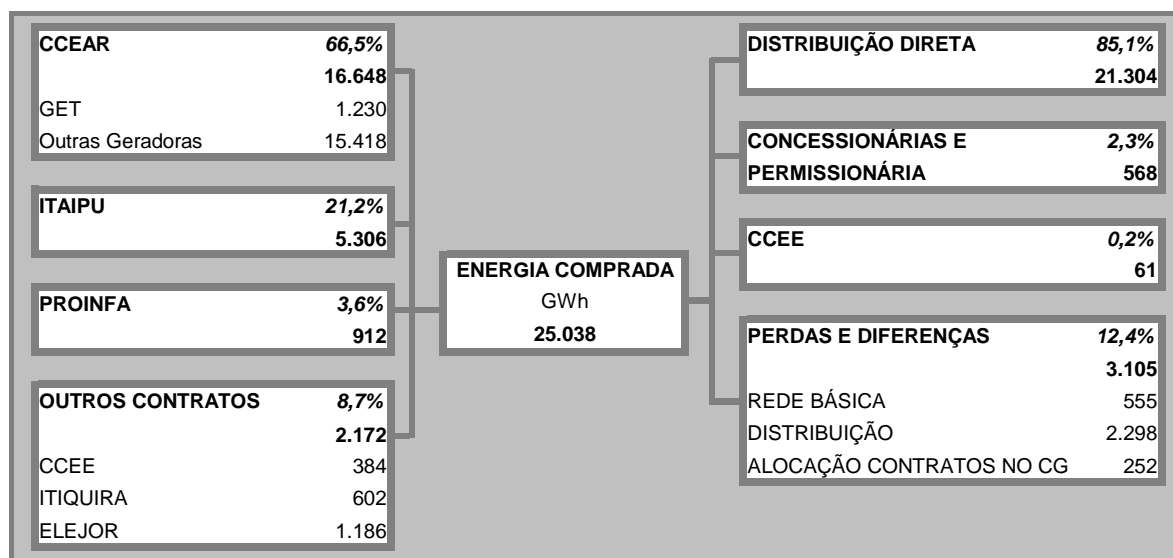
Energia Convencional:

- 12 MW médios com vigência de março de 2010 a fevereiro de 2012;
- 3 MW médios para o ano 2012 e 30 MW médios para o ano de 2013;
- 46 MW médios anuais negociados mensalmente no mercado de curto prazo.

Energia Incentivada com 50% de desconto na TUSD:

- 0,85 MW médios com vigência de outubro de 2010 a dezembro de 2015;
- 0,735 MW médios anuais negociados mensalmente no mercado de curto prazo.

- **Fluxo de Energia**



Valores sujeitos a alterações após o fechamento pela CCEE

CCEAR = Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado

CCEE = Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

CG = Centro de Gravidade do Submercado (diferença entre a energia faturada e a recebida no CG)

4.2 Desempenho

A Copel Distribuição tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam ao atendimento de 3,7 milhões de consumidores de energia, em 1.111 localidades pertencentes a 392 dos 399 municípios do Paraná e, adicionalmente, ao município de Porto União, em Santa Catarina. Além de operar e manter as instalações nos níveis de tensão até 34,5 kV, em vista da cisão da Copel Transmissão (Res. Aut. Aneel nº 1.120 de 27.11.2007), a Copel Distribuição assumiu essas mesmas atividades também nas instalações de níveis de tensão 69 e 138 kV, que até então eram de responsabilidade da Companhia extinta.

Entre as obras realizadas em 2010, destacam-se as seguintes subestações:

- Sengés, com 4 MVA, na cidade de Sengés;



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- São João do Triunfo, com 7 MVA, na cidade de São João do Triunfo;
- Xaxim, com 83 MVA, na cidade de Curitiba;
- Campina do Siqueira, com 83 MVA, na cidade de Curitiba;
- Imbituva, com 41,67 MVA, na cidade de Imbituva;
- Jardim Bandeirantes 2, com 41,67 MVA, na Cidade de Londrina;
- Tamoio, com 41,67 MVA, na cidade de Umuarama;
- Santa Felicidade, com 41,67 MVA, na Cidade de Curitiba;

Foram ainda ampliadas as Subestações Rolândia, Rio Branco do Sul, Palmas, Rio Azul e Fazenda Iguçu.

Novas linhas foram concluídas, dentre as quais salientam-se:

- 230 kV Londrina / seccionamento Apucarana-Figueira, com 14,5 km de extensão;
- 138 kV Rio Azul / Mallet, com 22,1 km de extensão; e
- 69 kV Pilarzinho / Santa Felicidade, 6,8 km de extensão.

Ao todo, estes empreendimentos adicionaram, em 2010, 466 MVA ao sistema Copel, 110,8 km de novas linhas e foram recapacitados 11,9 km de linhas.

Linhas de Distribuição

Na tabela a seguir são apresentadas as linhas de distribuição da Copel:

Linhas de Distribuição	km
13,8 kV	96.863,6
34,5 kV	79.496,2
69 kV	981,5
138 kV	4.586,3
230 kV	66,1
Total	181.993,7

Redes Compactas

A Copel Distribuição vem implantando redes compactas em áreas urbanas com elevado grau de arborização nas proximidades das redes de distribuição. Essa tecnologia evita cortes e podas de

árvores e melhora a qualidade do fornecimento, pois reduz o número de desligamentos. Ao final de 2010, a extensão das redes compactas de distribuição instaladas era de 2.143 km.

Redes Secundárias Isoladas

A Copel DIS também está investindo em redes secundárias isoladas em baixa tensão (127/220 V), que apresentam vantagens significativas em relação à rede aérea convencional, tais como: melhorar os indicadores DEC e FEC, dificultar o roubo de energia, melhorar as condições do meio ambiente e reduzir a área de podas, aumentar a segurança, reduzir a queda de tensão ao longo da rede e aumentar a vida útil dos transformadores pela redução do número de curtos-circuitos na rede, entre outras. Ao final de 2010, a extensão das redes de distribuição secundárias isoladas instaladas era de 6.310 km.

Subestações

A tabela a seguir apresenta o dimensionamento do parque de subestações de distribuição da Copel DIS, aberto por tensão:

Tensão	Nº Subestações⁽¹⁾	MVA
34,5 kV	237	1.533,7
69 kV	34	2.256,9
138 kV	80	5.839,7
TOTAL	351	9.630,3

⁽¹⁾ Todas as subestações são automatizadas

4.2.1 Qualidade de Fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores e do tempo de espera é mostrada no quadro a seguir:

Jan/Dez	DEC ⁽¹⁾ (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2006	14,79	13,66	01:21
2007	13,54	12,41	01:31
2008	12,18	10,69	01:34
2009	12,91	11,04	01:48
2010	11,46	9,46	01:39

⁽¹⁾ DEC medido em horas e centesimal de horas.

4.2.2 Mercado de energia

O mercado cativo, responsável pelo consumo de 21.304 GWh, cresceu 5,2% em 2010.

A classe residencial consumiu 5.925 GWh, registrando crescimento de 4,6%, influenciado pelo acréscimo do número de consumidores em 3,7%, aumento do consumo médio residencial em 0,9%, pelo mercado de trabalho aquecido e aumento do crédito, que estimulou a aquisição de eletroeletrônicos. Esta classe contempla 27,8% do mercado cativo da Copel DIS. No final do período, a Companhia contava com 2.964.805 consumidores residenciais.

A classe industrial cresceu 5,8%, consumindo 7.092 GWh, resultado alcançado particularmente em razão do bom desempenho da indústria de alimentos, veículos automotores e de máquinas e equipamentos. Esta classe engloba 33,3% do mercado cativo da Copel Distribuição. Ao final do ano de 2010, eram atendidos 69.198 consumidores industriais cativos.

A classe comercial consumiu 4.466 GWh, o que representa um crescimento de 6,3%, também influenciado pelo mercado de trabalho aquecido e aumento do crédito ao consumidor. Esta classe representa 21,0% do mercado cativo da Copel DIS. No final do período, eram atendidos 308.987 consumidores comerciais cativos.

A classe rural consumiu 1.774 GWh e cresceu 5,6%, em decorrência da expansão do número de consumidores em 3,9% e da expansão da economia. Esta classe representa 8,3% do mercado cativo da Companhia. Ao final de 2010, eram atendidos 366.694 consumidores rurais.

As outras classes (poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e consumo próprio) consumiram 2.047 GWh, aumento de 2,7% no período. Estas classes de consumo equivalem a 9,6% do mercado cativo da Copel DIS. No final do ano, eram atendidos 49.715 consumidores.

A tabela a seguir apresenta o comportamento do mercado cativo aberto por classe de consumo:

Mercado Cativo - Copel Distribuição - Jan.Dez/10						
	Nº de consumidores			Energia vendida (GWh)		
	Dez/10	Dez/09	%	2010	2009	%
Residencial	2.964.805	2.859.749	3,7	5.925	5.664	4,6
Industrial	69.198	66.960	3,3	7.092	6.704	5,8
Comercial	308.987	300.138	2,9	4.466	4.200	6,3
Rural	366.694	352.992	3,9	1.774	1.680	5,6
Outros	49.715	48.344	2,8	2.047	1.994	2,7
Mercado Cativo	3.759.399	3.628.183	3,6	21.304	20.242	5,2

Mercado Fio (TUSD)

O mercado fio da Copel Distribuição, composto pelo mercado cativo, pelo suprimento a concessionárias e permissionárias dentro do Estado do Paraná e pela totalidade dos consumidores livres existentes na sua área de concessão, avançou 5,9%, conforme verificado na tabela a seguir:

Mercado Fio de Energia - Copel Distribuição - Jan.Dez/2010						
	Nº de consumidores/ contratos			Energia distribuída (GWh)		
	Dez/10	Dez/09	%	2010	2009	%
Mercado Cativo	3.759.399	3.628.183	3,6	21.304	20.242	5,2
Concessionárias e Permissionárias	4	4	-	568	524	8,3
Consumidores Livres ⁽¹⁾	29	21	38,1	3.211	2.929	9,6
Mercado Fio	3.759.432	3.628.208	3,6	25.083	23.695	5,9

⁽¹⁾ Total de consumidores livres atendidos pela Copel GET e por outros fornecedores dentro da área de concessão da Copel DIS.

4.3 Pesquisa & Desenvolvimento + Inovação (P&D +I)

Em cumprimento à Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, em 2010 a Copel Distribuição executou 46 projetos de P&D, sendo que, destes, 21 já foram concluídos, aplicando aproximadamente R\$ 8,0 milhões no período.

Dentre os projetos que compõem o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D da Copel Distribuição, destacam-se os seguintes:

- Metodologia para estimação do custo de interrupção sobre consumidores residenciais, comerciais e industriais;



Copel Distribuição S.A.



- Desenvolvimento de coletor solar de baixo custo para redução de consumo em chuveiro elétrico;
- Desenvolvimento de uma metodologia computacional para cálculo dos campos elétricos e magnéticos em subestações da Copel; e
- Desenvolvimento de cabeça de série de sensor de proximidade de rede de distribuição como acessório de capacetes de segurança;

A Copel Distribuição participa ainda, de forma cooperada com outras 32 empresas, em um projeto de P&D estratégico intitulado "Metodologia para Estabelecimento de Estrutura Tarifária para o Serviço de Distribuição de Energia Elétrica". Projetos de P&D estratégicos são estabelecidos pela Aneel por meio de *Chamada de Projetos de P&D Estratégicos*, e são financiados pelas empresas de energia elétrica no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica.



Copel Distribuição S.A.



5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Esta análise foi elaborada observando os novos padrões internacionais de contabilidade em 2010 e também em 2009 para efeito de comparabilidade.

5.1 Receita Operacional Líquida

Em 2010, a **Receita Operacional Líquida** teve acréscimo de R\$ 518,4 milhões, representando 11,7% de aumento em relação a 2009. Tal variação decorre principalmente de:

- 1) Acréscimo na **Receita de Fornecimento de Energia Elétrica**, em 7,5%, em virtude dos seguintes fatores:
 - aumento de 5,2% no mercado cativo de energia elétrica, o que representa um incremento de 1.062,2 GWh na energia fornecida, principalmente nas classes industrial e comercial, que tiveram crescimento de 5,8% e 6,3%, respectivamente;
 - acréscimo de 3,6% na quantidade de consumidores;
 - extinção da política de desconto tarifário; e
 - repasse tarifário médio de 2,46%, a partir de 24.06.2010, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.015, de 24.06.2010.
- 2) Acréscimo na **Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica** em 15,1%, decorrente principalmente do reajuste tarifário em 24.06.2010. Detalhamento na NE nº 25.
- 3) Acréscimo na **Receita de Construção**, em 9,8% - a Companhia contabiliza receitas relativas a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica, as quais totalizaram em R\$ 599,6 milhões em 2010 e R\$ 545,9 milhões em 2009. Os respectivos gastos são reconhecidos na demonstração do resultado do período, como custo de construção, quando incorridos.

5.2 Custos e Despesas Operacionais

Obtiveram acréscimo de R\$ 266,7 milhões em 2010, representando um aumento de 6,1%. A variação foi influenciada, principalmente por:

- 1) Acréscimo de R\$ 132,9 milhões em **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, devido principalmente ao aumento da energia adquirida em Leilão em R\$ 185,8 milhões e aumento no Programa de Incentivo a Novas Fontes de Energia Alternativa - Proinfa em R\$ 29,7 milhões, compensado pelo decréscimo de energia elétrica comprada de Itaipu no montante de R\$ 52,7 milhões;
- 2) Acréscimo de R\$ 34,5 milhões em **Encargos do Uso da Rede** decorrente dos reajustes contratuais observados no período; e
- 3) Acréscimo de R\$ 21,5 milhões em **Despesas de Serviços de Terceiros**, principalmente em função do aumento em manutenção do sistema elétrico;
- 4) Acréscimo de R\$ 9,7 milhões na conta de **Planos Previdenciário e Assistencial**, decorrente principalmente da contabilização dos efeitos do cálculo atuarial, definido anualmente por atuário contratado;
- 5) Acréscimo de R\$ 53,8 milhões em **Despesa de Construção** (detalhes na NE nº 2.10.3);
- 6) Compensados pelo decréscimo de R\$ 7,4 milhões em **Pessoal e Administradores** devido ao maior valor de indenizações trabalhistas em 2009. Passou a vigorar em outubro de 2010 o reajuste salarial de 6,5%, conforme acordo coletivo.

5.3 EBITDA ou LAJIDA

Cálculo do EBITDA/LAJIDA (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) - Em R\$ mil		
	2010	2009
Lucro líquido do período	524.513	188.066
IRPJ e CSLL diferidos	22.012	(47.173)
Provisão para IRPJ e CSLL	193.982	29.901
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(378.910)	(65.940)
Lajir/Ebit	361.597	104.854
Depreciação e Amortização	180.701	167.516
Lajida/Ebitda - ajustado	542.298	272.370
Receita Operacional Líquida - ROL	4.939.328	4.420.923
Margem do EBITDA/LAJIDA⁽¹⁾	11,0%	6,2%

⁽¹⁾ Ebitda ÷ ROL

5.4 Resultado Financeiro

1) **Receitas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 311,8 milhões em relação a 2009, devido principalmente ao:

- Acréscimo de R\$ 154,4 milhões em variações monetárias sobre o repasse da CRC, corrigido pelo IGP-DI, índice que no período de janeiro a dezembro de 2010 teve variação positiva de 11,3% enquanto que no mesmo período de 2009 a variação foi negativa de 1,4%; e
- Acréscimo de R\$ 151,2 milhões de atualização monetária do ativo financeiro da atividade de distribuição.

2) **Despesas Financeiras** - apresentaram acréscimo de R\$ 1,2 milhão em relação a 2009, sendo influenciadas principalmente pelo:

- Acréscimo de **Encargos de Dívidas**, no valor de R\$ 11,6 milhões decorrente, em sua maior parte, das apropriações de juros sobre o contrato de Abertura de Crédito Fixo do Banco do Brasil ingressado em setembro de 2010, compensado pela capitalização dos custos de empréstimos e financiamentos no Ativo Intangível, no total de R\$ 15,5 milhões, de acordo com as normas internacionais;
- Acréscimo em **Variações Monetárias** sobre empréstimos e financiamentos no valor de

R\$ 4,9 milhões devido à desvalorização do Real perante o Dólar, que apresentou variação anual negativa de 4,3% em 2010 em relação ao mesmo período de 2009 que registrou variação negativa de 25,5%;

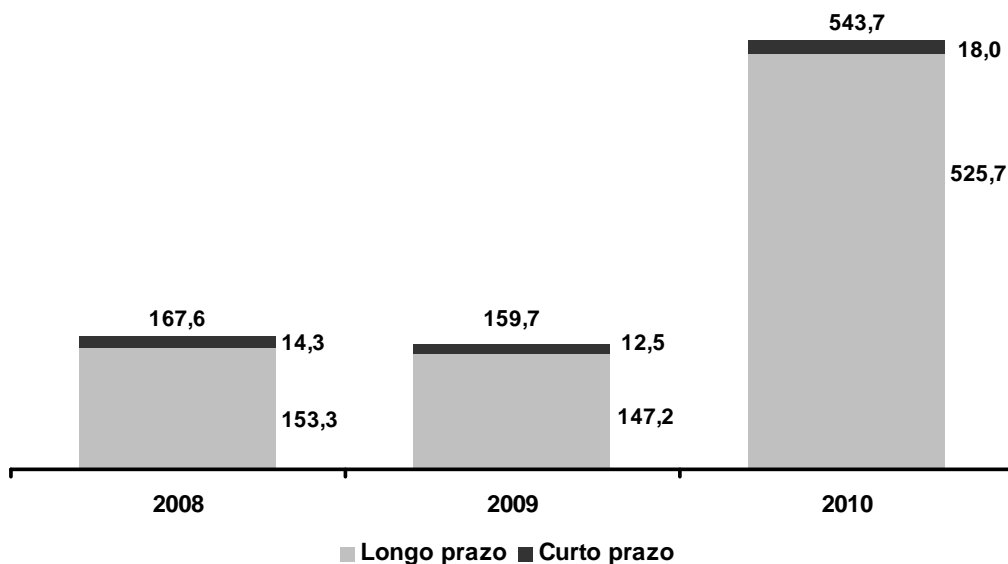
5.5 Endividamento

As variações da dívida de curto e longo prazo referentes aos empréstimos e financiamentos decorreram principalmente dos seguintes ingressos de recursos:

- R\$ 350,0 milhões referentes ao contrato de Abertura de Crédito Fixo com o Banco do Brasil; e
- R\$ 38,1 milhões referentes ao contrato com a Eletrobrás para aplicação no programa “Luz para Todos”.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 30,8 milhões, sendo R\$ 10,6 milhões de principal e R\$ 20,2 milhões de encargos e variações.

O gráfico a seguir demonstra a composição dos empréstimos e financiamentos em curto e longo prazo:

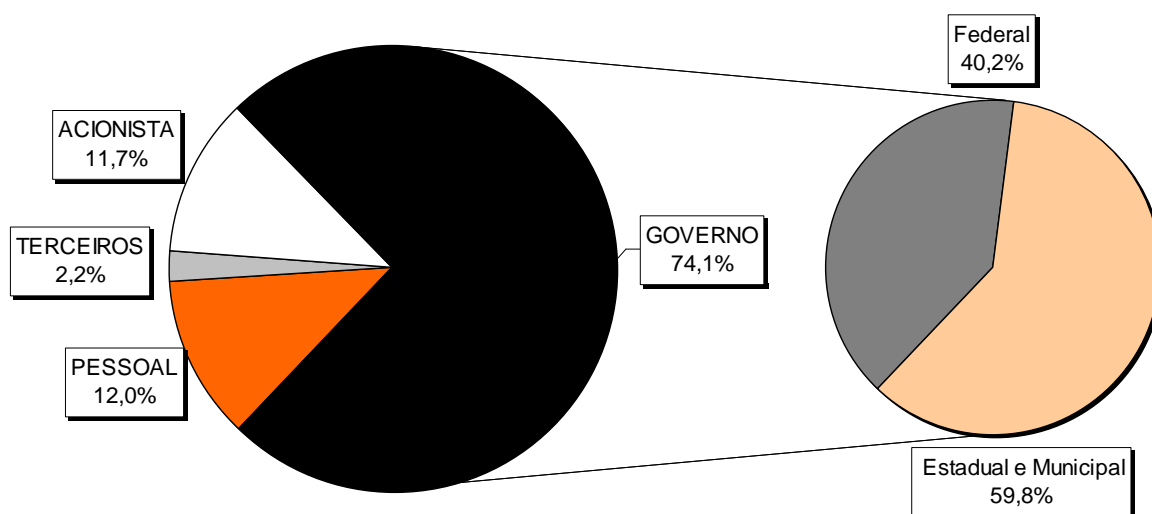


5.6 Lucro Líquido

Em 2010, a Companhia obteve lucro líquido de R\$ 524,5 milhões, sendo 178,9% maior que o obtido no exercício anterior, de R\$ 188,1 milhões. O lucro líquido em 2009, antes da adoção das práticas internacionais, foi de R\$ 319,7.

5.7 Valor Adicionado

No exercício de 2010, a Copel Distribuição apurou R\$ 4.457,6 milhões de Valor Adicionado Total – VAT, superior ao apurado no ano anterior, o que corresponde a R\$ 966,7 milhões. Abaixo está a representação gráfica da Distribuição do Valor Adicionado. A demonstração na íntegra encontra-se nas Demonstrações Financeiras.



5.8 Investimentos na Concessão

Em 2010, o investimento da Copel Distribuição no Ativo Intangível foi de R\$ 676,3 milhões, 3,2% maior que em 2009, que foi de R\$ 655,2 milhões. O investimento previsto para 2011 é da ordem de R\$ 933,3 milhões.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



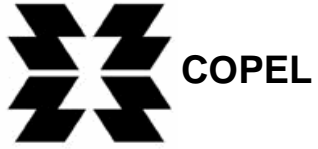
5.9 Inadimplência de Consumidores

A partir do período contábil de 2003, a Copel passou a calcular o índice de inadimplência do produto fornecimento de energia elétrica, utilizando a seguinte metodologia de cálculo:

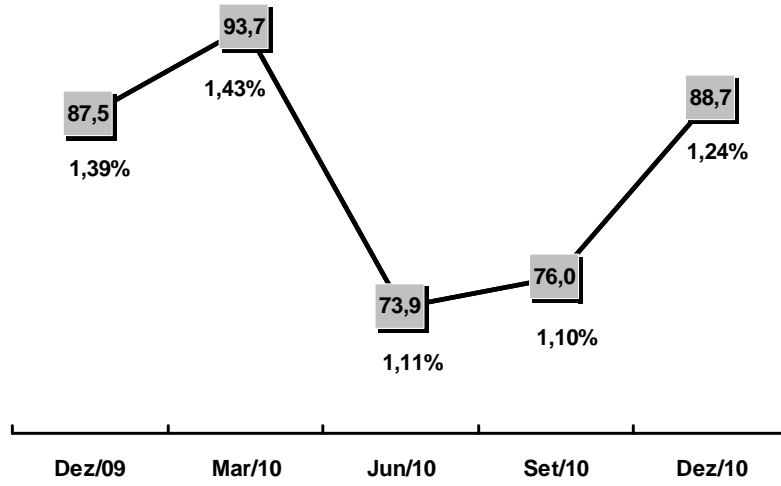
$$\text{Inadimplência (\%)} = \frac{\sum \text{Débitos vencidos} > 15 \text{ dias} \leq 360 \text{ dias}}{\sum \text{Faturamento no período de 12 meses}}$$

Para o cálculo, considera-se inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias, em conformidade com o prazo de aviso de vencimento (Resolução Aneel nº 456/2000), e é excluído o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos. A recuperação da renda *per capita* paranaense e as ações de controle da inadimplência, com o destaque para as negociações de débitos de grandes consumidores e negativação dos inadimplentes, contribuíram para a redução do índice de 1,39% em dezembro de 2009 para 1,24% em dezembro de 2010.

Composição da Inadimplência do Fornecimento de Energia Elétrica (R\$ milhões)



Copel Distribuição S.A.





Copel Distribuição S.A.



5.10 Demonstrações Regulatórias e Conciliações

A Aneel instituiu a Contabilidade Regulatória através da Resolução Normativa nº 396/2010, a qual difere da Contabilidade Societária, principalmente pela não aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Para o exercício de 2010, a Aneel determinou, através do Despacho Aneel nº 4097 de 30/12/2010, que a Demonstração do Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial Regulatório, elaborados com base no Balanço Mensal Padronizado - BMP, deverão integrar o Relatório da Administração, juntamente com a conciliação entre o resultado das referidas demonstrações contábeis e as demonstrações contábeis societárias.



Copel Distribuição S.A.



5.10.1 Balanço Patrimonial Regulatório

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	669.079	192.468
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	30.813	19.429
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	201	197
Clientes	909.377	824.402
Repasso CRC ao Governo Estado do Paraná	58.816	49.549
Conta de compensação da "parcela A"	101.312	218.500
Outros ativos regulatórios	15.690	17.526
Outros créditos	151.574	106.435
Estoques	83.893	76.170
Imposto de renda e contribuição social	30.685	145.091
Outros tributos correntes a recuperar	30.089	24.988
Despesas antecipadas	1.654	1.491
	2.083.183	1.676.246
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	26.280	24.195
Clientes	46.019	51.378
Repasso CRC ao Governo Estado do Paraná	1.282.377	1.205.025
Depósitos judiciais	147.895	87.360
Conta de compensação da "parcela A"	10.127	98.963
Outros ativos regulatórios	2.072	-
Outros créditos	3.280	4.611
Tributos correntes a recuperar	64.303	71.775
Imposto de renda e contribuição social diferidos	256.272	219.950
	1.838.625	1.763.257
Investimentos	4.232	4.250
Imobilizado	2.709.294	2.474.528
Intangível	96.800	40.410
	4.648.951	4.282.445
TOTAL DO ATIVO	6.732.134	5.958.691



Copel Distribuição S.A.



PASSIVO	31.12.2010	31.12.2009
CIRCULANTE		
Obrigações sociais e trabalhistas	118.790	139.562
Fornecedores	444.987	433.800
Outros obrigações fiscais	254.811	202.146
Empréstimos e financiamentos	17.950	12.490
Dividendos a pagar	355.968	206.481
Benefícios pós-emprego	16.811	15.501
Encargos do consumidor a recolher	52.475	25.732
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	140.381	106.761
Conta de compensação da "parcela A"	96.670	25.020
Outros passivos regulatórios	7.987	8.315
Outras contas a pagar	47.460	42.806
	1.554.290	1.218.614
NÃO CIRCULANTE		
Coligadas e controladas	715.539	658.724
Obrigações fiscais	11.553	48.311
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.239	97.232
Empréstimos e financiamentos	525.711	147.224
Benefícios pós-emprego	262.728	241.546
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	64.447	70.565
Conta de compensação da "parcela A"	35.798	25.020
Outros passivos regulatórios	3.357	26
Provisões para litígios	329.134	278.392
	1.958.506	1.567.040
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Atribuível aos acionistas da empresa controladora		
Capital social	2.624.841	2.624.841
Reserva legal	92.888	82.274
Reserva de retenção de lucros	501.609	465.922
	3.219.338	3.173.037
TOTAL DO PASSIVO	6.732.134	5.958.691

5.10.2 Demonstração do Resultado Regulatório

OPERAÇÕES CONTINUADAS	2010	2009
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia elétrica	1.974.529	1.900.499
Suprimento de energia elétrica	64.477	57.880
Disponibilidade da rede elétrica	2.116.549	1.816.725
Outras receitas operacionais	116.594	117.011
	4.272.149	3.892.115
CUSTOS OPERACIONAIS		
Custo com energia elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(2.344.134)	(1.930.130)
Encargos de uso da rede elétrica	(525.810)	(490.646)
	(2.869.944)	(2.420.776)
Custo de operação		
Pessoal	(451.355)	(453.335)
Planos previdenciário e assistencial	(70.581)	(21.956)
Material	(43.285)	(42.204)
Serviços de terceiros	(163.854)	(165.446)
Depreciação e amortização	(156.751)	(145.788)
Outros custos de operação	(5.296)	(2.178)
	(891.122)	(830.907)
Custo do serviço prestado a terceiros		
Pessoal	(2.271)	(1.072)
Material	(10.051)	(2.102)
Serviços de terceiros	(8.535)	(2.443)
	(20.857)	(5.617)
	(3.781.923)	(3.257.300)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	490.226	634.815
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas com vendas	(46.738)	(39.154)
Despesas gerais e administrativas	(249.677)	(232.236)
Outras receitas (despesas), líquidas	(125.817)	(113.793)
	(422.232)	(385.183)
RESULTADO DO SERVIÇO	67.994	249.632
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	355.899	228.294
Despesas financeiras	(143.591)	(100.916)
	212.308	127.378
RESULTADO OPERACIONAL	280.302	377.010
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	280.302	377.010
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Imposto de renda e contribuição social	(193.982)	(29.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125.946	(30.027)
	(68.036)	(59.928)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	212.266	317.082



Copel Distribuição S.A.



5.10.3 Conciliação entre o Lucro Líquido Regulatório e Societário

	2010	2009
Lucro líquido regulatório	212.266	317.082
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	151.188	(15.522)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	281.893	(105.229)
Benefício pós-emprego	-	(51.631)
Outros efeitos da transição	27.124	(33.834)
Efeitos dos tributos nos ajustes	(147.958)	77.200
Lucro líquido societário	524.513	188.066

5.10.4 Conciliação entre o Patrimônio Líquido Regulatório e Societário

	2010	2009
Patrimônio líquido regulatório	3.219.338	3.173.037
Reconhecimento de contratos de concessão - distribuição	118.393	(35.823)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.257	(262.773)
Benefício pós-emprego	-	-
Outros efeitos da transição	8.155	(33.834)
Efeitos dos tributos nos ajustes	(33.332)	115.657
Dividendos adicionais propostos	-	95.212
Patrimônio líquido societário	3.316.811	3.051.476

5.10.5 Demonstração do Resultado Regulatório, por atividades

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	DISTRIBUIÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	-	1.974.529	1.974.529
Suprimento de energia elétrica	-	64.477	64.477
Disponibilidade da rede elétrica	2.116.549	-	2.116.549
Outras receitas operacionais	48.026	68.568	116.594
	2.164.575	2.107.574	4.272.149
CUSTOS DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(112.521)	(2.231.613)	(2.344.134)
Encargos de uso da rede elétrica	(391.573)	(134.237)	(525.810)
	(504.094)	(2.365.850)	(2.869.944)
Custo de operação			
Pessoal	(372.955)	(78.400)	(451.355)
Planos previdenciário e assistencial	(59.186)	(11.395)	(70.581)
Material	(37.976)	(5.310)	(43.286)
Serviços de terceiros	(133.238)	(30.615)	(163.853)
Depreciação e amortização	(155.137)	(1.614)	(156.751)
Outros custos de operação	(7.576)	2.280	(5.296)
	(766.068)	(125.054)	(891.122)
Custo do serviço prestado a terceiros			
Pessoal	(2.271)	-	(2.271)
Material	(10.051)	-	(10.051)
Serviços de terceiros	(8.535)	-	(8.535)
	(20.857)	-	(20.857)
	(1.291.019)	(2.490.904)	(3.781.923)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO	873.556	(383.330)	490.226
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	-	(46.738)	(46.738)
Despesas gerais e administrativas	(199.471)	(50.206)	(249.677)
Outras receitas (despesas), líquidas	(105.770)	(20.047)	(125.817)
	(305.241)	(116.991)	(422.232)
RESULTADO DO SERVIÇO	568.315	(500.321)	67.994
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	209.908	145.991	355.899
Despesas financeiras	(106.404)	(37.187)	(143.591)
	103.504	108.804	212.308
RESULTADO OPERACIONAL	671.819	(391.517)	280.302
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	671.819	(391.517)	280.302
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	(193.982)	-	(193.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	125.946	-	125.946
	(68.036)	-	(68.036)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	603.783	(391.517)	212.266

6 DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

6.1 Força de trabalho

Os 6.657 empregados do quadro próprio estão distribuídos em quatro carreiras em função da natureza das atividades e dos requisitos de cargo, a saber: operacional (2.368 empregados), administrativa (2.144 empregados), profissional técnico de nível médio (1.291 empregados) e profissional de nível superior (854 empregados). A Copel DIS vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido em 2010, 795 novos empregados mediante concurso público. Durante o mesmo período, 618 empregados desligaram-se da Companhia, grande parte por aposentadoria, tendo a taxa de rotatividade sido de 10,83%. Em 2009, o *turnover* foi de 8,16%.

Em 2010, a Companhia destinou 5% das vagas para cargos de natureza administrativa a portadores de necessidades especiais. Dentre candidatos afrodescendentes, foram admitidos 25 empregados de cor negra e 82 de cor parda.

- **Desenvolvimento de Pessoal**

As necessidades de capacitação e desenvolvimento são feitas com base na metodologia Diagnóstico de Necessidade de Desenvolvimento - DND, realizada anualmente em todas as áreas.

As necessidades de treinamentos dos contratados são identificadas a partir das atividades específicas, correlatas aos exigidos dos empregados próprios, são estabelecidas nos contratos. Nesta categoria podem ser citados os treinamentos sobre os sistemas e aplicativos computacionais que são utilizados pelos teleatendentes e cursos de requalificação de contratados para serviços no sistema elétrico, realizados em parceria com Senai, UTFPR, entre outras. Também há cursos ofertados pela Copel para os contratados, tais como os exigidos pela NR-10, medição comercial, operação de redes e subestações e outros estabelecidos em contrato.

Os treinamentos realizados na Copel Distribuição foram distribuídos por carreira, conforme tabela a seguir:

Treinamentos de empregados por carreira	2010 (em horas/média)
Operacional	60,5
Administrativa	58,4
Técnica	75,4
Profissional	91,8

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A Copel e a Comissão de Empregados para Negociação da Participação nos Lucros e Resultados - CENPLR, comissão especialmente constituída por empregados eleitos e representantes dos sindicatos para a negociação da participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, obtiveram avanços significativos no transcorrer das negociações, com o estabelecimento de metas empresariais, renegociadas em 2010. O Plano de Cargos e Salários da Copel, estruturado de maneira a refletir a realidade ocupacional da Companhia, serve como referência para a remuneração fixa e busca a comparação dos salários pagos pela Copel DIS com valores de mercado e aplicação da política salarial. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em 31.12.2010 (R\$ 919,53) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 510,00) era de 1,80 vezes, não tendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel Distribuição e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Adicionalmente, através da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- **Liberdade de associação e negociação coletiva**

A totalidade dos empregados da Copel Distribuição é representada nas relações de trabalho com a Companhia por meio de sindicatos independentes, os quais, em conformidade com a legislação brasileira, podem organizar-se por categoria e base territorial (município).

A Copel DIS, através de sua Controladora mantém estreito relacionamento com todas as entidades representativas dos empregados: sindicatos de categorias de base (eletricitários) e categorias profissionais e/ou diferenciadas. A direção sindical tem livre acesso às gerências locais e a todas as instalações da Companhia, a fim de levar aos empregados as comunicações de seu interesse, além de dispor de canal formal direto com a área de recursos humanos.

- **Contratados**

A Copel Distribuição promove o Programa de Sensibilização Ambiental, que visa estimular mudanças comportamentais nos trabalhadores envolvidos na construção e reforma dos empreendimentos da Companhia, ampliando sua consciência e responsabilidade ambiental, além de provocar reflexões quanto aos impactos ambientais das obras e às formas de minimizá-los. Em 2010, o Programa contemplou 485 trabalhadores envolvidos nas obras de construção de seis linhas de transmissão, quatro subestações e uma pequena central hidrelétrica.

Em 2010, a Companhia também promoveu 8 palestras com o tema “Eu cuido do meio ambiente” para 307 colaboradores das empresas contratadas.

Com relação à orientação dos procedimentos ambientais nas atividades de poda e roçada, os técnicos florestais da empresa promoveram palestras com mais de 500 funcionários das empresas responsáveis pela realização destas atividades, onde foram abordados temas como: Normas da Copel DIS para realização de poda e roçada; regras para ligação de energia em APPs e UCs no Litoral e suas implicações; e legislação ambiental.

Ao todo a Copel DIS realizou aproximadamente 6.000 horas de treinamento com temas relacionados ao meio ambiente onde participaram mais de 1.300 colaboradores contratados.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- **Saúde e segurança no trabalho**

A Copel Distribuição, através de sua Controladora, considerando o contexto do serviço especializado em engenharia de segurança e medicina do trabalho - SESMT e o acompanhamento e controle de saúde ocupacional, conta com médicos do trabalho especializados, distribuídos nas principais regiões da Companhia, equipe de enfermagem e apoio administrativo. Estes profissionais realizam não apenas os exames médicos legais e obrigatórios, mas uma série de programas de prevenção em saúde.

Também mantém controle estatístico dos índices e causas de afastamentos do trabalho motivados por doenças, além do acompanhamento dos processos junto à Previdência Social quando é necessário afastamento prolongado através de convênio específico com aquele instituto.

Sempre que a capacidade laborativa mostra-se comprometida, por qualquer fator, ainda realiza o estudo e readequação necessária para que o exercício profissional seja o mais seguro e adequado possível, conjuntamente com equipe multidisciplinar.

A Copel também assessora as Cipas e diversas áreas com palestras sobre temas de saúde, incluindo cursos sobre primeiros socorros, difundindo informações ao corpo funcional e promovendo a qualidade de vida.

O Programa Copel de Qualidade de Vida, implantado em 1998 pela Controladora, tem o objetivo de despertar o interesse dos empregados na busca constante da melhoria da qualidade de vida e consolidar as ações desenvolvidas anualmente na Companhia. Para tanto, são desenvolvidos vários programas, sendo os principais: Programa Promoção de Saúde, que é composto pela Gestão Pessoal de Saúde; exames médicos periódicos; benefícios assistenciais e previdenciários; programa de dependências químicas; programa de absenteísmo-doença; Campanha Dê Preferência à Vida; Programa Valorizando a Vida; Programa Caça ao Risco e Minuto da Segurança. Além disso, são oferecidas ações complementares, como o Programa de Alimentação Saudável (alimentação oferecida dentro da Empresa), Semana da Saúde, campanhas de vacinação e informativos de saúde no Copel Online.

Para melhoria das relações sociais no trabalho são desenvolvidos programas de atendimento e integração social, Programa de Responsabilidade Social EletriCidadania, divulgação e entendimento do Código de Conduta. São promovidos programas comemorativos no aniversário de admissão na Companhia e envio de mensagens em datas comemorativas (aniversário de admissão, aniversário de nascimento, dia da profissão, entre outros).



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Para melhoria no estilo de vida pessoal e familiar as seguintes ações educativas são oferecidas: Programa de Preparação para a Aposentadoria; Programa Gestão Financeira; Programa Energia e Saúde (atividades de ginástica laboral, condicionamento físico e atividade antiestresse); Jogos Internos Copel; Jogos do Sesi; e Programa Auxílio-Educação.

Adicionalmente são estimuladas práticas de voluntariado e apoio às campanhas do agasalho, doação de brinquedos, oficina de brinquedos, campanha de Natal (arrecadação de alimentos/brinquedos/roupas), além de encenações de Autos de Natal em diversos municípios.

6.2 Clientes e comunidade

Os clientes têm representatividade através do Conselho de Consumidores, instituído em novembro de 1993, com a atribuição de examinar questões ligadas ao fornecimento de energia elétrica, tarifas, adequação dos serviços prestados ao consumidor final e apresentar sugestões para o aprimoramento das relações da Companhia com seus consumidores e com a comunidade em geral. O Conselho é composto por representantes das classes de clientes residencial, comercial, rural, poder público e industrial, além de representante da Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon.

O *site* da Companhia oferece navegação rápida e fácil a seus *stakeholders*, incluindo aqueles com deficiência visual. Outra facilidade é o simulador de consumo de energia, que permite ao usuário avaliar os gastos com eletricidade em seu domicílio ou especificamente de um equipamento ou aparelho. Estão disponíveis no *site* alguns serviços, como consultas aos desligamentos programados, consultas aos locais credenciados para pagamento das faturas e solicitações de manutenção de iluminação pública quando de responsabilidade da Companhia. O acesso ao conteúdo também é possível a partir de dispositivos móveis, como telefone celular ou *palmtop*.

- **Uso racional e seguro da energia elétrica**

As campanhas de divulgação à sociedade sobre o uso seguro da energia elétrica para evitar acidentes, preocupação constante da Companhia, há alguns anos evoluiu para uma ação mais sustentável, incorporando conceitos sobre cidadania e cuidados com o meio ambiente. O programa denominado Kit Escola é um dos principais meios de comunicação utilizados para esse fim e consiste na realização de palestras realizadas por técnicos de segurança e 650 voluntários em todo o Paraná.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Outro meio eficiente para informar a população sobre o uso seguro da energia elétrica são as mensagens transmitidas em emissoras de rádios, através de convênio com a Associação de Radiodifusão do Paraná, com 240 emissoras. Cada uma veicula oito mensagens ao dia, o que significa 1.920 mensagens por dia e 57.600 por mês.

As campanhas de Verão no Litoral Paranaense e Semana Nacional da Segurança com Energia Elétrica – realizadas anualmente – também contribuem na disseminação de informações junto a escolas, empresas de construção civil e consumidores em locais públicos como praças, supermercados, terminais de ônibus e shopping centers.

Seguindo um calendário anual pré-estabelecido, as áreas das diversas regionais no Estado realizam palestras em empresas, cooperativas rurais, canteiros de obras, associações de classe e na comunidade em geral e participam de feiras e eventos regionais.

Os clientes também recebem mensagens em suas faturas de energia e envelopes. Clientes das áreas rurais recebem o calendário rural de autoleitura do consumo de energia no qual constam informações sobre segurança no uso da energia e outros conceitos sobre sustentabilidade.

- **Educação Ambiental**

A proposta da educação socioambiental para a sustentabilidade é trazer a reflexão e sensibilizar cada empregado(a) para a responsabilização individual no que se refere a sustentabilidade nos processos e atividades desenvolvidos da empresa e nas relações cotidianas, focando na abordagem de que cada empregado(a) é um agente de transformação e responsável pela mudança que queremos ver na empresa, na sociedade e no mundo.

A educação socioambiental para a sustentabilidade na Copel Distribuição está estruturada para atender o referencial estratégico de sua Controladora, por meio dos Centros de Referência para a Sustentabilidade - Ceres: espaços educadores no entorno dos empreendimentos da Copel DIS para diálogo com o público interno da Companhia, com as comunidades locais e organizações sociais e ambientais da sociedade civil organizada; e da Rede Copel de Agentes Socioambientais.



Copel Distribuição S.A.



- **Comunidade**

Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS

As ações desenvolvidas no âmbito do Desenvolvimento Local Inclusivo Sustentável - DLIS permitem trocas de experiências e informações entre os atores sociais e a comunidade, incentivam o envolvimento da população desde a fase pré-instalação e também articulam para a formação de redes e de arranjos institucionais locais.

Por meio do DLIS, são articulados junto às comunidades projetos e programas de melhoria na infraestrutura, na educação e nos serviços públicos ou de utilidade pública, de acordo com as prioridades elencadas nos fóruns de desenvolvimento local.

Em 2010, na área de DLIS, as principais ações da Companhia atingiram os municípios de Ortigueira e Telêmaco Borba.

6.3 Apoio a Políticas Públicas

Historicamente, a Copel DIS, através de sua Controladora, como fomentadora do desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná, participa e apoia diversos movimentos conjuntos com órgãos do governo, Organizações não Governamentais - ONGs e outras entidades para a ampla promoção da cidadania, sobretudo junto a comunidades carentes.

Nesse âmbito, destacamos a participação da Copel DIS, desde 2003, no Conselho de Segurança Alimentar do Paraná – Consea-PR, espaço de articulação entre o Governo do Estado do Paraná, a sociedade civil organizada e o Governo Federal, que tem caráter consultivo, com a função de propor políticas, programas e ações que configurem o direito humano à alimentação como parte integrante do direito de cada cidadão.

Em 2010, as ações do Consea-PR foram tratadas nos seguintes eventos: Seminário de 16 horas sobre discussão PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), na reunião ordinária de 31 de julho, em 16 horas de reuniões ordinárias realizadas nos dias 6 e 7 de dezembro, e nas reuniões com a Diretoria Executiva. As informações e propostas positivas desses eventos foram disseminadas e replicadas em todas as ações (capacitações, palestras e demais eventos) da Copel voltadas para a segurança alimentar e valorização da produção orgânica sustentável em pequenas propriedades rurais.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- **Incentivos Fiscais**

A Copel Distribuição transformou a prática de doação através de incentivo fiscal em política e convida empresas parceiras e fornecedores a fazerem o mesmo. A Companhia potencializa ao máximo a utilização de recursos dedutíveis aos Incentivos Culturais (Lei Rouanet), Incentivo ao Esporte e ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA, com base em estimativas anuais do imposto a pagar.

As contribuições sob efeito das Leis Rouanet e Audiovisual de 2010 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, num total de R\$ 1,2 milhão.

A Companhia destinou a projetos inscritos no FIA o montante de R\$ 0,3 milhão.

Através da Lei do Incentivo ao Esporte, a Copel DIS também destinou R\$ 0,2 milhão para o projeto "A Busca Pela Excelência em Handebol" - Cerhand, da Fundação da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

6.4 Projetos e Programas Corporativos

Programa de Voluntariado Corporativo - EletriCidadania

Em vigor desde 2001, o programa faculta a utilização, de forma espontânea, de até quatro horas mensais da jornada de trabalho, para a realização de atividades de ação social junto à comunidade. Em 2010, o Programa de Voluntariado Corporativo EletriCidadania computou 859 horas dedicadas a trabalhos voluntários.

Programa de Promoção da Diversidade

Iniciado em 2007, o Programa está subdividido em frentes de trabalho que abrangem raça, etnia, gênero e Pessoas com Deficiência - PcD do quadro funcional. Este último tem interação direta com o Grupo de Acessibilidade e é voltado à busca de soluções para adaptação das instalações físicas, dos canais de comunicação e da cultura da Companhia no que concerne às pessoas com deficiência. Todas as ações realizadas nestas frentes de trabalho focam na disseminação da cultura da diversidade, cidadania empresarial e respeito aos direitos humanos, com enfoque no público interno e externo.



Copel Distribuição S.A.



No início de 2010, a Copel DIS, através de sua Controladora, participou do lançamento da iniciativa de Gênero no Pacto Global, organizada pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - Unifem e pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, em Nova Iorque.

Programa Corporativo de Acessibilidade

Em 2010, foram efetuadas diversas adequações em instalações, mobiliários e equipamentos, para atender aos requisitos de acessibilidade, ergonomia, segurança, saúde e qualidade de vida no trabalho para todos. Além disso, houve várias aquisições de softwares e equipamentos de tecnologia assistida, que promovem a verdadeira inclusão profissional dos empregados com algum tipo de deficiência.

Está em operação, desde agosto de 2010, projeto piloto de atendimento acessível, onde um surdo ou mudo que conheça a Língua Brasileira de Sinais - Libras pode utilizar um terminal eletrônico disponibilizado para ter atendimento especial, através de vídeo-atendimento. Inicialmente são dois empregados capacitados em Libras e lotados na Central que realizam a interação com o cliente. Também foram incluídas novidades e efetuadas melhorias no site corporativo, buscando torná-lo cada vez mais acessível para as pessoas com deficiência visual.

Universalização e Programa Luz para Todos

A Lei nº 10.438, de 26.04.2002 dispôs sobre a universalização do serviço público de energia elétrica, sendo alterada pela Lei nº 10.762, de 11.11.2003. O Decreto nº 4.873, de 11.11.2003, instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "Luz para Todos", destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar que ainda não possui acesso a esse serviço público, dando prioridade de atendimento aos quilombolas e outras minorias raciais; assentamentos rurais e comunidades indígenas, mediante encaminhamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra e Fundação Nacional do Índio - Funai, respectivamente.

A Copel Distribuição cumpriu de forma exemplar o Plano de Universalização para a área urbana em 2006 e concluiu em 2010 a universalização do serviço na área rural. Nesse período foram realizadas aproximadamente 72 mil ligações pelo Programa Luz para Todos, sendo previstas mais 6 mil ligações em 2011 para atendimento a 100% dos domicílios rurais e finalização do programa.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz

O Reluz tem o objetivo de promover o desenvolvimento de sistemas eficientes de iluminação pública, contribuindo para melhorar as condições de segurança pública e a qualidade de vida nas cidades brasileiras, bem como contribuir para a otimização do sistema elétrico e postergação de investimentos em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

O Programa é viabilizado através de contratos de financiamento firmados entre Copel e Eletrobrás e entre Copel e Município. A Eletrobrás financia a concessionária até o limite de 75% do valor do Projeto, que por sua vez, financia as obras do Município. O Município participa com no mínimo 25% do valor do projeto (contrapartida).

Em setembro de 2010, foi concluída a obra de melhoria do sistema de iluminação pública do Município de Ponta Grossa, o qual contemplou:

- Investimento de R\$ 2,7 milhões;
- Eficientização de 27.220 pontos de iluminação pública;
- Energia economizada estimada de 3.947 MWh/ano;
- Redução de demanda na ponta estimada de 901,25 kW.

Programa Luz Legal

O Programa Luz Legal é um empreendimento social, implementado por convênio assinado entre o Governo do Estado, a Cohapar e a Copel, que possibilita a instalação facilitada de entradas de serviço em unidades consumidoras residenciais monofásicas estabelecidas em regiões urbanas expandidas por invasão, oferecendo oportunidade de melhoria das condições de vida, cidadania e segurança a centenas de famílias que utilizam a energia de forma irregular e insegura.

A seleção das comunidades e das famílias a ser atendidas pelo Luz Legal é feita pela Cohapar, que promove a regularização dos terrenos para implantação de programas de habitação e de urbanização, nas áreas envolvidas.

Programa de Irrigação Noturna

Realizado em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, entre outros órgãos, o programa tem por objetivo incentivar aumento da produtividade



COPEL

Copel Distribuição S.A.



agrícola mediante desconto na energia elétrica utilizada à noite — que varia de 60 a 70% no período de 21h30 às 6h — para acionamento de sistemas de irrigação, o que resulta em aumento da renda e melhoria de qualidade de vida do produtor rural.

Até 2010, 2.320 agricultores foram beneficiados pela tarifa especial de irrigação.

Programa Tarifa Rural Noturna

O programa tem por objetivo incentivar os produtores rurais paranaenses, classificados como consumidores rurais do Grupo B, a utilizar a energia elétrica no período compreendido entre 21h30 e 6h, mediante desconto de 60% na tarifa, proporcionando minimização de custos e incremento da produção rural no Estado do Paraná.

Até 2010, 3.800 propriedades foram beneficiadas pela tarifa especial noturna.

Programa Luz Fraterna

Programa em parceria com o Governo do Estado do Paraná, pelo qual as unidades consumidoras classificadas como residencial baixa renda ou residencial rural e com consumo de até 100 kWh têm isenção total da fatura, cujo débito é assumido pelo Governo do Estado.

O total de consumidores (média mensal) da Copel beneficiados pelo Programa Luz Fraterna em 2010 foi de 210.929 e em 2009 de 223.313.

Programa de Eficiência Energética – PEE

A Copel desenvolve anualmente o Programa de Eficiência Energética - PEE, em atendimento ao contrato de concessão para distribuição de energia elétrica e à Lei nº 9.991/2000, por meio do qual são aplicados recursos financeiros em projetos que têm como objetivo a promoção da eficiência energética no uso final da energia elétrica.

Os critérios de investimento e tipos de projetos permitidos são estabelecidos pela Aneel e abrangem clientes do segmento residencial, industrial, comercial e poder público, com ações que contemplam a melhoria da eficiência energética dos principais usos finais de energia elétrica, tais como iluminação, força motriz, refrigeração e condicionamento de ar.

Em 2010, foram aplicados cerca de R\$ 46,1 milhões em ações que contemplaram a melhoria da eficiência energética nas instalações de consumidores residenciais de baixa renda, comunidades indígenas, hospitais sem fins lucrativos, escolas e prédios públicos, estabelecimentos comerciais, sinalização semafórica, gestão energética e ações educacionais.

Tipo	Investimento (R\$ mil)	Energia Economizada (MWh/ano)	Redução de Demanda na Ponta (kW)
Residencial Baixa Renda	36.095,8	20.485,17	11.430,82
Comercial	2.108,7	3.292,69	715,05
Poder Público	6.385,9	3.500,00	1.010,00
Gestão Energética	1.288,8	- ⁽¹⁾	- ⁽²⁾
Educacional	269,1	- ⁽¹⁾	- ⁽²⁾
Total	46.148,3	27.277,86	13.155,87

⁽¹⁾ Não contempla cálculo EE

⁽²⁾ Não contempla cálculo RDP

6.5 Meio ambiente

- **Política de gestão socioambiental**

No âmbito do modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade, a Copel Distribuição, através da Controladora, busca o alinhamento de esforços para garantir o atendimento aos resultados econômico, social e ambiental de forma balanceada para as partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável.

Nos últimos anos, o foco estratégico da Copel DIS, através de sua Controlada, vem se consolidando na implantação deste sistema de gestão e na sua incorporação na cultura e nas atividades cotidianas, respondendo, assim, ao compromisso renovado perante o Pacto Global, firmado em 2001.

Todos os projetos, programas e ações desenvolvidos pela Companhia são orientados pela Política de Sustentabilidade e Cidadania Corporativa, disponível em www.copel.com.

- **Controle de impactos ambientais**

Controles do megaprocesso socioambiental

Visando ao pleno atendimento às exigências da Lei Sarbanes-Oxley - SOX, principalmente em função do histórico de deficiência material que a questão ambiental apresentou em anos anteriores, foi realizada, em agosto de 2010, uma revisão criteriosa de toda a documentação dos subtemas socioambientais e de seus respectivos controles internos, resultando em Planos de Remediação das lacunas encontradas, mais consistentes e adequados à realidade da Companhia.



Copel Distribuição S.A.



Sob esta perspectiva, diversos subtemas, particularmente Regeneração de Óleo Mineral Isolante e Guarda Temporária de Equipamentos com Óleo Mineral Isolante, evoluíram em seu enfoque ambiental, em detrimento da ênfase anteriormente disposta nas atividades meramente operacionais, contribuindo para o reconhecimento da importância dos profissionais envolvidos e das contribuições que efetivaram ao processo.

Gerenciamento de Termos de Compromisso - TCs, Termos de Ajustamento de Conduta - TACs, multas e notificações socioambientais

Com o intuito de atender às lacunas de controles internos apontadas, foi criado o relatório de gerenciamento de multas e notificações ambientais.

Por sua relevância como instrumento de gestão, e em consequência da criação da Diretoria de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial – DMC, teve seu escopo ampliado, passando a incorporar não apenas as questões ambientais da Distribuição, mas também a complexidade inerente às demandas socioambientais relativas a todos os negócios e subsidiárias integrais da Controladora, e passou a ser chamado de Relatório de Gerenciamento de TCs, TACs, Multas e Notificações Socioambientais.

Programa socioambiental de arborização urbana

A Copel DIS, por meio da Controladora, busca incentivar a profissionalização da gestão da arborização nos municípios, investindo continuamente na capacitação e qualificação de gestores e servidores municipais, por meio de cursos, reuniões e da publicação de materiais técnicos.

Em 2010, foi finalizada a primeira fase do curso "Arborização urbana - A árvore certa no lugar certo", realizado desde 2007 em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano - Sedu e o Instituto Ambiental do Paraná - IAP. Por meio desta iniciativa, em 12 cursos realizados foram capacitados 653 servidores em 246 municípios da área de concessão. Os quatro cursos realizados em 2010 abrangeram 195 servidores municipais de 88 municípios.

Tecnologias de redes de distribuição de energia

Os impactos socioambientais mais significativos das redes de distribuição são: riscos de acidentes com terceiros, conflitos com a arborização e poluição visual. Para mitigar estes impactos, em locais arborizados ou em áreas rurais com vegetação protegida por lei, a Copel Distribuição adota tecnologias substitutivas as redes nuas, como a rede compacta protegida, a rede secundária isolada, a rede isolada e a rede subterrânea.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Rede de Distribuição Compacta Protegida - RDC e Rede de Distribuição Secundária Isolada - RSI

As Redes de Distribuição Compacta Protegida - RDCs minimizam a área de interferência com a vegetação e a necessidade de poda das árvores.

As Redes de Distribuição Secundária Isolada - RSIs permitem maior proximidade dos galhos de árvores, sem o risco de provocar interrupções em caso de contato eventual e não permanente nos condutores.

As RDCs e RSIs juntas representam 79,2% e 9,7% do total de redes construídas em 2010, nas áreas urbana e rural, respectivamente.

Rede Subterrânea

Em 2010, foi concluída a implantação das redes subterrâneas no Novo Centro, em Maringá, com 3 km de extensão e na saída das Subestações Xaxim, Santa Felicidade, Campina do Siqueira, em Curitiba e da Subestação Jardim Bandeirantes, em Londrina, totalizando 17 km de rede.

A Companhia conta hoje com aproximadamente 100 km de rede de média tensão, 206 km de rede de baixa tensão e 2000 caixas e poços de inspeção. Muitos empreendimentos estão em fase de implantação (projetos, estudos e construção), a exemplo de: rede do Parque Nacional do Iguaçu (13 km); atendimento às comunidades no litoral do Paraná (35 km).

A Copel, em parceria com projetistas, empreendedores e fornecedores, também estuda e viabiliza redes subterrâneas no interior de condomínios residenciais.

Rede isolada

Outra tecnologia de rede que tem sido estudada é a rede aérea isolada. Trata-se de uma tecnologia de cabos isolados que permitem o contato permanente com a arborização. Este tipo de rede torna a necessidade de poda de árvores quase nula.

Substituição de óleo mineral isolante por óleo vegetal

A Copel DIS vem realizando estudos e pesquisas em transformadores e disjuntores de distribuição através da implantação de forma gradual de equipamentos isolados a óleo vegetal isolante, como segue:

- Foz do Iguaçu - 21 transformadores de 15 kV - 500 kVA na rede subterrânea;



COPEL

Copel Distribuição S.A.



- Cascavel - 17 transformadores de 15 kV - 112,5 kVA na rede aérea no entorno do lago municipal;
- Cascavel - 5 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea no Parque Tarquínio;
- Maringá - 18 transformadores de 15 kV - 112,5 kVA na rede subterrânea;
- Curitiba - 3 reguladores de tensão de 34,5 kV - 400 kVA;
- Curitiba - 2 transformadores de 15 kV - 75 kVA na rede aérea do Almojarifado Central da Copel;
- Cascavel - 4 disjuntores nas tensões de 15 e 34,5 kV em Subestações.

Em maio de 2010, visando dar continuidade aos estudos, a Copel DIS instalou um transformador de distribuição isolado a óleo vegetal de Crambe, classe 15 kV, 75 kVA na SE/PHS, operando como serviço auxiliar e alimentando todo o sistema que utiliza corrente alternada desta subestação.

Em outubro de 2010, doze novos transformadores subterrâneos, 500 kVA 13,8kV-220/127V isolados a óleo vegetal isolante foram instalados no Novo Centro de Maringá.

- **Gestão de Recursos Naturais**

Materiais

No que diz respeito à aquisição de materiais, a Companhia possui ações diretamente ligadas e alinhadas com sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial. Os fornecedores são identificados e classificados, considerando como critérios os aspectos técnicos, jurídicos, de regularidade fiscal, responsabilidade social e ambiental e aspectos econômico-financeiros, o que ajuda a assegurar disponibilidade de fornecimento no longo prazo.

A Copel DIS desenvolve seus fornecedores de materiais e equipamentos por meio de avaliações industriais e homologação de materiais. Nas avaliações industriais, que fazem parte do processo de cadastramento de fornecedores desde 1985, o responsável pela avaliação conduz esta atividade indicando oportunidades de melhoria nas instalações e processos desse fornecedor, estabelecendo, assim, um ciclo de melhoria que permite seu desenvolvimento, ampliação da oferta e sustentabilidade da cadeia.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Reciclagem e reaproveitamento de materiais

Desde 2005, a Copel Distribuição realiza a reciclagem da sucata de cabos de alumínio retirados da rede de energia elétrica. A alternativa é a mais adequada sob os pontos de vista técnico, econômico, ambiental e social, pois a sucata não é reaproveitada como cabo, mas sim reprocessada, originando a matéria prima para a produção de novos cabos. Em 2010, foram encaminhadas para reciclagem 246 toneladas de sucata de alumínio, obtendo em retorno 170 km de cabo de alumínio isolado e 75 toneladas de cabo de alumínio nu.

Os transformadores retirados do sistema elétrico são encaminhados para avaliação técnica e triagem dos inservíveis e recuperáveis. Após a recuperação, os equipamentos são reincorporados aos estoques da empresa. Em 2010, foram recuperados 7.040 transformadores, monofásicos e trifásicos, sendo 3.008 recuperados internamente e 4.032 externamente.

Outra iniciativa relativa ao reuso de materiais é a recuperação de medidores danificados retirados das unidades consumidoras. Pequenos reparos são realizados internamente, sendo encaminhados para empresas especializadas em recuperação aqueles cuja necessidade técnica demanda maiores reparos e troca de peças. Na etapa seguinte, os medidores são encaminhados ao posto de ensaios, autorizado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, existente na Copel DIS, onde são realizados ensaios metrológicos e verificação técnica para serem liberados e reutilizados. Em 2010, foram recuperados 120.000 medidores.

Utilização de Papel e Plástico

No decorrer de 2009, foi implantado o uso de papel reciclado na Companhia, refletindo mudanças culturais, participação efetiva e engajamento dos empregados à nova prática adotada. Em 2010, foram utilizadas aproximadamente 63,5 milhões de folhas de papel. Destas, cerca de 80% foram folhas de papel reciclado, representando um aumento de 62% em relação ao ano de 2009. Por outro lado, o consumo total de papel teve uma redução de 35% em relação a 2009, grande parte em função do autoenvolvimento de faturas, prática implementada no segundo semestre de 2010. O autoenvolvimento de faturas representou uma redução de, aproximadamente, 3 milhões de envelopes por mês.

Consumo de água

Em 2010, tiveram início algumas obras visando à utilização de água pluvial. O sistema de captação e armazenagem da água da chuva foi instalado em três agências na região de Ponta Grossa, nos



COPEL

Copel Distribuição S.A.



municípios de Telêmaco Borba, Castro e Jaguariaíva. A Copel Distribuição não recicla a água utilizada em suas unidades administrativas.

O consumo de água, oriunda da rede pública de abastecimento foi de 125.625 m³, apresentando aumento de 8% em relação ao consumo de 2009 – 116.463 m³.

- **Emissões, Efluentes e Resíduos**

Emissões

Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa

Em 2010, a Controladora executou as seguintes atividades:

- Elaboração e divulgação no *site* da companhia do seu segundo inventário corporativo de gases de efeito estufa, de acordo com as definições iniciais do Programa Brasileiro GHG Protocol, tomando como base o ano de 2009;
- Publicação de seus dados no *Carbon Disclosed Project* - CDP, relatando suas emissões e se posicionando sobre o assunto;
- Realização de estudo de mudanças climáticas pelo instituto MaxGaia, para levantamento de informações das publicações feitas nos assuntos relacionados a mudanças climáticas, ao setor energético e a região sul, com o intuito de avaliar os cenários existentes para as áreas de atuação da companhia.

Para 2011, a Copel continuará elaborando o inventário corporativo de gases de Efeito Estufa, de acordo com as definições do Programa Brasileiro GHG Protocol, utilizando os dados relativos a 2010.

Resíduos

Em 2010, destacam-se as seguintes ações, no âmbito do Programa de Gestão Corporativa de Resíduos:

- Atualização de normas internas referentes à gestão de materiais e resíduos PCB (Ascarel), que estabelecem as regras e procedimentos para o manuseio, acondicionamento, armazenamento, transporte e destinação final de óleos isolantes, materiais, equipamentos e recipientes contendo Ascarel ou que entraram em contato com esta substância;

- Elaboração e publicação de normas internas estabelecendo os procedimentos para o transporte terrestre de produtos, resíduos e equipamentos fixos e móveis que contenham substâncias perigosas, assim como os procedimentos para a contenção, recolhimento e destinação de substâncias perigosas provenientes de vazamentos e derramamentos acidentais.
- Elaboração de normas internas para o manejo ambientalmente adequado dos seguintes resíduos: baterias chumbo-ácido; lâmpadas fluorescentes; materiais com amianto; pilhas usadas; pneus; resíduos de construção e demolição civil; e rejeitos radioativos.
- Elaboração, implementação e monitoramento de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS para o Polo administrativo km3, para a Oficina de Manutenção Eletromecânica de Maringá e para a obra da Unidade de Regeneração de Óleos Isolantes - Utrol, em Cascavel. Para 2011, está prevista a elaboração de PGRS para outras unidades da Companhia, incluindo Unidades Administrativas, Agências, Subestações e Unidades de Manutenção. Também serão revisados os Planos de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS;
- Diagnóstico das condições das estruturas de armazenamento e manuseio de resíduos, equipamentos e produtos químicos (Depósito de Resíduos Perigosos Classe I, Pátio para Resíduos Não Perigosos Classe II e Pátio de Armazenamento de Equipamentos com Óleo Mineral e área de Armazenamento de Produtos Químicos) nas instalações de Curitiba, Ponta Grossa, Cascavel, Londrina e Maringá. Os diagnósticos resultaram em planos de ação, que deverão ser implantados objetivando a correção das não-conformidades identificadas;
- Elaboração de rótulos para transporte e de Fichas de Emergência para produtos químicos manipulados na Companhia; e
- Participação, pela terceira vez consecutiva, do evento Reciclação - Feira Brasileira de Reciclagem, Preservação & Tecnologia Ambiental.

Os resíduos perigosos classe I gerados na Companhia são encaminhados a empresas especializadas no tratamento e disposição final, devidamente licenciadas para tais atividades. Para os resíduos críticos, são realizadas vistorias nestas empresas visando garantir o pleno atendimento das cláusulas contratuais e da legislação social e ambiental vigente.

A tabela a seguir apresenta dados do tratamento e destinação final de resíduos perigosos gerados na Companhia em 2010:

Resíduo	Unidade	Quantidade	Gastos com destinação	Método de tratamento / disposição final
Ascarel	ton	7,38	R\$ 88.330,81	Descontaminação e reciclagem de carcaças metálicas impermeáveis de equipamentos. Incineração do óleo e de sólidos permeáveis contaminados
Lâmpadas fluorescentes (vapor de mercúrio e mistas)	un	182.272	R\$ 82.022,40	Desmercurização e reciclagem
Solo contaminado com óleo	ton	8	R\$ 14.992,00	Aterro industrial classe I
Óleo mineral isolante	litro	259.958	R\$ 53.532,74	Regeneração interna

Projeto Dunas e Restingas

Coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA e pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP, conta também com a ativa participação da Copel. A restinga é considerada Área de Preservação Permanente - APP, o que garante a preservação da orla. Em 2009, a Copel, a Sema e o Batalhão de Polícia Ambiental do Estado assinaram protocolo de intenções doando às Associações de Surf, idealizadoras do projeto, 5,1 mil postes de eucalipto da Copel para isolar áreas de restinga e de formação de dunas.

A instalação dos postes deu-se em 2010 e hoje a orla dos municípios de Guaratuba, Pontal do Paraná e Matinhos está com suas áreas de restingas protegidas contra a entrada de veículos e com a real possibilidade de recuperação do ambiente.

- **Fontes de energia renovável**

A busca por fontes renováveis de energia é um dos temas mais importantes da atualidade. Atenta a esta nova fronteira de oportunidades e à necessidade de diversificação de sua matriz energética, a Copel Distribuição tem o desafio de estudar e prospectar oportunidades de negócios com fontes não agressivas ao patrimônio natural, renováveis, não poluentes, geradoras de renda e fomentadoras do desenvolvimento social. Alguns dos projetos em desenvolvimento são:



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Veículo elétrico

Em outubro de 2010, a Copel colocou em circulação o primeiro táxi elétrico do Brasil. Ao mesmo tempo, a Controladora inaugurou seu primeiro eletroposto, equipamento que faz a recarga das baterias do veículo, e que foi instalado na área de desembarque do terminal. O veículo elétrico – ficará disponível para uso e experimentação dos passageiros que desembarcam no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais, região metropolitana de Curitiba. Para este projeto experimental do táxi elétrico, a Copel firmou um convênio com a Infraero, Prefeitura de São José dos Pinhais e Cooperativa Aerotáxi. O uso do veículo como táxi tem o objetivo de iniciar um estudo sobre o impacto que esta nova tecnologia terá no sistema elétrico quando começar a ser utilizado este tipo de automóvel.

Projeto políticas públicas & energias renováveis

Iniciado em fevereiro de 2010, o projeto parte da constatação de que grande parte dos projetos com fontes renováveis de energia depende de políticas públicas e corporativas voltadas para seu fomento, de modo a assegurar sua viabilidade econômico-financeira.

Desenvolvido em parceria com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR, a Universidade Federal do Paraná - UFPR, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - Ipardes, o Instituto Agrônomo do Paraná - Iapar e a Sociedade Brasileira de Planejamento Energético - SBPE, o projeto tem as seguintes finalidades: pesquisar e propor políticas públicas e corporativas para o desenvolvimento de fontes renováveis de energia; pesquisar as políticas públicas implantadas nos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE e BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) para identificar oportunidades de desenvolvimento para o Estado do Paraná e novos negócios para a Copel DIS.

Neste ano, as atividades de pesquisa resultaram na organização do 1º Workshop de Políticas Públicas e Energia Renovável, ocorrido na Companhia que contou com a presença de palestrantes especialistas e de pesquisadores das instituições parceiras. Também resultou na publicação do livro científico denominado "Dossiê de pesquisa: fontes renováveis de energia" que reúne 48 pesquisadores em 13 artigos que tratam de pesquisas na área.

Pesquisa de Consumo de Energéticos - PCE

Metodologia de pesquisa para os setores industrial e comercial, disponível em www.copel.com/pce, para atualização do banco de dados de consumo de energéticos e de



Copel Distribuição S.A.



biomassa, subsidiando o planejamento energético e o levantamento do potencial de biomassa do Estado.

A Copel DIS, através de sua Controladora, em um período de 20 anos, acompanha através de pesquisa, o consumo industrial de energéticos no Estado do Paraná, com o objetivo de manter um banco de dados atualizado para os estudos de planejamento energético. O banco está dimensionado para armazenar as informações dos consumidores de energéticos, contemplando os dados gerais, as características dos equipamentos para uso final (caldeiras, fornos, aquecedores e outros) e, como principal item, o consumo, abrangendo um período de quatro anos, além da previsão para os próximos quatro. Essas informações constituem-se em importante fonte de recursos para desenvolver o “Balanço Energético do Paraná - BEP”, o “Perfil do Consumo das Indústrias do Paraná”, o “Plano Paranaense de Energia 2030” entre outros tantos direcionados para a área de planejamento. Da mesma forma, o banco de biomassa retém informações sobre a disponibilidade de resíduos gerados no Estado oportunizando estudos de prospecção desses potenciais para novos projetos, evidenciados em mapa georreferenciado.

7 BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2010		2009	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 25	Receita Líquida - RL	4.939.328		4.420.923	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS			% Sobre RL		% Sobre RL
	Remuneração dos administradores	455	-	522	-
	Remuneração dos empregados	385.171	7,8	368.264	8,3
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	60.607	1,2	51.911	1,2
NE 26.3	Encargos sociais compulsórios	127.300	2,7	118.809	2,7
NE 19.3	Plano previdenciário	34.776	0,7	36.457	0,8
NE 19.3	Saúde (Plano assistencial)	56.563	1,1	44.907	1,0
	Segurança e medicina no trabalho	5.352	0,1	4.045	0,1
	Educação	1.985	-	1.921	-
	Cultura	1.735	-	741	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	8.574	0,2	7.017	0,2
	Auxílio creche	588	-	480	-
NE 26.3	Participação nos lucros e/ou resultados	46.950	1,0	46.102	1,0
NE 26.3	Indenizações Trabalhistas	12.420	0,3	36.311	0,8
(1)	Outros benefícios	1.290	-	990	-
	Total	358.140	7,3	349.691	7,9
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS			% Sobre RL		% Sobre RL
	Esporte	220	-	150	-
NE 26.7	Lei do incentivo ao esporte	220	-	150	-
NE 26.7	Cultura (Lei Rouanet e FIA)	1.198	-	1.019	-
	Combate à fome e a segurança alimentar	1	-	1	-
	Saúde e saneamento	95.607	1,9	107.872	2,4
	Programa Luz para Todos	89.696	1,8	99.812	2,4
	Programa Tarifa Noturna	5.911	0,1	8.048	0,2
	Outros programas	-	-	12	-
	Outros	1.832	-	234	-
	Programa de acessibilidade	1.534	-	30	-
NE 26.7	Fundo dos direitos da criança e do adolescente	298	-	200	-
	Outros	-	-	4	-
	Total das contribuições para a sociedade	98.858	1,9	109.276	2,5
	Tributos (excluídos encargos sociais)	3.173.662	64,3	2.539.669	57,4
	Total	3.272.520	66,2	2.648.945	59,9

NE - Nota Explicativa

(continuação)

		2010		2009			
4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre RL		% Sobre RL			
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	159.042	3,2	132.108	3,0		
	PEE e P&D	65.150	1,3	51.394	1,2		
	Gestão de resíduos	2.900	0,1	1.798	-		
	Rede Compacta	90.796	1,9	78.691	1,8		
	Programas de proteção de Fauna e Flora	196	-	225	-		
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	571	-	382	-		
(2)	Educação Ambiental	190	-	367	-		
	Programa Tributo às águas	357	-	11	-		
	Outros programas	24	-	4	-		
	Total	159.613	3,2	132.490	3,0		
(3)	Quantidade de sanções ambientais	1		3			
	Valor das sanções ambientais	-		33			
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL							
	Empregados no final do período	6.657		6.554			
	Admissões durante o período	795		553			
	Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
	Total Superior e extensão universitária	2.547	1.798	749	2.473	1.761	712
	Total 2º Grau	3.806	3.263	543	3.719	3.223	496
	Total 1º Grau	305	283	22	362	337	25
	Faixa etária dos empregados(as):						
	Abaixo de 18 anos	54			56		
	De 18 até 30 anos (exclusive)	1.468			1.389		
	De 30 até 45 anos (exclusive)	2.660			2.613		
	De 45 até 60 anos (exclusive)	2.451			2.464		
	Acima de 60 anos	24			32		
	Mulheres que trabalham na empresa	1.314			1.233		
	% Mulheres em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de mulheres	4,6			4,0		
	em relação ao nº total de gerentes	17,2			15,8		
	Negros(as) que trabalham na empresa	794			733		
	% Negros(as) em cargos gerenciais:						
	em relação ao nº total de negros(as)	2,5			2,3		
	em relação ao nº total de gerentes	5,6			5,5		
	Portadores(as) de necessidades especiais	68			61		
	Dependentes	14.420			15.018		
	Estagiários(as)	764			697		
	Terceirizados	4.501			4.228		

(continuação)

	2010	2009
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	39	27
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	177	242
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos(as) + Cipa	todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos(as) empregados(as)	todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são sugeridos	são sugeridos
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	110.520	141.764
no Procon	411	358
na Justiça	1.302	1.588
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	100,0%	100,0%
no Procon	89,5%	91,3%
na Justiça	21,9%	23,9%



Copel Distribuição S.A.



(continuação)

	2010	2009
7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA		
Valor adicionado total a distribuir	4.457.604	3.493.536
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):		
Terceiros	2,2%	3,1%
Pessoal	12,0%	15,4%
Governo	74,1%	76,1%
Acionistas	3,7%	5,4%
Retido	8,0%	-

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, não mais prescreverá seu modelo padrão de Balanço Social por entenderem que esta ferramenta e esta metodologia já se encontram amplamente difundida entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando a transparência de suas informações.

• A Copel Distribuição é uma subsidiária integral da Copel, companhia pertencente ao Setor Energético, atuante no Estado do Paraná com CNPJ nº 04.368.898/0001-06.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez e Morte acidental.

(2) Estes valores referem-se somente à Educação Ambiental da comunidade. Os valores de público interno estão incluídos em Capacitação e Desenvolvimento Profissional.

(3) Estas informações referem-se a Termos de Compromisso - TC's, Termos de Ajustamento de Conduta - TAC's, multas e notificações socioambientais.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



8 GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO FISCAL

Presidente JOAQUIM ANTONIO DE OLIVEIRA PORTES
Membros LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI
OSNI RISTOW
ROBERTO BRUNNER
SERGIO ROBERTO ZONATTO

DIRETORIA

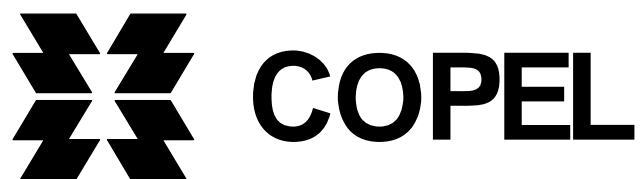
Diretor Presidente e Diretor de Distribuição PEDRO AUGUSTO DO NASCIMENTO NETO
Diretoria de Gestão Corporativa YÁRA CHRISTINA EISENBACH
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores RICARDO PORTUGAL ALVES
Diretor Jurídico JULIO JACOB JUNIOR
Diretor de Engenharia JORGE ANDRIGUETTO JUNIOR
Diretor de Meio Ambiente e Cidadania Empresarial GILBERTO MENDES FERNANDES
Diretor Adjunto LUIZ GEREMIAS DE AVIZ

CONTADOR

Contador - CRC-PR-045809/O-2 ADRIANO FEDALTO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Copel Distribuição S.A. foi extinto através de sua 5ª Assembleia Geral Extraordinária, ratificada pela 119ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia – Copel.



Copel Distribuição S.A.

CNPJ/MF 04.368.898/0001-06

Inscrição Estadual 90.233.073-99

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia – Copel

www.copel.com copel@copel.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 – Bloco C - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2010



COPEL

Copel Distribuição S.A.



SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balanço Patrimonial.....	3
Demonstrações do Resultado.....	5
Demonstrações do Resultado Abrangente	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	12
1 Informações Gerais.....	12
2 Principais Políticas Contábeis	12
3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas.....	26
4 Efeitos da Adoção das IFRSs nas Demonstrações Financeiras	27
5 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	36
6 Aplicações Financeiras	37
7 Clientes	38
8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná.....	40
9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão	41
10 Outros Créditos.....	43
11 Estoques.....	44
12 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos	44
13 Despesas Antecipadas	48
14 Depósitos Judiciais	48
15 Intangível	48
16 Obrigações Sociais e Trabalhistas	53
17 Fornecedores.....	54
18 Empréstimos e Financiamentos	55
19 Benefícios Pós-Emprego.....	60
20 Encargos do Consumidor a Recolher	62
21 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	62
22 Outras Contas a Pagar	63
23 Provisões para Litígios.....	64
24 Patrimônio Líquido	68
25 Receita Operacional Líquida	69
26 Custos e Despesas Operacionais	71
27 Resultado Financeiro	75
28 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.....	76
29 Contratos de Arrendamento Operacional.....	77
30 Instrumentos Financeiros.....	78
31 Transações com Partes Relacionadas	86
32 Seguros	87
33 Gastos em Meio Ambiente	89
PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO.	90

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

ATIVO	NE nº	IFRS e BR GAAP		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	5	669.079	192.468	354.286
Aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	6	30.813	19.429	37.174
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	201	197	34
Clientes	7	931.463	835.215	756.479
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	58.816	49.549	47.133
Outros créditos	10	127.198	95.047	72.640
Estoques	11	83.893	76.170	48.150
Imposto de renda e contribuição social	12	30.685	145.091	85.772
Outros tributos correntes a recuperar	12	30.089	24.988	22.926
Despesas antecipadas	13	1.654	1.491	1.087
		1.963.891	1.439.645	1.425.681
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Aplicações financeiras restritas - cauções e dep. vinculados	6	26.280	24.195	37.868
Clientes	7	43.729	50.921	81.760
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná	8	1.282.377	1.205.025	1.272.770
Depósitos judiciais	14	147.895	87.360	87.492
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.637.888	1.097.120	807.025
Outros créditos	10	3.280	4.611	4.709
Outros tributos correntes a recuperar	12	64.303	71.775	52.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	245.265	238.376	199.605
		3.451.017	2.779.383	2.543.726
Investimentos		4.232	4.250	2.474
Intangível	15	1.288.979	1.363.025	1.264.313
		4.744.228	4.146.658	3.810.513
TOTAL DO ATIVO		6.708.119	5.586.303	5.236.194

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanco Patrimonial

levantado em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

PASSIVO	NE nº	IFRS e BR GAAP		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
CIRCULANTE				
Obrigações sociais e trabalhistas	16	118.790	139.562	109.161
Fornecedores	17	444.987	433.800	415.006
Outras obrigações fiscais	12	254.811	202.146	157.717
Empréstimos e financiamentos	18	17.950	12.490	14.313
Dividendos a pagar		355.968	111.268	130.247
Benefícios pós-emprego	19	16.811	15.501	14.636
Encargos do consumidor a recolher	20	52.475	25.732	39.575
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	140.381	106.761	93.506
Outras contas a pagar	22	47.460	42.805	47.174
		1.449.633	1.090.065	1.021.335
NÃO CIRCULANTE				
Coligadas e controladas		715.539	658.724	597.227
Obrigações fiscais	12	11.553	48.311	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	32.563	-	2.497
Empréstimos e financiamentos	18	525.711	147.224	153.326
Benefícios pós-emprego	19	262.728	241.546	226.845
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	64.447	70.565	66.755
Outras contas a pagar	22	-	-	15
Provisões para litígios	23	329.134	278.392	214.276
		1.941.675	1.444.762	1.260.941
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24			
Capital social		2.624.841	2.624.841	2.171.928
Ajustes de avaliação patrimonial		13.463	11.464	-
Reserva legal		108.500	82.274	66.289
Reserva de retenção de lucros		570.007	237.685	704.848
Dividendo adicional proposto		-	95.212	10.853
		3.316.811	3.051.476	2.953.918
TOTAL DO PASSIVO		6.708.119	5.586.303	5.236.194

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

OPERAÇÕES CONTINUADAS	NE nº	IFRS e BR GAAP	
		2010	2009
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	25	2.104.950	1.960.175
Suprimento de energia elétrica	25	64.471	57.879
Disponibilidade da rede elétrica	25	2.117.454	1.801.832
Receita de construção	25	599.634	545.882
Outras receitas operacionais	25	52.819	55.155
		4.939.328	4.420.923
Custos Operacionais			
Energia elétrica comprada para revenda	26	(2.170.875)	(2.037.970)
Encargos de uso da rede elétrica	26	(468.723)	(434.171)
Pessoal	26	(453.626)	(454.407)
Planos previdenciário e assistencial	26	(70.581)	(61.895)
Material	26	(53.336)	(44.306)
Serviços de terceiros	26	(172.389)	(167.889)
Depreciação e amortização	26	(157.354)	(145.824)
Custo de construção	26	(599.634)	(545.882)
Outros custos	26	(5.296)	(565)
		(4.151.814)	(3.892.909)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		787.514	528.014
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	26	(46.738)	(38.733)
Despesas gerais e administrativas	26	(247.895)	(261.374)
Outras receitas (despesas), líquidas	26	(131.284)	(123.053)
		(425.917)	(423.160)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		361.597	104.854
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	27	481.690	169.889
Despesas financeiras	27	(102.780)	(103.949)
		378.910	65.940
LUCRO OPERACIONAL		740.507	170.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	12	(193.982)	(29.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(22.012)	47.173
		(215.994)	17.272
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		524.513	188.066
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO		0,1998	0,0716

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Demonstrações do Resultado Abrangente

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	IFRS e BR GAAP	
	2010	2009
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	524.513	188.066
Ajuste referente ativos financeiros classificados como disponíveis para venda - Concessão distribuição	3.029	17.369
(-) Tributos s/ ajuste dos ativos financeiros	(1.030)	(5.905)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	526.512	199.530



COPEL

Copel Distribuição S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				IFRS e BR GAAP Total
				Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (antes da adoção das novas normas contábeis)		2.171.928	-	66.289	804.068	-	-	3.042.285
Ajustes decorrentes da adoção das novas normas contábeis	4.2.2	-	-	-	-	10.853	(99.220)	(88.367)
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	(99.220)	-	99.220	-
Saldo em 01 de janeiro de 2009 (após a adoção das novas normas contábeis)		2.171.928	-	66.289	704.848	10.853	-	2.953.918
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	188.066	188.066
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	9	-	11.464	-	-	-	-	11.464
Resultado abrangente total do exercício		-	11.464	-	-	-	188.066	199.530
Deliberação dos dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(10.853)	-	(10.853)
Aumento de capital social		452.913	-	-	(452.913)	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal		-	-	15.985	-	-	(15.985)	-
Juros sobre o capital próprio		-	-	-	-	95.212	(186.331)	(91.119)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	117.397	-	(117.397)	-
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	(131.647)	-	131.647	-
Saldo em 31 de dezembro de 2009		2.624.841	11.464	82.274	237.685	95.212	-	3.051.476
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	524.513	524.513
Outros resultados abrangentes								
Ajuste ref. a ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, líquido de tributos	9	-	1.999	-	-	-	-	1.999
Resultado abrangente total do exercício		-	1.999	-	-	-	524.513	526.512
Deliberação dos dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(95.212)	-	(95.212)
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	24.2	-	-	26.226	-	-	(26.226)	-
Juros sobre o capital próprio	24.2	-	-	-	-	-	(109.863)	(109.863)
Dividendos	24.2	-	-	-	-	-	(56.102)	(56.102)
Reserva de retenção de lucros	24.2	-	-	-	332.322	-	(332.322)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2010		2.624.841	13.463	108.500	570.007	-	-	3.316.811

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações do Fluxo de Caixa
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	IFRS e BR GAAP	
		2010	2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		524.513	188.066
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa das atividades operacionais:			
Amortização do intangível	15	180.701	167.516
Variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		(270.507)	10.787
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.4	22.012	(47.173)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.6	25.954	15.971
Provisões para litígios	26.6	80.959	87.544
Provisão para benefícios pós-emprego	19.3	91.339	81.364
Provisão para pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	42.480	38.411
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	25.707	26.686
Resultado das baixas de intangível	15	14.841	17.400
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(108.603)	(65.116)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	8	129.095	130.967
Depósitos judiciais		(60.535)	132
Outros créditos		(30.561)	(22.055)
Estoques		(7.723)	(28.020)
Imposto de renda e contribuição social		114.406	(59.319)
Outros tributos correntes a recuperar		11.983	16.401
Despesas antecipadas		(163)	(404)
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(20.772)	30.401
Fornecedores		11.187	18.794
Obrigações fiscais		13.195	61.427
Juros pagos de empréstimos e financiamentos	18	(20.211)	(11.005)
Benefícios pós-emprego	19.3	(68.847)	(65.798)
Encargos do consumidor a recolher		26.743	(13.843)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	(30.724)	(32.467)
Outras contas a pagar		4.655	(4.384)
Provisões para litígios	23	(30.217)	(23.428)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		670.907	518.855

(continua)



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Demonstrações do Fluxo de Caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	IFRS e BR GAAP	
		2010	2009
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		(11.961)	17.434
Adições no intangível	15	(632.525)	(664.958)
Participação financeira dos consumidores	15	89.176	57.421
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento		(555.310)	(590.103)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos obtidos com partes relacionadas		-	15.000
Empréstimos obtidos com terceiros	18	388.116	27.994
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	18	(10.625)	(12.613)
Juros sobre o capital próprio pagos		(16.477)	(120.951)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		361.014	(90.570)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa		476.611	(161.818)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	192.468	354.286
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	5	669.079	192.468
Variação no caixa e equivalentes de caixa		476.611	(161.818)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Valor Adicionado
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
Valores expressos em milhares de reais - R\$

	NE nº	IFRS e BR GAAP	
		2010	2009
Receitas			
Venda de energia, serviços e outras receitas	25	7.605.567	6.702.674
Outros resultados operacionais		(37.137)	(23.346)
Receita de construção	25	599.634	545.882
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	26.6	(25.954)	(15.971)
Total		8.142.110	7.209.239
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda		2.375.893	2.236.222
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS		557.453	495.260
Material, insumos e serviços de terceiros		349.389	319.066
Outros encargos		12.776	31
Custo de construção	26	599.634	545.882
Outros insumos		94.242	124.294
Total		3.989.387	3.720.755
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		4.152.723	3.488.484
(-) Depreciação e amortização	26	180.701	167.516
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		3.972.022	3.320.968
(+) Valor adicionado transferido			
Receitas financeiras e desp. financeiras negativas	27	485.582	172.568
Total		485.582	172.568
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		4.457.604	3.493.536

(continua)

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Demonstração do Valor Adicionado**

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 (continuação)

Valores expressos em milhares de reais - R\$

(continuação)

	NE nº	IFRS e BR GAAP			
		2010	%	2009	%
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações e honorários	26.3	386.917		369.776	
Planos previdenciário e assistencial		86.359		76.624	
Auxílio alimentação e educação	26.3	49.716		42.122	
Encargos sociais - FGTS		27.449		26.520	
Indenizações trabalhistas	26.3	12.420		36.311	
Participação nos lucros e/ou resultados	26.3	46.950		46.102	
Apropriação no imobilizado em curso	26.3	(76.469)		(58.918)	
Total		533.342	12,0	538.537	15,4
Governo					
Federal		1.328.021		945.244	
Estadual		1.972.027		1.712.551	
Municipal		915		683	
Total		3.300.963	74,1	2.658.478	76,1
Terceiros					
Juros e multas		87.345		97.086	
Arrendamentos e aluguéis	26.7	9.726		10.000	
Doações, subvenções e contribuições	26.7	1.716		1.369	
Total		98.787	2,2	108.455	3,1
Acionistas					
Remuneração do capital próprio		109.863		186.331	
Dividendos propostos		56.102		-	
Lucros retidos na empresa		358.547		1.735	
Total		524.512	11,7	188.066	5,4
		4.457.604	100,0	3.493.536	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Informações Gerais

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, bloco C, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel (Copel ou Controladora). Explora a distribuição e a comercialização regulada de energia elétrica a 1.111 localidades, pertencentes aos 392 dos 399 municípios no Estado do Paraná, e também ao município de Porto União, no Estado de Santa Catarina.

1.1 Concessões

O contrato de concessão firmado entre a Copel Distribuição e a Aneel, de junho de 1999, tem prazo de vencimento em 07.07.2015, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente. Para fins operacionais, a área de concessão foi dividida em 5 regionais, a saber: Noroeste, Oeste, Leste, Centro Sul e Norte.

2 Principais Políticas Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - IFRSs emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como IFRS e BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

2.2 Base de elaboração

A autorização para a emissão das demonstrações financeiras ocorreu na Reunião da Diretoria realizada em 21.03.2011.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativo intangível mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas de acordo com as “IFRSs”. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção dos IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na NE nº 4.

Segue o resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia:

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Consumidores, concessionárias e permissionárias

Englobam o fornecimento e o suprimento de energia faturada e a estimativa de energia fornecida não faturada até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2.5 Aplicações financeiras

Incluem instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. O tratamento contábil destes instrumentos financeiros está descrito no item 2.23.

2.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de clientes e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

É constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



2.7 Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Todavia, qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é registrado no passivo na data em que são aprovados e declarados em Assembléia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.8 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

2.9 Reconhecimento da receita

As receitas operacionais são reconhecidas quando: (i) o valor da receita é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à transação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos sejam recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e benefícios tenham sido integralmente transferidos ao comprador.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos e/ou bonificações concedidos e encargos sobre vendas.

2.9.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.9.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato, que é assim determinado:

- Os honorários de instalação são reconhecidos de acordo com o estágio de conclusão dos serviços de instalação, determinados proporcionalmente entre o tempo total estimado para os serviços e o tempo decorrido até o final de cada período de relatório;
- Os honorários de serviços incluídos no preço de produtos vendidos são reconhecidos proporcionalmente ao seu custo total, considerando as tendências históricas no número de serviços realmente prestados em produtos vendidos anteriormente.

- A receita referente a serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas.

2.9.3 Receita de construção e custo de construção

O ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os CPCs 17/IAS 11 – Contratos de Construção e CPC 30/IAS 18, IFRIC 13 e SIC 31 – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas de construção relativas a serviços de construção da infra-estrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.

Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infra-estrutura de distribuição com partes não relacionadas e o grande volume de obras é realizado em curto prazo de tempo, a margem de construção para a atividade de distribuição resulta em valores não significativos, admitindo-se como valores próximo a zero.

2.9.4 Receita de aluguel

A política da Companhia para o reconhecimento de receita de arrendamentos operacionais está descrita na NE nº 2.10.1 Arrendamento – A Companhia como arrendadora.

2.10 Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

2.10.1 A Companhia como arrendadora

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão.

2.10.2 A Companhia como arrendatária

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são liquidados.

2.11 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

2.12 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficientização Energética - PEE

São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.

2.13 Provisão de custos socioambientais ou Obrigações socioambientais

As obrigações ambientais são reconhecidas no passivo quando suas ocorrências forem prováveis e possam ser razoavelmente estimadas.

É registrada à medida que a Sociedade assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais possa haver estimativa dos montantes destes desembolsos. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo intangível em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

2.14 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 19. Os valores destes compromissos atuariais, (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos da deliberação CVM 600/09, CPC 33/IAS19.

A adoção do método da unidade de crédito projetada, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da entidade que administra estes planos - a Fundação Copel.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos seguindo a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

2.15 Impostos e contribuições

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas a tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e Imposto sobre Serviços – ISS às alíquotas vigentes, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Pasep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social são reconhecidos somente na possibilidade de existir base tributável que permitam sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram mensurados a partir dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, aplicando-se as alíquotas vigentes dos citados tributos, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora.

A Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei 11.941/09 criou o Regime Tributário de Transição – RTT, aplicável à pessoa jurídica sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ com base no Lucro Real. A adoção deste regime foi optativa para os anos de 2008 e 2009, sendo que para o ano de 2010 passou a ser obrigatória e vigorará até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Este regime tem como objetivo neutralizar o potencial impacto tributário decorrente das modificações dos critérios de reconhecimento contábeis das receitas, custos e despesas introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

Com a adoção deste regime as modificações dos critérios de reconhecimento das receitas, custos e despesas não terão efeitos na apuração da base de cálculo dos tributos, tanto sobre as receitas quanto sobre o lucro, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007.

2.16 Contas a receber vinculadas à concessão

2.16.1 Ativo financeiro – Distribuição

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que, no entendimento da Companhia, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (Aneel). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à atualização e movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012. Devido a natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela Aneel leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.17 Ativos intangíveis

Compreende o direito ao acesso e de exploração da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pelo operador como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com o CPC 04 - Ativos intangíveis, o ICPC 01 - Contratos de Concessão e o OCPC 05 - Contratos de concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo a parcela remanescente após a determinação do ativo financeiro (valor residual), em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores, portanto, com risco de demanda.

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 15% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

2.17.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.17.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.18 Avaliação do valor de recuperação dos ativos

Os bens do intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

2.19 Materiais em estoque (inclusive no ativo intangível)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição e aqueles classificados no ativo intangível, pelo custo de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus preços estimados de venda, deduzidos de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.20 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.21 Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data do balanço.

2.22 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, clientes, repasse CRC ao governo do Estado do Paraná, aplicações financeiras, contas a receber vinculadas à concessão, empréstimos e financiamentos, fornecedores, dentre outras. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito, são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Ativos financeiros

2.22.1 Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus ativos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

2.22.2 Instrumentos disponíveis para venda

A mensuração inicial dos instrumentos financeiros classificados como “disponível para venda” é efetuada com base no valor justo e subsequente a valor de mercado, sendo que a variação do valor justo proveniente da diferença entre a taxa de juros de mercado e a taxa de juros efetiva é registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, como ajuste de avaliação patrimonial, sem transitar pelo resultado do exercício. A parcela dos juros definidos no início do contrato, calculada com base no método de juros efetivos, assim como quaisquer mudanças na expectativa de fluxo de caixa, são registradas no resultado do exercício.

No momento da liquidação de um instrumento financeiro classificado como ativo financeiro “disponível para venda”, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é reconhecido no resultado do exercício.

2.22.3 Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.



2.22.4 Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos pelo método do custo amortizado ou taxa de juros efetiva.

Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

2.22.5 Classificação como instrumento de dívida ou de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade da Companhia são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio.

2.22.6 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.22.7 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- foi adquirido principalmente para a recompra no curto prazo;
- faz parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados gerenciados em conjunto pela Companhia e possui um padrão real recente de obtenção de lucro de curto prazo; e
- é um derivativo não designado como instrumento de “*hedge*” efetivo.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, iria surgir;
- o passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados da Companhia, e quando as informações a respeito da Companhia forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

- o ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro. O valor justo é determinado conforme descrito na NE nº 30.

2.22.8 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.22.9 Baixas de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.23 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, considerando incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial e receitas financeiras). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.24 Normas e interpretações novas e revisadas e ainda não adotadas

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 01.01.2011, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

- IFRS 9, "Instrumentos financeiros", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2013. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013;
- IAS 24 (revisado), "Divulgações de Partes Relacionadas", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após: 01.01.2011. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2011;
- alteração ao IAS 32 "Classificação das emissões de direitos", emitida em outubro de 2009 e aplicável em exercícios iniciando em ou após 01.02.2010. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013, se aplicável;
- O IFRIC 19, "Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais", emitido em novembro de 2009 e aplicável em exercícios iniciados em ou após 01.07.2010. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013;
- "Pagamentos Antecipados de Requerimentos Mínimos de Provimento de Fundos" (alteração ao IFRIC 14). As alterações corrigem uma consequência não intencional do IFRIC 14, IAS 19 - "Limite de Ativo de Benefício Definido, Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação", emitido em novembro de 2009 e aplicáveis em exercícios iniciados em ou após: 01.01.2011. A Companhia aplicará nos exercícios iniciados em 01.01.2013, se aplicável.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Aprimoramentos aos IFRS em 2010

As alterações relacionadas a seguir geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciando após 01.01.2011, a não ser que seja indicado de outra forma. A aplicação antecipada, embora permitida pelo IASB, não está disponível no Brasil.

- IFRS 1 - "Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade"
 - a) Mudanças na política contábil no ano da adoção, aplicado prospectivamente;
 - b) Base de reavaliação como custo atribuído (deemed cost). As entidades que adotaram IFRS em períodos anteriores podem aplicar a alteração retroativamente no primeiro período anual após a alteração entrar em vigor, contanto que a data da mensuração esteja no período abrangido pelas primeiras demonstrações financeiras em IFRS;
 - c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados (por exemplo, concessionárias de serviços públicos), aplicado prospectivamente
- IFRS 3 - "Combinações de Negócios"
 - a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data da entrada em vigor do IFRS revisado. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicada retroativamente;
 - b) Mensuração de participações não controladoras, aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente, a partir da data em que a entidade aplicar o IFRS 3;
 - c) Uso do custo estimado para operações sujeitas a preços regulados, aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.07.2010. Aplicado prospectivamente.
- IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente;
- IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Financeiras", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente;
- IAS 27 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas e separadas", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.07.2010 Aplicado retroativamente;
- IAS 34 - "Apresentação de Relatórios Financeiros Intermediários", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011; e
- IFRIC 13 - "Programas de Fidelização de Clientes", aplicáveis aos períodos anuais iniciados em ou após 01.01.2011. Aplicado retroativamente.

3 Principais Julgamentos Contábeis e Estimativas

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na NE nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1 Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos, exceto aqueles que envolvem estimativas (vide NE nº 3.2), efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3.1.1 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Administração revisou os ativos financeiros da Companhia em conformidade com a manutenção do capital e as exigências de liquidez e confirmou a intenção e a capacidade de manter esses ativos até o vencimento. O valor contábil dos ativos financeiros mantidos até o vencimento é de R\$ 719 em 31.12.2010 (R\$ 770 em 31.12.2009 e R\$ 1.729 em 01.01.2009). Os detalhes a respeito desses ativos estão descritos na NE nº 6.

3.2 Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.2.1 Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na NE nº 30, de instrumentos financeiros, a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A referida nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

3.2.2 Receita não faturada

Para mensurar a receita realizada, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, a Companhia utiliza controles que permitam conhecer a média de consumo destas unidades consumidoras e calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

3.2.3 Vida útil dos itens do ativo intangível (vida finita)

Conforme descrito na NE nº 2.18 Ativos Intangíveis, a Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo intangível anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente foram avaliadas as expectativas de vida útil, as quais não sofreram alterações.

3.3 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela Entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 Efeitos da Adoção das IFRSs nas Demonstrações Financeiras

4.1 Aplicação da IFRS

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31.12.2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as IFRSs. A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na NE nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 01.01.2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas na IFRS 1 e no CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, conforme descrito nas notas seguintes.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



4.1.1 Isonções da aplicação retrospectiva completa – escolhidas pela Companhia

A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções com relação à aplicação retrospectiva:

(a) Isenção do benefício a empregados

A Companhia optou por reconhecer todos os ganhos e perdas atuariais passados cumulativamente em 01.01.2009. A aplicação dessa isenção está detalhada na NE nº 4.3.5.

(b) Isenção relativa aos custos de empréstimos.

A Companhia aplica a isenção relativa aos custos de empréstimos estabelecidos no IFRS 1 e IAS 23/CPC 20, assim sendo não capitalizou juros aos ativos qualificáveis que ocorreram antes de 01.01.2009, data de transição.

4.1.2 Exceções da aplicação retrospectiva seguidas pela Companhia

As estimativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras em 01.01.2009 e em 31.12.2009 são consistentes com as estimativas feitas nas mesmas datas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente ("BR GAAP antigo").

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****4.2 Conciliações para as práticas contábeis anteriores****4.2.1 Efeitos da adoção das IFRSs no balanço patrimonial**

ATIVO	Item	BR GAAP anterior	Adoção		BR GAAP anterior	Adoção		
			novos CPCs			IFRSs	novos CPCs	
			Ajustes	IFRSs			Ajustes	IFRSs
		01.01.2009		01.01.2009	31.12.2009		31.12.2009	
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa		354.286	-	354.286	192.468	-	192.468	
Aplicações financeiras - títulos e valores mob. e cauções e depósitos vinculados		37.208	-	37.208	19.626	-	19.626	
Clientes	4.3.1	759.209	(2.730)	756.479	835.788	(573)	835.215	
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná		47.133	-	47.133	49.549	-	49.549	
Outros créditos		72.640	-	72.640	95.047	-	95.047	
Estoques		48.150	-	48.150	76.170	-	76.170	
Imposto de renda e contribuição social	4.3.7	85.772	-	85.772	147.723	(2.632)	145.091	
Outros tributos correntes a recuperar		22.926	-	22.926	24.988	-	24.988	
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.7	32.702	(32.702)	-	29.574	(29.574)	-	
Despesas antecipadas		1.087	-	1.087	1.491	-	1.491	
Contas e compensação da "parcela A"	4.3.1	111.098	(111.098)	-	218.500	(218.500)	-	
Outros ativos regulatórios	4.3.1	31.511	(31.511)	-	17.526	(17.526)	-	
		1.603.722	(178.041)	1.425.681	1.708.450	(268.805)	1.439.645	
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Aplicações financeiras		37.868	-	37.868	24.195	-	24.195	
Clientes	4.3.1	81.855	(95)	81.760	51.377	(456)	50.921	
Repasse CRC ao Governo Estado do Paraná		1.272.770	-	1.272.770	1.205.025	-	1.205.025	
Depósitos judiciais	4.3.7	64.699	22.793	87.492	38.097	49.263	87.360	
Contas a receber vinculadas à concessão	4.3.3	-	807.025	807.025	-	1.097.120	1.097.120	
Outros créditos		4.709	-	4.709	4.611	-	4.611	
Outros tributos correntes a recuperar		52.497	-	52.497	71.775	-	71.775	
Imp. de renda e contribuição social diferidos	4.3.6/7	189.489	10.116	199.605	207.392	30.984	238.376	
Contas e compensação da "parcela A"	4.3.1	53.494	(53.494)	-	98.963	(98.963)	-	
Outros ativos regulatórios	4.3.1	11.085	(11.085)	-	-	-	-	
		1.768.466	775.260	2.543.726	1.701.435	1.077.948	2.779.383	
Investimentos		2.474	-	2.474	4.250	-	4.250	
Imobilizado	4.3.3	2.081.585	(2.081.585)	-	2.474.528	(2.474.528)	-	
Intangível	4.3.3	27.423	1.236.890	1.264.313	40.410	1.322.615	1.363.025	
		3.879.948	(69.435)	3.810.513	4.220.623	(73.965)	4.146.658	
TOTAL DO ATIVO		5.483.670	(247.476)	5.236.194	5.929.073	(342.770)	5.586.303	

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

PASSIVO	Item	Adoção			Adoção		
		BR GAAP anterior	novos CPCs		BR GAAP anterior	novos CPCs	
			Ajustes	IFRSs		Ajustes	IFRSs
		01.01.2009		01.01.2009	31.12.2009		31.12.2009
CIRCULANTE							
		109.161	-	109.161	139.562	-	139.562
		415.006	-	415.006	433.800	-	433.800
		157.717	-	157.717	202.146	-	202.146
	4.3.7	48.578	(48.578)	-	80.446	(80.446)	-
		14.313	-	14.313	12.490	-	12.490
	4.3.7	141.100	(10.853)	130.247	206.480	(95.212)	111.268
	4.3.5	15.106	(470)	14.636	15.501	-	15.501
		39.575	-	39.575	25.732	-	25.732
		93.506	-	93.506	106.761	-	106.761
		47.174	-	47.174	42.805	-	42.805
	4.3.1	28.327	(28.327)	-	25.020	(25.020)	-
	4.3.1	14.512	(14.512)	-	8.315	(8.315)	-
		1.124.075	(102.740)	1.021.335	1.299.058	(208.993)	1.090.065
NÃO CIRCULANTE							
		597.227	-	597.227	658.724	-	658.724
			-	-	48.311	-	48.311
	4.3.6/7	20.869	(18.372)	2.497	33.803	(33.803)	-
		153.326	-	153.326	147.224	-	147.224
	4.3.5	278.005	(51.160)	226.845	241.546	-	241.546
		66.755	-	66.755	70.565	-	70.565
		15	-	15	-	-	-
	4.3.7	191.483	22.793	214.276	229.129	49.263	278.392
	4.3.1	2.373	(2.373)	-	25.020	(25.020)	-
	4.3.1	7.257	(7.257)	-	26	(26)	-
		1.317.310	(56.369)	1.260.941	1.454.348	(9.586)	1.444.762
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
		2.171.928	-	2.171.928	2.624.841	-	2.624.841
	4.3.3	-	-	-	-	11.464	11.464
		66.289	-	66.289	82.274	-	82.274
		804.068	(99.220)	704.848	468.552	(230.867)	237.685
	4.3.7	-	10.853	10.853	-	95.212	95.212
		3.042.285	(88.367)	2.953.918	3.175.667	(124.191)	3.051.476
TOTAL DO PASSIVO							
		5.483.670	(247.476)	5.236.194	5.929.073	(342.770)	5.586.303

4.2.2 Conciliação do patrimônio líquido

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Item	01.01.2009	31.12.2009
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas			
contábeis anteriores		3.042.285	3.175.667
Reconhecimento de contratos de concessão	4.3.3	(37.670)	(45.119)
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(157.544)	(277.636)
Benefício pós-emprego	4.3.5	51.631	-
Dividendos adicionais propostos	4.3.7	10.853	95.212
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	-	7.772
Outros efeitos da transição		-	(17.447)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.6	44.363	113.027
Total dos ajustes no patrimônio líquido		(88.367)	(124.191)
Total do patrimônio líquido de acordo com as IFRSs		2.953.918	3.051.476

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****4.2.3 Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração do resultado**

OPERAÇÕES CONTINUADAS	Item	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
		31.12.2009		31.12.2009
RECEITA OPERACIONAL				
Fornecimento de energia elétrica	4.3.1	1.967.069	(6.894)	1.960.175
Suprimento de energia elétrica		57.879	-	57.879
Disponibilidade da rede elétrica	4.3.1	1.816.726	(14.894)	1.801.832
Receita de construção	4.3.4	-	545.882	545.882
Outras receitas operacionais	4.3.1	48.407	6.748	55.155
		3.890.081	530.842	4.420.923
Custos Operacionais		-		
Energia elétrica comprada para revenda	4.3.1	(1.930.130)	(107.840)	(2.037.970)
Encargos de uso da rede elétrica	4.3.1	(490.646)	56.475	(434.171)
Pessoal		(454.407)	-	(454.407)
Planos previdenciário e assistencial	4.3.6	(21.957)	(39.938)	(61.895)
Material		(44.306)	-	(44.306)
Serviços de terceiros		(167.889)	-	(167.889)
Depreciação e amortização	4.3.3	(145.789)	(35)	(145.824)
Custo de construção	4.3.4	-	(545.882)	(545.882)
Outros custos		(565)	-	(565)
		(3.255.689)	(637.220)	(3.892.909)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		634.392	(106.378)	528.014
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com vendas		(38.733)	-	(38.733)
Despesas gerais e administrativas	4.3.3/5	(232.234)	(29.140)	(261.374)
Outras receitas (despesas), líquidas	4.3.3/5	(113.793)	(9.260)	(123.053)
		(384.760)	(38.400)	(423.160)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		249.632	(144.778)	104.854
Resultado Financeiro				
Receitas financeiras	4.3.1/3	228.294	(58.405)	169.889
Despesas financeiras	4.3.1/2/3	(100.916)	(3.033)	(103.949)
		127.378	(61.438)	65.940
LUCRO OPERACIONAL		377.010	(206.216)	170.794
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Imposto de renda e contribuição social	4.3.6	(27.270)	(2.631)	(29.901)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.3.6	(30.027)	77.200	47.173
		(57.297)	74.569	17.272
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		319.713	(131.647)	188.066

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

4.2.4 Conciliação do resultado

RESULTADO	Item	Lucro operacional	Lucro líquido do exercício
			31.12.2009
Lucro de acordo com as práticas contábeis anteriores		377.010	319.713
Reconhecimento de contratos de concessão	4.3.3	(24.818)	(24.818)
Capitalização de custos de empréstimos	4.3.2	7.772	7.772
Baixa de ativos e passivos regulatórios	4.3.1	(120.092)	(120.092)
Benefício pós-emprego	4.3.5	(51.631)	(51.631)
Outros efeitos da transição		(17.447)	(17.447)
Efeitos dos tributos nos ajustes	4.3.6	-	74.569
Total dos ajustes no resultado		(206.216)	(131.647)
Lucro de acordo com as IFRSs		170.794	188.066

Efeitos da adoção das IFRSs na demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	BR GAAP anterior	Efeito da transição para as IFRSs	IFRSs
			31.12.2009
Fluxos de caixa das atividades operacionais	499.872	18.983	518.855
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(574.346)	(15.757)	(590.103)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(87.344)	(3.226)	(90.570)

4.3 Efeitos das mudanças de práticas contábeis decorrentes da adoção dos CPCs nas demonstrações financeiras da Companhia e da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras

4.3.1 Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (CPC Estrutura Conceitual).

As Companhias devem elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com esse pronunciamento, que dentre outros conceitos, estabelece as bases para reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas. As diferenças entre os valores estimados incluídos no cálculo da tarifa de energia elétrica e os efetivamente incorridos pela Companhia, reconhecidos antes da aplicação dos novos CPCs como ativos e passivos regulatórios não são, de acordo com esse pronunciamento, reconhecidos no balanço patrimonial, por não atenderem à definição de ativos e/ou passivos.

Como consequência, os saldos de ativos e passivos regulatórios contabilizados antes da data de adoção inicial dos novos CPC's foram reconhecidos contra lucros acumulados e resultado do período corrente, de acordo com o período de competência.

4.3.2 Custos de empréstimos (CPC 20)/IAS 23

A prática contábil adotada pela Companhia foi modificada para refletir o requerimento de capitalização de custos de empréstimos atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.

O montante dos custos de empréstimos elegíveis a capitalização foi definido pela Companhia pela aplicação da taxa média ponderada sobre os gastos do ativo intangível em fase de construção.

A Companhia adotou esta prática para os períodos contábeis iniciados a partir de 01.01.2009.

4.3.3 Contratos de Concessão (ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 e OCPC 05)

Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento de receita e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante do contrato de concessão de serviços públicos de energia elétrica, que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infra-estrutura da concessão, a Companhia reconheceu os seguintes:

Atividade de distribuição: (i) um ativo intangível que corresponde ao direito de acesso aos bens que compõem a infra-estrutura necessária para a realização dos serviços públicos, e (ii) um ativo financeiro correspondente ao saldo remanescente da infra-estrutura (valor residual da infra-estrutura física) no final da concessão a ser recebido diretamente do Poder Concedente, a título de indenização, pelos investimentos feitos pela Companhia em infra-estrutura e ainda não amortizados. De acordo com o estabelecido nos contratos de concessão esse ativo financeiro representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

O ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

Para os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, o ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo Poder Concedente considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e principalmente tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico) vinculada ao ativo financeiro.

Sobre esse ativo financeiro incide remuneração baseada no WACC regulatório homologado pela Aneel no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro é ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados a movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa dos fluxos de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, as variações no valor justo do saldo do ativo financeiro relacionado à percepção dos participantes de mercado em relação a diferença entre a taxa de remuneração regulatória e a taxa de mercado é ajustada periodicamente com base em metodologia determinada pela Administração e esse ajuste, quando aplicável, é registrado diretamente na conta de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

Considerando que o ativo financeiro é remunerado pelo WACC regulatório de **9,95%** ao ano e que esta remuneração é reconhecida como receita pelo faturamento mensal da tarifa ao consumidor, esse ativo financeiro já se encontra a valor presente.

4.3.4 Contratos de Construção (CPC 17/IAS 11)

Este pronunciamento estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas a contratos de construção e utiliza os critérios de reconhecimento estabelecidos no Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras para determinar o momento em que a receita do contrato e o custo a ela relacionada devem ser reconhecidas na demonstração do resultado.

Em atendimento a este pronunciamento técnico, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção. A margem de construção adotada foi estabelecida como sendo próximo a zero, para a atividade de distribuição, considerando que a Companhia terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionadas.

4.3.5 Benefícios a empregados

A Companhia optou por aplicar a isenção de benefícios a empregados do IFRS1. Considerando a regra de teto do ativo do IAS 19/CPC 33, registrou o passivo de R\$ 51.631 na conta de obrigações de aposentadoria de acordo com o BR GAAP anterior, que foi baixado contra lucros acumulados em 01.01.2009. A partir desta data, a Companhia está compensando as perdas atuariais com o superávit não reconhecido. Caso este superávit seja consumido por perdas atuariais no futuro, a Companhia passará a seguir a regra do corredor, ou seja, os ganhos e perdas somente serão reconhecidos na extensão que superarem 10% dos ativos do plano ou 10% do passivo de benefício a empregados projetado acumulado.

4.3.6 Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos

As mudanças das práticas contábeis com a implantação dos CPC`s geraram efeitos tributários, os quais foram neutralizados com a aplicação do Regime tributário de transição – RTT estabelecido pela lei 11.941 de 27.05.2009. Esta neutralidade gerou imposto de renda e contribuição social diferidos.

4.3.7 Reclassificações

De acordo com os novos pronunciamentos contábeis foram efetuadas as seguintes reclassificações às demonstrações financeiras da Companhia.

- Os depósitos judiciais relacionados a contingências prováveis e anteriormente registrados como redução das respectivas provisões foram reclassificados para o ativo não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Os impostos diferidos anteriormente apresentados no circulante foram reclassificados para o não circulante (IAS 1, CPC 26);
- Reclassificação de compensações entre ativo e passivo de tributos (CPC 26/IAS 1); e
- Os dividendos declarados acima do mínimo obrigatório, após a data das demonstrações financeiras, mas antes das mesmas serem autorizadas para emissão, eram reconhecidos como passivo. Nas novas práticas contábeis, estes dividendos permanecem no Patrimônio líquido.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****5 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remun. %	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Caixa e bancos	-	-	-	49.824	73.253	77.330
Aplicações financeiras	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração			
Banco do Brasil	CDB	29/06/10	102,00% CDI	-	-	11.734
Banco do Brasil	CDB	10/08/09	102,20% CDI	-	-	68.358
Banco do Brasil	CDB	24/08/09	102,20% CDI	-	-	29.302
Banco do Brasil	CDB	28/08/09	102,20% CDI	-	-	20.889
Banco do Brasil	CDB	11/09/09	102,20% CDI	-	-	42.610
Banco do Brasil	CDB	24/12/10	100,10% CDI	-	22.014	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	23/12/11	100,00% CDI	-	15.024	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	30/12/11	100,05% CDI	-	27.005	-
Caixa Econômica Federal	CDB Flex	12/02/10	99% CDI	-	-	709
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	24/11/10	99,5% Selic	-	-	10.115
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/10	99,5% Selic	-	-	12.064
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	08/12/10	99,5% Selic	-	-	31.144
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	21/12/10	99,5% Selic	-	-	50.031
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/11	99,7% Selic	-	35.114	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	08/12/11	99,7% Selic	-	20.058	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	19/11/12	100,00% CDI	30.375	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	31/12/12	100,00% CDI	30.011	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	22/11/12	99,90% CDI	17.248	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	29/11/12	99,90% CDI	20.182	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	03/12/12	99,90% CDI	50.420	-	-
Banco do Brasil	Op. Compromissada	17/12/12	99,90% CDI	14.059	-	-
Banco do Brasil	CDB	31/10/11	100,25% CDI	32.532	-	-
Banco do Brasil	CDB	26/11/12	100,20% CDI	15.152	-	-
Banco do Brasil	CDB	30/11/12	100,20% CDI	17.151	-	-
Banco do Brasil	CDB	03/12/12	100,20% CDI	12.097	-	-
Banco do Brasil	CDB	10/12/12	100,20% CDI	25.161	-	-
Banco do Brasil	CDB	20/12/12	100,20% CDI	20.065	-	-
Banco do Brasil	CDB	21/12/12	100,20% CDI	50.141	-	-
Banco do Brasil	CDB	22/12/12	100,20% CDI	20.048	-	-
Banco do Brasil	CDB	05/09/11	100,30% CDI	34.657	-	-
Banco do Brasil	CDB	06/11/11	100,30% CDI	11.866	-	-
Banco do Brasil	CDB	27/12/12	100,30% CDI	30.036	-	-
Banco do Brasil	CDB	28/12/12	100,30% CDI	25.020	-	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	27/11/12	99,7% Selic	22.158	-	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	28/11/12	99,7% Selic	37.251	-	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	19/11/12	99,8% Selic	26.251	-	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	04/12/12	99,8% Selic	55.286	-	-
Caixa Econômica Federal	Op. Compromissada	07/12/12	99,9% Selic	22.088	-	-
				619.255	119.215	276.956
				669.079	192.468	354.286

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a: Certificados de Depósitos Bancários – CDB; operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 31.12.2010, 31.12.2009 e 01.01.2009.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

6 Aplicações Financeiras

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Títulos e valores mobiliários (6.1)	30.813	19.429	37.174
Cauções e depósitos vinculados	201	197	34
	31.014	19.626	37.208
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (STN - NE nº 18.1)	26.280	24.195	37.868
	26.280	24.195	37.868

6.1 Títulos e valores mobiliários

		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Títulos disponíveis para venda				
CDB	CDI	22.803	15.960	14.544
Operação Compromissada	CDI	4.330	-	17.791
Operação Compromissada	Selic	2.961	2.699	3.110
		30.094	18.659	35.445
Títulos mantidos até o vencimento				
LTN	PRÉ-FIXADA	-	-	1.729
LFT	Selic	719	770	-
		719	770	1.729
		30.813	19.429	37.174

Letras do Tesouro Nacional - LTN

Letras Financeiras do Tesouro - LFT

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. As contrapartes têm, pelo menos, a classificação de crédito A. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do exercício.

Constituem garantia para os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs na CCEE.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****7 Clientes**

	SalDOS vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Consumidores						
Residencial	117.162	78.389	4.098	199.649	189.728	164.189
Industrial	109.273	25.218	34.448	168.939	163.710	141.088
Comercial	86.452	28.147	4.237	118.836	109.835	94.117
Rural	15.985	6.769	1.250	24.004	20.950	18.575
Poder público	19.970	19.235	4.061	43.266	38.154	24.948
Iluminação pública	15.199	286	188	15.673	13.317	14.341
Serviço público	13.970	355	10	14.335	12.388	12.286
Fornecimento não faturado	198.363	-	-	198.363	170.960	151.659
Parcelamento de débitos	83.567	6.656	10.184	100.407	95.988	90.180
Parcelamento de débitos - NC	40.498	-	-	40.498	48.036	78.123
Subsídio baixa renda - Eletrobrás (7.1)	24.376	-	-	24.376	11.386	28.800
Encargos moratórios s/ faturas energia	2.842	3.809	2.960	9.611	9.985	9.101
Governo do Paraná - luz fraterna	2.055	7.016	2.457	11.528	4.030	7.500
Outros créditos	13.046	5.360	5.984	24.390	14.960	14.615
Outros créditos - NC	3.231	-	-	3.231	2.884	3.637
	745.989	181.240	69.877	997.106	906.311	853.159
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia elétrica						
Contratos bilaterais	14.866	-	25	14.891	15.387	15.362
CCEE (NE nº 28)	14	-	-	14	901	14
	14.880	-	25	14.905	16.288	15.376
Encargos de uso da rede elétrica						
Rede elétrica	18.673	1.880	2.361	22.914	16.142	17.390
Rede básica e de conexão	253	1	2	256	223	7.406
	18.926	1.881	2.363	23.170	16.365	24.796
Prov. Créditos Liquidação Duvidosa (7.2)	-	-	(59.989)	(59.989)	(52.829)	(55.092)
	779.795	183.121	12.276	975.192	886.135	838.239
31.12.2010						
Circulante	736.066	183.121	12.276	931.463		
Não Circulante - NC	43.729	-	-	43.729		
31.12.2009						
Circulante	644.059	177.905	13.251		835.215	
Não Circulante - NC	50.921	-	-		50.921	
01.01.2009						
Circulante	605.890	144.106	6.483			756.479
Não Circulante - NC	81.760	-	-			81.760

O prazo médio de recebimentos das vendas de energia para consumidores é 12 dias.

7.1 Subsídio baixa renda - Eletrobrás

A Companhia iniciou, a partir de setembro de 2002, o faturamento do fornecimento de energia elétrica aplicando a tarifa social com base nos novos critérios de enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

Em 17.12.2002, a Lei nº 10.604 modificou a forma de compensação às concessionárias, autorizando a concessão de subvenção econômica, visando contribuir para a modicidade da tarifa social. Essa subvenção tem como fonte de recursos o adicional de dividendos das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás para a União, associado à comercialização de energia elétrica pelas geradoras federais nos leilões de energia, e recursos advindos da Reserva Global de Reversão - RGR.

A Aneel, por meio de suas resoluções, estabeleceu a metodologia para o cálculo de subvenção econômica a ser concedida às concessionárias, para contrabalançar os efeitos da política tarifária aplicável aos consumidores de baixa renda. Em dezembro de 2010, foram beneficiados 702.882 consumidores pela tarifa social, representando 23,7% do total de 2.964.793 consumidores residenciais.

7.2 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo
	31.12.2009			31.12.2010
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	6.245	11.680	(10.271)	7.654
Industrial	39.115	5.375	(4.715)	39.775
Comercial	5.863	8.540	(3.522)	10.881
Rural	185	163	(279)	69
Poder público	1.272	221	(40)	1.453
Iluminação pública	149	6	-	155
Serviço público	-	2	-	2
	52.829	25.987	(18.827)	59.989

	Saldo	Adições / (reversões)	Baixas	Saldo
	01.01.2009			31.12.2009
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	5.544	9.969	(9.268)	6.245
Industrial	39.749	4.800	(5.434)	39.115
Comercial	8.506	275	(2.918)	5.863
Rural	177	297	(289)	185
Poder público	947	325	-	1.272
Iluminação pública	169	(20)	-	149
Serviço público	-	1	(1)	-
	55.092	15.647	(17.910)	52.829

Os critérios utilizados, além da experiência da Administração em relação ao histórico das perdas efetivas, levam em consideração os parâmetros recomendados pela Aneel.

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Através do quarto termo aditivo assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou com o Governo do Estado do Paraná o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

Vencimento das parcelas de longo prazo

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	50.268
2011	-	52.845	53.611
2012	62.728	56.359	57.176
2013	66.899	60.107	60.979
2014	71.348	64.105	65.034
2015	76.093	68.368	69.359
2016	81.154	72.915	73.972
2017	86.551	77.764	78.892
2018	92.307	82.936	84.138
2019	98.446	88.451	89.734
2020	104.993	94.334	95.702
2021	111.976	100.607	102.066
2022	119.423	107.298	108.854
2023	135.836	114.434	116.094
após 2023	174.623	164.502	166.891
	1.282.377	1.205.025	1.272.770

Mutação do CRC

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 01.01.2009	47.133	1.272.770	1.319.903
Encargos	83.834	-	83.834
Variação monetária	(192)	(18.004)	(18.196)
Transferências	49.741	(49.741)	-
Amortizações	(130.967)	-	(130.967)
Em 31.12.2009	49.549	1.205.025	1.254.574
Encargos	79.546	-	79.546
Variação monetária	2.772	133.396	136.168
Transferências	56.044	(56.044)	-
Amortizações	(129.095)	-	(129.095)
Em 31.12.2010	58.816	1.282.377	1.341.193



COPEL

Copel Distribuição S.A.



9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Saldos	Ativo circulante	Ativo não circulante	brig. especiais não circulante	Total
Em 01.01.2009	-	1.978.748	(1.171.723)	807.025
Remuneração regulatória WACC	94.654	-	-	94.654
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(94.654)	-	-	(94.654)
Capitalizações do intangível em curso	-	380.844	(65.910)	314.934
Ajuste ref. ativos financeiros clas. como disponíveis p/ venda a)	-	17.369	-	17.369
Variação monetária	-	(36.052)	20.530	(15.522)
Baixas	-	(26.686)	-	(26.686)
Em 31.12.2009	-	2.314.223	(1.217.103)	1.097.120
Remuneração regulatória WACC	126.685	-	-	126.685
Recebimento da remuneração regulatória WACC	(126.685)	-	-	(126.685)
Capitalizações do intangível em curso	-	482.145	(69.889)	412.256
Transf. de investimentos - bens destinados a uso futuro	-	3	-	3
Ajuste ref. ativos financeiros clas. como disponíveis p/ venda a)	-	3.029	-	3.029
Variação monetária	-	290.312	(139.125)	151.187
Baixas	-	(25.707)	-	(25.707)
Em 31.12.2010	-	3.064.005	(1.426.117)	1.637.888

a) Efeitos decorrentes da variação do WACC determinado pela Aneel, em relação ao indicador definido pela administração da Companhia.

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Copel Distribuição (Concessionária - Operador), que regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, estabelece:

- Os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- Os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- Que ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- Que o preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01/IFRIC 12 e SIC 29 – Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide NE nº 15).

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

O ativo financeiro está classificado como instrumento financeiro disponível para venda, considerando a premissa adotada pela administração da Companhia de que o valor da indenização ao final do contrato de concessão será calculado pelo Poder Concedente considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição vinculada à concessão.

Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e principalmente tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infra-estrutura (ativo físico) vinculada ao ativo financeiro.

Sobre esse ativo financeiro incide remuneração baseada no WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente.

Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro é ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados a movimentação dos bens integrantes da infra-estrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa dos fluxos de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, as variações no valor justo do saldo do ativo financeiro relacionado à percepção dos participantes de mercado em relação a diferença entre a taxa de remuneração regulatória e a taxa de mercado é ajustada periodicamente com base em metodologia determinada pela Administração e esse ajuste, quando aplicável, é registrado diretamente na conta de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido.

10 Outros Créditos

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Serviços em curso, líquidos (10.1)	97.684	73.975	54.223
Alienação de bens e direitos	7.684	3.404	817
Adiantamento a empregados	6.073	5.577	5.558
Desativações em curso	5.974	5.337	4.224
Adiantamento a fornecedores	1.227	1.998	1.059
Salários de empregados cedidos a recuperar	1.226	737	931
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD (10.2)	(1.208)	(1.241)	(918)
Outros créditos	8.538	5.260	6.746
	127.198	95.047	72.640
Ativo não circulante			
Empréstimos compulsórios	2.833	3.814	3.560
Alienação de bens e direitos	447	797	1.149
	3.280	4.611	4.709

10.1 Serviços em curso

Referem-se, na sua maioria, aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e Programa de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

10.2 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD refere-se ao saldo de parcelamento de faturas contra cliente, com difícil realização, somado à parcela não realizável, principalmente, de Salários de empregados cedidos a recuperar.

11 Estoques

	Operação / Manutenção			Intangível em curso		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Almojarifado	68.321	61.405	37.547	124.506	167.529	100.094
Destinados a alienação	15.572	14.765	10.603	-	-	-
	83.893	76.170	48.150	124.506	167.529	100.094

12 Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros Tributos
12.1 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
IR e CSLL a compensar	224.667	174.992	186.255
IR e CSLL a compensar com o passivo	(193.982)	(29.901)	(100.483)
	30.685	145.091	85.772
Passivo circulante			
IR e CSLL a recolher	193.982	29.901	100.483
IR e CSLL a compensar com o ativo	(193.982)	(29.901)	(100.483)
	-	-	-

Os valores registrados como imposto de renda e contribuição social a compensar referem-se a antecipações e créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ, os quais são compensados com os respectivos impostos a pagar de cada empresa, conforme legislação tributária brasileira.

12.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido, calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%, e contribuição social diferida, calculada à alíquota de 9%.

O tributo sobre o plano assistencial está sendo realizado de acordo com a avaliação atuarial preparada anualmente por atuário independente, em conformidade com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09. Os tributos diferidos sobre as demais provisões para litígios serão realizados em virtude das decisões judiciais.

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

Os créditos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social foram constituídos conforme a demonstração a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo não circulante			
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	7.310	7.310	7.310
Planos previdenciário e assistencial	92.901	85.014	79.989
Outras adições temporárias			
Provisões para litígios	124.247	106.941	80.454
Provisão p/ créditos liquidação duvidosa	20.807	18.384	19.044
Outros		20.727	12.808
	245.265	238.376	199.605
Passivo não circulante			
Regime tributário de transição - RTT			
Remensuração de ativos	29.921	-	-
Outras exclusões temporárias			
Capitalização encargos financeiros	2.642	-	2.497
	32.563	-	2.497
	212.702	238.376	197.108

O Conselho Fiscal examinou e o Conselho de Administração da Controladora aprovou o estudo técnico elaborado pela sua Diretoria de Finanças, Relações com Investidores e de Controle de Participações, referente à projeção futura de lucratividade, no qual se evidencia a realização dos impostos diferidos. Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2010	(50.871)	47.995	-
2011	-	-	20.869
2012	-	-	22.439
2013	-	-	20.971
2014	-	-	20.945
2015	-	-	283.669
2016 a 2018	-	-	48.246
2019 a 2021	-	-	(8.371)
após 2021	-	-	(196.066)
	(50.871)	47.995	212.702

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****12.3 Outros tributos a compensar e a recolher**

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
ICMS a recuperar (12.3.1)	30.089	24.988	22.926
PIS/Pasep e Cofins a compensar	7.213	20.016	12.113
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	(7.213)	(20.016)	(12.113)
	30.089	24.988	22.926
Ativo não circulante			
ICMS a recuperar (12.3.1)	64.303	71.775	52.497
	64.303	71.775	52.497
Passivo circulante			
ICMS a recolher	166.551	158.026	126.875
PIS/Pasep e Cofins a recolher	39.375	23.756	28.449
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	(7.213)	(20.016)	(12.113)
Programas de Recuperação Fiscal (12.3.2)	34.658	26.860	-
IRRF sobre JSCP	16.480	9.350	10.734
Outros tributos	4.960	4.170	3.772
	254.811	202.146	157.717
Passivo não circulante			
Programas de Recuperação Fiscal (12.3.2)	11.553	48.311	-
	11.553	48.311	-

12.3.1 ICMS a recuperar

Os valores registrados como ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de bens para o ativo instituído pela Lei Complementar nº 87/96, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102, de 11.07.2000.

12.3.2 Programas de recuperação fiscal

	Valor da dívida	Benefícios Lei nº 11.941	Juros Selic	Valor da dívida atualizado	Antecipação	Saldo da dívida atualizado
Lei nº 11.941/09						
IRPJ	42.537	(8.763)	2.313	36.087	(16.253)	19.834
CSLL	5.925	(1.460)	299	4.764	(2.264)	2.500
Cofins	43.956	(9.853)	2.309	36.412	(16.795)	19.617
PIS/Pasep	9.543	(2.139)	501	7.905	(3.645)	4.260
	101.961	(22.215)	5.422	85.168	(38.957)	46.211

Os efeitos no resultado de 2010, contabilizados em despesas financeiras, são de R\$ 5.344, (R\$ 771 em 2009) no Resultado Financeiro, conforme NE nº 27.

Parcelamento - Lei nº 11.941/09

Foram incluídos no referido parcelamento, débitos fiscais, referente a IRPJ e CSLL de fevereiro de 2004, e ao IRPJ de dezembro de 2007, março e abril de 2008, os quais somam R\$ 48.463. Tais tributos foram quitados, em suas respectivas competências, através de Declarações de Compensação - Dcomp, que não foram homologadas pela RFB. Considerando o benefício de redução dos encargos moratórios e aplicação da taxa Selic (conforme estabelece a Lei nº 11.941/09), o valor da dívida, em 31.12.2010 equivale a R\$ 40.852. Ainda, no mesmo parcelamento foram incluídos débitos relativos à revisão da base de cálculo do PIS/Pasep e da Cofins dos anos de 2005 a 2008 no montante de R\$ 53.499, os quais, com a aplicação dos mesmos benefícios e da taxa selic até 31.12.2010 (conforme o § 3º do art. 3º da Lei nº 11.941/09), monta em R\$ 44.317.

Com o pagamento de parcelas até 31.12.2010, e a devida apropriação dos juros Selic sobre o parcelamento, conforme instrui o § 3º do art. 3º da referida Lei, o saldo total da dívida monta em R\$ 46.211.

Até o presente momento não houve homologação do parcelamento por parte da RFB.

A Companhia vem cumprindo rigorosamente suas obrigações relacionadas aos parcelamentos mencionados.

12.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A conciliação da provisão para IRPJ e CSLL, calculados pela alíquota fiscal, com os valores apresentados na demonstração do resultado é a seguinte:

	2010	2009
Lucro antes do IRPJ e CSLL	740.507	170.794
IRPJ e CSLL (34%)	(251.772)	(58.070)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	37.353	63.352
Despesas indedutíveis	(3.244)	(858)
Benefício fiscal-Lei nº11.941/09		7.574
Incentivos fiscais	1.715	794
Outros	(46)	4.480
IRPJ e CSLL correntes	(193.982)	(29.901)
IRPJ e CSLL diferidos	(22.012)	47.173
Alíquota efetiva - %	29,2%	-10,1%

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

13 Despesas Antecipadas

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante			
Prêmios de seguros	1.654	1.491	1.087
	1.654	1.491	1.087

14 Depósitos Judiciais

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Fiscais	838	743	908
Trabalhistas	60.665	51.078	67.925
Cíveis			
Fornecedores	73.400	25.650	2.828
Cíveis	8.084	7.966	11.578
Servidões de passagem	217	483	1.517
Consumidores	1.677	1.426	2.722
	83.378	35.525	18.645
Outros	3.014	14	14
	147.895	87.360	87.492

15 Intangível

	Contrato concessão	Amortiz. acumulada	31.12.2010
Em serviço - com vida útil definida (15.4)	3.675.078	(2.675.783) ⁽¹⁾	999.295
Em curso (15)	583.261	-	583.261
Obrigações Especiais (15.2)	(406.333)	112.756	(293.577)
			1.288.979

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

	Contrato concessão	Amortiz. acumulada	31.12.2009
Em serviço - com vida útil definida (15.4)	3.581.979	(2.486.847) ⁽¹⁾	1.095.132
Em curso (15)	590.699	-	590.699
Obrigações Especiais (15.2)	(387.046)	64.240	(322.806)
			1.363.025

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	Contrato concessão	Amortiz. acumulada	01.01.2009
Em serviço - com vida útil definida (15.4)	3.480.661	(2.313.329) ⁽¹⁾	1.167.332
Em curso (15)	472.408	-	472.408
Obrigações Especiais (15.2)	(395.535)	20.108	(375.427)
			1.264.313

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

Mutação do intangível

Saldos	Contrato de concessão				Total
	em serviço	em curso	Obrigações especiais		
			em serviço	em curso	
Em 01.01.2009	1.167.332	472.408	(270.205)	(105.222)	1.264.313
Programa de investimentos	-	664.958	-	-	664.958
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(57.421)	(57.421)
Capitalizações - p/ o contas a rec. vinc. a concessão	-	(380.844)	-	65.910	(314.934)
Capitalizações - p/ o intangível em serviço	155.747	(155.747)	(28.539)	28.539	-
Quotas de amortização - concessão	(209.929)	-	42.413	-	(167.516)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(9.104)	-	1.905	-	(7.199)
Baixas	(7.449)	(9.765)	(186)	-	(17.400)
Transf. p/ investimentos-bens destinados a uso futuro	(1.465)	(311)	-	-	(1.776)
Em 31.12.2009	1.095.132	590.699	(254.612)	(68.194)	1.363.025
Programa de investimentos	-	632.525	-	-	632.525
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(89.176)	(89.176)
Capitalizações - p/ o contas a receber vinc. a concessão	-	(482.145)	-	69.889	(412.256)
Capitalizações - p/ o intangível em serviço	155.081	(155.081)	(22.936)	22.936	-
Quotas de amortização - concessão	(226.769)	-	46.068	-	(180.701)
Quotas de amortização - créditos Pasep/Cofins	(12.060)	-	2.448	-	(9.612)
Baixas	(12.089)	(2.752)	-	-	(14.841)
Transf. p/ investimentos-bens destinados a uso futuro	-	15	-	-	15
Em 31.12.2010	999.295	583.261	(229.032)	(64.545)	1.288.979

15.1 Contrato de concessão

O ativo intangível da concessão representa o direito de exploração dos serviços de construção e prestação dos serviços de fornecimento de energia elétrica que será recuperado através do consumo e consequente faturamento aos consumidores.

A Aneel estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e representa a melhor estimativa de vida útil econômica dos bens, aceitas pelo mercado dessa indústria.

A amortização do intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Copel Distribuição, com expectativa de amortização média de 15% ao ano, limitados ao prazo da concessão.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como contas a receber vinculadas a concessão (NE nº 9).

15.2 Obrigações especiais

As obrigações especiais representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à concessão.

O prazo esperado para liquidação dessas obrigações era a data de término da concessão. Com a Resolução Normativa Aneel nº 234, de 31.10.2006, alterada pela Resolução Normativa Aneel nº 338 de 25.11.2008, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, a característica dessas obrigações sofreu modificação. Tanto o saldo quanto as novas adições passaram a ser amortizados contabilmente a partir de 01.07.2008, conforme Despacho Aneel nº 3.073/06 e Ofício Circular nº 1.314/07. A amortização é calculada utilizando a mesma taxa média dos ativos correspondentes.

15.3 Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos. Neste contexto, e considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Empresa possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas.

As principais premissas que sustentam as conclusões dos testes de recuperação estão listadas abaixo:

- menor nível de unidade geradora de caixa: concessões detidas, analisadas individualmente;
- valor recuperável: valor de uso, ou valor equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos), derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil; e
- apuração do valor de uso: baseada em fluxos de caixa futuros, em moeda constante, trazidos a valor presente por taxa de desconto real e antes dos impostos sobre a renda.

Os respectivos fluxos de caixa são estimados com base nos resultados operacionais realizados, no orçamento empresarial anual da Companhia, aprovado em reunião ordinária do CAD, com consequente orçamento plurianual, e tendências futuras do setor elétrico.

No que tange ao horizonte de análise, leva-se em consideração a data de vencimento de cada concessão.

Com relação ao crescimento de mercado, as projeções estão compatíveis com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira.

Os respectivos fluxos são descontados por taxa média de desconto, obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado e referenciada pelo órgão regulador, levando em consideração o custo médio ponderado de capital (WACC).

A Administração entende ter direito contratual assegurado no que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final das concessões de serviço público, admitindo para fim de cálculo de recuperação e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor justo de reposição. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final das concessões ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente.

Com base nas premissas acima, a Companhia não identificou necessidade de constituição de provisão para redução do valor dos ativos ao valor recuperável.

Durante a atribuição dos novos custos, quando aplicável, este valor se limitou ao valor do teste de recuperação.

15.4 Valor de recuperação do ativo intangível (vida útil definida)

A Companhia avaliou o valor de recuperação dos seus ativos intangíveis com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos.

O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão, tendo como principais premissas:

- O crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira; e
- A taxa média de desconto obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital, conforme NE nº 15.3.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



15.5 Universalização e Programa Luz para Todos

A Aneel estabeleceu condições gerais para a Universalização do Acesso ao Serviço Público de Energia Elétrica através da Lei nº 10.438, de 26.04.2002, alterada pela Lei nº 10.762 de 11.11.2003, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ligadas em baixa tensão (inferior a 2,3 kV), com carga instalada de até 50 KW. A Resolução Aneel nº 223, de 29.04.2003, estabeleceu as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 52, de 25.03.2009. Norteadando o processo de revisão dos Planos de Universalização, a Agência Reguladora emitiu a Resolução Aneel nº 175, de 28.11.2005, sendo alterada pela Resolução Aneel nº 365, de 19.05.2009.

O Decreto nº 4.873 de 11.11.2003 instituiu o Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos, destinado a propiciar atendimento com energia elétrica à parcela da população do meio rural, voltada à agricultura familiar, que ainda não possui acesso a esse serviço público. O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia – MME e operacionalizado com a participação da Eletrobrás. No caso do Paraná, o Ministério é representado pela Eletrosul, e os participantes são o Governo do Estado do Paraná e a Copel. Outrossim, o Programa se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço de eletrificação do campo resulte em incremento da produção agrícola, fixando e dando condições melhores de vida ao homem do campo, em aumento de renda e na inclusão social da população beneficiada. O Programa foi prorrogado até 31.12.2011 por meio do Decreto nº 7.324, de 05.10.2010, para finalização das obras do Programa Luz para Todos contratadas junto à Eletrobrás.

Em 2010, foram ligadas 13.036 novas unidades consumidoras, alcançando aproximadamente 72.000 desde o início do Programa, a previsão é de alcançar 78.000 ligações até dezembro de 2011, concluindo com isso a universalização na área de concessão da Copel.

Foram firmados com a Eletrobrás quatro contratos de financiamento e concessão de subvenção no total de R\$ 278.166. Os dois primeiros contratos já se encerraram, continuando em vigência apenas o contrato ECFS nº 206/07, do qual já foram liberados R\$ 88.501 sendo 75.858 com recursos RGR e 12.643 com recursos de CDE do total de R\$ 109.642 previstos, e contrato ECFS 273/09, do qual já foram liberados R\$ 19.183 sendo 16.443 com recursos RGR e 2.740 com recursos de CDE do total de R\$ 63.944 previstos .

A composição total dos investimentos previstos nos contratos assinados para o Programa é a seguinte:



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Origem	R\$	Participação
Governo Federal - subvenção CDE	62.882	19%
Governo do Estado do Paraná	33.002	10%
Financiamento RGR	168.129	51%
Agente executor - Copel	66.007	20%
Total do programa	330.020	100%

Até dezembro de 2010 o valor total investido no Programa Luz para Todos foi de R\$ 322.598.

16 Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Obrigações Sociais			
Impostos e contribuições sociais	19.596	19.311	18.037
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	12.467	11.743	10.802
	32.063	31.054	28.839
Obrigações trabalhistas			
Folha de pagamento, líquida	11	72	57
Férias	39.684	37.492	34.680
Participação nos lucros e/ou resultados	46.715	46.102	45.580
Desligamentos voluntários	315	14.908	-
Compensação indenizatória - PDV	-	9.934	-
Consignações a favor de terceiros	2	-	5
	86.727	108.508	80.322
	118.790	139.562	109.161



COPEL

Copel Distribuição S.A.



17 Fornecedores

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Encargos de uso da rede elétrica			
Uso da rede básica	46.006	46.126	41.798
Transporte de energia	4.537	4.310	4.182
Uso da conexão	1.547	1.251	1.247
	52.090	51.687	47.227
Suprimento de energia elétrica			
Eletrobrás (Itaipu)	74.316	80.104	100.040
Furnas Centrais Elétricas S.A.	39.317	34.375	32.757
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	35.136	33.696	32.108
Concessionárias - CCEE (NE nº 28)	19.266	1.859	27.962
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	17.096	3.318	1.385
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	15.405	14.974	14.209
Companhia Energética de São Paulo - Cesp	14.356	12.031	11.488
Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.	14.185	11.330	10.234
Mecanismo de compensação de sobras e déficits - MCSD	14.002	10.018	3.031
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte	11.395	10.856	10.316
Itiquira Energética S.A.	10.025	10.000	9.247
Copel Geração e Transmissão S.A.	9.064	14.316	10.326
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	5.419	6.530	4.660
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	4.012	3.819	3.632
Light S.A.	2.993	2.838	2.710
CPFL Energia S.A.	-	10.041	994
Outras concessionárias	19.488	10.471	6.663
	305.475	270.576	281.762
Materiais e serviços			
Outros fornecedores	87.422	111.537	86.017
	87.422	111.537	86.017
	444.987	433.800	415.006

17.1 Principais contratos de compra de energia

O quadro abaixo apresenta os principais contratos de compra de energia, firmados em ambiente regulado. Tais contratos estão apresentados pelo valor original e são reajustados anualmente pelo IPCA.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

	Período de suprimento	Energia comprada (MWh médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2005	2005 a 2012	942,92	07.12.2004	57,51
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	450,88	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	9,79	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	67,65	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	43,25	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	160,04	14.12.2006	104,74
		1.674,53		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	28,56	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,26	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	41,59	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	66,32	16.12.2005	114,57
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	64,30	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	18,32	26.07.2007	134,64
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	52,50	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	117,27	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	51,07	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	12,24	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	303,99	30.09.2008	145,23
Santo Antonio	2012 a 2041	106,00	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	141,51	19.05.2008	71,37
		1.122,42		

18 Empréstimos e Financiamentos

	Principal	Encargos	Passivo circulante			Passivo não circulante		
			31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Moeda estrangeira			Total					
STN (18.1)	4.731	547	5.278	5.625	8.647	51.397	58.654	85.359
Eletrobrás	5	-	5	5	7	15	22	36
	4.736	547	5.283	5.630	8.654	51.412	58.676	85.395
Moeda nacional								
Banco do Brasil (18.2)	194	3	197	166	161	361.407	590	789
Eletrobrás (18.3)	12.459	11	12.470	6.694	5.498	112.892	87.958	67.142
	12.653	14	12.667	6.860	5.659	474.299	88.548	67.931
	17.389	561	17.950	12.490	14.313	525.711	147.224	153.326



COPEL

Copel Distribuição S.A.



Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador						
	31.12.2010	%	31.12.2009	%	01.01.2009	%
Moeda estrangeira						
Dólar norte-americano	56.695	10,43	64.306	40,26	94.049	56,10
	56.695	10,43	64.306	40,26	94.049	56,10
Moeda nacional						
TJLP	35	0,01	46	0,03	55	0,03
IGP-M	616	0,11	711	0,45	895	0,53
Ufir	125.363	23,06	94.651	59,26	71.361	42,57
Finel	-	-	-	-	1.279	0,77
CDI	360.952	66,39	-	-	-	-
	486.966	89,57	95.408	59,74	73.590	43,90
	543.661	100,00	159.714	100,00	167.639	100,00

Indexador e variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos

Moeda/Indexador	Varição (%)		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Dólar norte-americano	(4,31)	(25,49)	31,94
TJLP	6,00	6,12	6,27
IGP-M	11,32	(1,72)	9,81
Finel	2,18	(0,35)	1,90

Vencimentos das parcelas de longo prazo

	Moeda estrangeira	Moeda nacional			
			31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
2010	-	-	-	-	11.037
2011	-	-	-	15.423	12.241
2012	3.486	14.293	17.779	14.117	12.895
2013	2.236	134.621	136.857	12.811	11.143
2014	1.121	134.485	135.606	11.509	9.437
2015	-	134.421	134.421	10.292	7.820
2016	-	13.644	13.644	9.833	7.361
2017	-	13.002	13.002	9.190	6.719
2018	-	12.092	12.092	8.280	5.975
2019	-	9.344	9.344	5.532	3.726
2020	-	6.749	6.749	3.660	2.456
2021	-	1.648	1.648	2	5
após 2021	44.569	-	44.569	46.575	62.511
	51.412	474.299	525.711	147.224	153.326

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Mutação de empréstimos e financiamentos**

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 01.01.2009	8.654	85.395	5.659	67.931	167.639
Ingressos	-	-	-	27.994	27.994
Encargos	4.396	-	6.554	-	10.950
Varição monetária e cambial	(2.070)	(21.145)	(3)	(33)	(23.251)
Transferências	5.574	(5.574)	7.344	(7.344)	-
Amortização - principal	(6.471)	-	(6.142)	-	(12.613)
Amortização - juros e variação	(4.453)	-	(6.552)	-	(11.005)
Em 31.12.2009	5.630	58.676	6.860	88.548	159.714
Ingressos	-	-	-	388.116	388.116
Encargos	2.834	-	15.484	10.953	29.271
Varição monetária e cambial	(281)	(2.387)	16	48	(2.604)
Transferências	4.877	(4.877)	13.366	(13.366)	-
Amortização - principal	(3.123)	-	(7.502)	-	(10.625)
Amortização - juros e variação	(4.654)	-	(15.557)	-	(20.211)
Em 31.12.2010	5.283	51.412	12.667	474.299	543.661

18.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

A reestruturação da dívida de médio e longo prazo, assinada em 20.05.1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62, está demonstrada no quadro a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)			
				31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<i>Par Bond</i>	30	15.04.2024	30	26.591	27.787	37.296
<i>Capitalization Bond</i>	20	15.04.2014	10	7.947	10.673	17.507
<i>Debt Conversion Bond</i>	18	15.04.2012	10	3.761	6.568	12.368
<i>Discount Bond</i>	30	15.04.2024	30	18.376	19.251	25.896
<i>New Money Bonds</i>	15			-	-	466
<i>Flirb</i>	15			-	-	473
				56.675	64.279	94.006

As taxas de juros praticadas e as amortizações são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
<i>Par Bond</i>	6,0	única
<i>Capitalization Bond</i>	8,0	semestral
<i>Debt Conversion Bond</i>	Libor semestral + 0,8750	semestral
<i>Discount Bond</i>	Libor semestral + 0,8125	única

Em garantia a esse contrato, a Companhia cede e transfere à União, condicionado ao inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, os créditos que forem feitos à sua conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das suas receitas próprias, até o limite suficiente para pagamento das prestações e demais encargos devidos em cada vencimento. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas, nos valores de R\$ 10.850 e R\$ 15.430, em 31.12.2010 (R\$ 9.990 e R\$ 14.205, em 31.12.2009 e R\$ 15.460 e R\$ 22.408, em 01.01.2009), respectivamente.(NE nº 6).

18.2 Banco do Brasil S.A.

A Companhia possui os seguintes contratos:

- 1) Contrato particular de cessão de crédito com a União, através do Banco do Brasil, assinado em 30.03.1994, amortizável em 240 parcelas mensais pelo sistema *price*, a partir de 01.04.1994, com atualização mensal pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e taxa de juros de 5,098% a.a. A garantia é vinculada à receita própria; e
- 2) Contrato de Abertura de Crédito Fixo nº 21/02155-4 no valor de R\$ 350.000, firmado entre a Copel Distribuição e o Banco do Brasil, assinado em 10.09.2010, destinado única e exclusivamente ao financiamento de capital de giro.

A dívida será paga em 3 prestações anuais e sucessivas, a primeira com vencimento em 25.08.2013, no valor de R\$ 116.666, e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015, acrescidas de encargos financeiros proporcionais à parcela de principal amortizado, de forma que, com o pagamento da última prestação, ocorra a liquidação da dívida.

Sobre o saldo devedor incidirão encargos, calculados com base no índice de remuneração básica das cadernetas de poupança - IRP e encargos adicionais com base na taxa flutuante de juros que serão calculados pelo método exponencial, com base na taxa equivalente diária – ano civil (365 ou 366 dias). A taxa efetiva resultante da unificação da taxa flutuante de juros, com o IRP, será equivalente, em cada período de cálculo, a 98,5% da variação do CDI nesse mesmo período. Os encargos serão debitados e capitalizados mensalmente na conta vinculada ao contrato, a cada data-base no vencimento e na liquidação da dívida, para pagamento juntamente com as parcelas do principal.

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a Copel Distribuição se obriga a ceder, vincular e penhorar em garantia a favor do Banco do Brasil, duplicatas mercantis, devidamente endossadas e acompanhadas de borderôs.

Os contratos contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



O montante de R\$ 350.000 foi liberado em sua totalidade em 10.09.2010.

18.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Empréstimos originados de recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, para expansão dos sistemas de distribuição. A amortização dos contratos vincendos iniciou em fevereiro de 1999, e o último pagamento está previsto para agosto de 2021. Os juros de 5,0% a 8,0% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice da Unidade Fiscal de Referência - Ufir.

Contrato ECFS - 142/06, assinado em 11.05.2006 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 74.340 para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 42.480 financiados com recursos da RGR e R\$ 31.860 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a, e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.09.2018.

O total de recursos desembolsados foi R\$ 63.104, sendo R\$ 36.056 com recursos da RGR e R\$ 27.048 com recursos da CDE. Está encerrada a fase de desembolsos.

Contrato ECFS - 206/07, assinado em 03.03.2008 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 126.430 para aplicação no Programa Nacional do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos. Em 14/09/10 foi assinado o aditivo ECFS-206-D / 2010, que altera o valor do financiamento para R\$ 109.642 sendo R\$ 93.979 financiado com recursos da RGR e R\$ 15.663 a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.08.2020. Em agosto de 2008, houve liberação de R\$ 37.929, sendo R\$ 32.511 com recursos da RGR e R\$ 5.418 com recursos da CDE. Em junho de 2009, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE. Em março de 2010, foram liberados R\$ 25.286, sendo R\$ 21.674 com recursos da RGR e R\$ 3.612 com recursos da CDE.

Contrato ECFS - 273/09, assinado em 18.02.2010 entre a Copel Distribuição e a Eletrobrás, no valor de R\$ 63.944. para aplicação no Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos", sendo R\$ 54.809 financiado com recursos da RGR e R\$ 9.134 com recursos da CDE, a título de subvenção econômica. O contrato possui carência de 24 meses, com juros de 5% a.a. e comissão de 1% a.a., e será pago em 120 parcelas mensais iguais e sucessivas, com vencimento final em 30.11.2022. Em dezembro de 2010, foram liberados R\$ 19.183 sendo R\$ 16.443 com recursos da RGR e R\$ 2.740 com recursos da CDE.

A garantia é representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Os contratos contém cláusulas prevendo vencimento antecipado em determinadas condições.

19 Benefícios Pós-Emprego

19.1 Plano de benefício previdenciário

A Companhia patrocina planos de complementação de aposentadoria e pensão (Plano Previdenciário I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

Os planos previdenciários I e II são planos de benefício definido (BD) em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo e o plano previdenciário III é um plano de contribuição definida (CD).

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 600/09, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o Pronunciamento Técnico CPC 33/IAS 19 e IFRC 14, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que trata de benefícios a empregados, correlacionada a norma contábil internacional IAS 19. As premissas econômicas e financeiras e para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

19.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidas em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

19.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores s reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Plano previdenciário (19.1)			
Plano de benefícios - Plano III (CD)	6.301	7.011	6.217
Plano assistencial (19.2)	273.238	250.036	235.264
	279.539	257.047	241.481
Circulante	16.811	15.501	14.636
Não circulante	262.728	241.546	226.845

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

Os valores s reconhecidos no demonstrativo de resultado estão resumidos a seguir:

	2010	2009
Plano previdenciário (CD)	34.776	36.457
Plano assistencial - pós-emprego	33.063	23.189
Plano assistencial	23.500	21.718
	91.339	81.364
(-) Apropriação no intangível em curso (a)	(4.980)	(4.740)
	86.359	76.624

a) Valor referente a apropriação de mão de obra direta do intangível em curso, não considera despesas administrativas.

O custo anual estimado para o exercício de 2010 pelo atuário independente resultou em receita devido aos ganhos atuariais que estão sendo amortizados, cujos valores ultrapassam o valor do custo normal periódico.

Do total dos custos, R\$ 70.581 (R\$ 61.895 em 2009) e R\$ 15.778 (R\$ 14.729 em 2009) foram incluídos como custos operacionais e despesas administrativas, respectivamente.

Mutação do saldo de benefícios pós-emprego

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Em 01.01.2009	14.636	226.845	241.481
Apropriação do cálculo atuarial	-	23.189	23.189
Contribuições previdenciárias e assistenciais	58.175	-	58.175
Transferências	8.488	(8.488)	-
Amortizações	(65.798)	-	(65.798)
Em 31.12.2009	15.501	241.546	257.047
Apropriação do cálculo atuarial	-	33.063	33.063
Contribuições previdenciárias e assistenciais	58.276	-	58.276
Transferências	11.881	(11.881)	-
Amortizações	(68.847)	-	(68.847)
Em 31.12.2010	16.811	262.728	279.539

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****19.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 600/09****19.4.1 Premissas atuariais**

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2010 e 2009, estão demonstradas a seguir:

	2010		2009	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	5,07%	-	5,20%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.	6,00%	11,37%	6,00%	11,51%
Crescimento salarial a.a.	2,00%	7,17%	2,00%	7,30%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos		AT - 83		AT - 49
Tábua de entrada em invalidez		Light M		Light

As avaliações atuariais complementares estão divulgadas nas Notas Explicativas nº 23.4 das Demonstrações Financeiras da Controladora da Copel.

20 Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Conta de consumo de combustível - CCC	27.607	4.460	22.174
Conta de desenvolvimento energético - CDE	18.807	17.818	14.904
Reserva global de reversão - RGR	6.061	3.454	2.497
	52.475	25.732	39.575

21 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

As concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas, a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e em programas de eficiência energética, conforme Lei 9.991/00 e Resoluções Normativas Aneel nº 316/08 e 300/08.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

Os saldos constituídos para aplicação em projetos de P&D e PEE são compostos da seguinte forma:

Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2010	Saldo em 31.12.2009	Saldo em 01.01.2009
Pesquisa e desenvolvimento - P&D						
FNDCT	-	1.451	-	1.451	713	9.620
MME	-	727	-	727	356	4.810
P&D	14.574	-	54.444	69.018	71.327	60.858
	14.574	2.178	54.444	71.196	72.396	75.288
Prog. de eficiência energética - PEE						
	61.627	-	72.005	133.632	104.930	84.973
	76.201	2.178	126.449	204.828	177.326	160.261
			Circulante	140.381	106.761	93.506
			Não circulante	64.447	70.565	66.755

Mutação dos saldos de P&D e PEE

	FNDCT circulante	MME circulante	P&D		PEE		Total
			circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 01.01.2009	9.620	4.810	28.673	32.185	50.403	34.570	160.261
Constituições	7.683	3.842	1.209	6.472	3.023	16.182	38.411
Juros Selic	-	-	938	3.762	1.236	5.185	11.121
Transferências	-	-	7.439	(7.439)	20.352	(20.352)	-
Recolhimentos	(16.590)	(8.296)	-	-	-	-	(24.886)
Conclusões	-	-	(1.912)	-	(5.669)	-	(7.581)
Em 31.12.2009	713	356	36.347	34.980	69.345	35.585	177.326
Constituições	8.496	4.248	-	8.496	-	21.240	42.480
Juros Selic	-	-	-	3.432	-	12.314	15.746
Transferências	-	-	4.465	(4.465)	47.135	(47.135)	-
Recolhimentos	-	-	(14.237)	-	(4.852)	-	(19.089)
Conclusões	(7.758)	(3.877)	-	-	-	-	(11.635)
Em 31.12.2010	1.451	727	26.575	42.443	111.628	22.004	204.828

22 Outras Contas a Pagar

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Passivo circulante			
Taxa de iluminação pública arrecadada	18.224	17.989	18.669
Consumidores	7.085	2.611	1.676
Devolução ao consumidor	7.027	13.444	14.999
Cauções em garantia	4.744	3.044	944
Adicional da CCC	4.286	-	-
Entidades seguradoras	1.338	927	1.252
Taxa de fiscalização Aneel	841	815	796
Adiantamento recebido de clientes	43	156	78
Parcela de ajuste encargos da rede	-	-	5.992
Outras obrigações	3.872	3.819	2.768
	47.460	42.805	47.174
Passivo não circulante			
Outras obrigações	-	-	15
	-	-	15

**COPEL****Copel Distribuição S.A.**

23 Provisões para Litígios

A Companhia responde por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para litígios sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

	31.12.2010		31.12.2009		01.01.2009	
	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados	Provisão p/ Litígios	Depósitos Vinculados
Fiscais (23.1)	12.753	56	5.786	24	5.412	-
Trabalhistas (23.2)	122.967	20.949	103.135	20.387	75.838	20.423
Benefícios a empregados (23.3)	46.502	-	29.730	-	28.502	-
Cíveis						
Fornecedores (23.4)	86.101	70.568	84.024	22.823	52.209	-
Cíveis e direito administrativo (23.5)	37.790	6.008	26.259	4.603	23.493	1.476
Serviços de passagem (23.6)	2.391	-	8.541	-	8.973	-
Desaprop. e patrimoniais (23.6)	1.784	-	1.349	-	295	-
Consumidores (23.7)	5.305	1.677	5.324	1.426	5.465	894
	133.371	78.253	125.497	28.852	90.435	2.370
Ambientais (23.8)	32	-	-	-	-	-
Regulatórias (23.9)	13.509	-	14.244	-	14.088	-
	329.134	99.258	278.392	49.263	214.275	22.793

Mutação das provisões para litígios

	Saldo em 31.12.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2010
Fiscais	5.786	10.938	(817)	(3.153)	12.754
Trabalhistas	103.135	39.089	(10.343)	(8.914)	122.967
Benefícios a empregados	29.730	24.502	(266)	(7.464)	46.502
Cíveis					
Fornecedores	84.024	2.733	(656)	-	86.101
Cíveis e direito administrativo	26.259	15.694	-	(4.163)	37.790
Serviços de passagem	8.541	170	(6.299)	(21)	2.391
Desaprop. e patrimoniais	1.349	502	-	(67)	1.784
Consumidores	5.324	776	(640)	(155)	5.305
	125.497	19.875	(7.595)	(4.406)	133.371
Ambientais	-	31	-	-	31
Regulatórios	14.244	5.601	(56)	(6.280)	13.509
	278.392	100.036	(19.077)	(30.217)	329.134

	Saldo em 01.01.2009	Constituições	Reversões	Quitações	Saldo em 31.12.2009
Fiscais	5.413	391	(18)	-	5.786
Trabalhistas	75.838	46.910	(169)	(19.444)	103.135
Benefícios a Empregados	28.502	2.351	(1.113)	(10)	29.730
Cíveis					
Fornecedores	52.209	31.815	-	-	84.024
Cíveis e direito administrativo	23.493	7.668	(1.198)	(3.704)	26.259
Serviços de passagem	8.973	479	(902)	(9)	8.541
Desapropriações e patrimoniais	295	1.090	(36)	-	1.349
Consumidores	5.465	903	(775)	(269)	5.324
	90.435	41.955	(2.911)	(3.982)	125.497
Regulatórios	14.088	161	(13)	8 ⁽¹⁾	14.244
	214.276	91.768	(4.224)	(23.428)	278.392

⁽¹⁾ Reclassificação do passivo circulante - Outras contas a pagar

Ações Prováveis

23.1 Fiscais

23.1.1 Impostos sobre serviços – ISS

As principais discussões referem-se a autuações fiscais lavradas em face da Companhia, por conta da eventual ausência de retenção do ISS na qualidade de tomadora do serviço contratado junto a terceiros no valor de R\$ 116.

23.1.2 Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS

No que tange ao ICMS, a grande maioria das discussões envolve a propositura de ação judicial pelos consumidores do Grupo A contra a inclusão da demanda contratada na base de cálculo do ICMS no valor de R\$ 6.401. Todavia, em quase todos esses processos, o Judiciário tem excluído a Companhia do pólo passivo da ação, mantendo apenas o Estado do Paraná como legitimado passivo por responder por eventual repetição de valores de ICMS cobrados indevidamente, sobre a demanda contratada de energia.

23.1.3 Imposto sobre propriedade predial e territorial urbana - IPTU

A Companhia discute administrativamente e judicialmente a incidência de IPTU sobre seus bens vinculados à concessão, ao argumento de que são imunes a impostos. Adicionalmente tem obtido sucesso em algumas execuções fiscais movidas pelos municípios do Estado do Paraná contra a Companhia no valor de R\$ 477.

23.1.4 Outros Tributos Federais

A Companhia possui outras ações relacionadas a tributos federais que totalizam R\$ 5.759.

23.2 Trabalhistas

Ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras e, também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade solidária) e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

23.3 Benefícios a empregados

Ações de aposentados (ex-empregados da Copel Distribuição) que apresentaram reclamação trabalhista contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia.

23.4 Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, depois de rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas que condenou a Copel a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão.

Considerando que ambas as empresas já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 01.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia à referidos levantamentos, remanescendo, além da discussão judicial em questão, a possibilidade de execução de eventual saldo remanescente que possa vir a ser apurado em decorrência das ações judiciais em questão, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que corrigidas até 31.12.2010, apontam para a importância de R\$ 100.286. Deste valor, R\$ 14.185 estão contabilizados na conta Fornecedores.

23.5 Cíveis e direito administrativo

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica e acidentes com veículos.

23.6 Servidões de passagem, desapropriações e patrimoniais

O contencioso patrimonial da Copel é constituído principalmente pelas ações de desapropriações e servidões, que impõem pagamentos a título de indenizações e que são sempre obrigatórias devido a preceito constitucional que obriga à justa e prévia indenização em dinheiro pelo desapossamento compulsório de áreas pela Administração Pública e nas servidões pela restrição no uso da propriedade sem transferir o domínio. As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Copel Distribuição para pagamento e o pleiteado pelo proprietário.

23.7 Consumidores

Ações pleiteando ressarcimento de danos causados em aparelhos eletrodomésticos, indenizações por dano moral decorrente da prestação do serviço (por exemplo, suspensão do fornecimento) e ações movidas por consumidores industriais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado e pleiteando restituição de valores envolvidos. A Companhia constituiu provisão tomando por base o diferencial de alíquota, cobrada dos consumidores industriais, no período de março a novembro de 1986, acrescida de encargos financeiros, cujos montantes são considerados suficientes.

23.8 Ambientais

O contencioso ambiental judicial da Companhia refere-se, basicamente, a ações civis públicas e ações populares, que têm como finalidade obstaculizar o andamento de licenciamento ambiental de novos projetos ou a recuperação de áreas de preservação. Em caso de eventual condenação, estima-se somente o custo da elaboração de novos estudos ambientais e o custo de recuperação das áreas de propriedade da Companhia.

23.9 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles, o valor de R\$ 8.582, refere-se às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CEEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

Ações Possíveis

As causas classificadas como de perda possível, estimadas pela Companhia em 31.12.2010, totalizaram R\$ 1.828.704 distribuídos em ações das seguintes naturezas: trabalhistas R\$ 94.936, benefícios a empregados R\$ 27.786; regulatórias R\$ 1.627.758; cíveis R\$ 39.401; e tributárias R\$ 38.823.

Dentre as ações regulatórias, destaca-se a que envolve o Despacho Aneel nº 288, no valor de R\$ 1.473.000, detalhada na NE nº 28. O restante das causas regulatórias possíveis se distribuem em aproximadamente 24 ações, relativas a matérias regulatórias diversas.

As ações trabalhistas, de benefícios a empregados, cíveis, administrativas, ambientais, patrimoniais, classificadas como possíveis, se distribuem em aproximadamente 2.562 ações, com valores individuais estimados pelos assessores legais da Companhia inferiores à R\$ 3.605.

24 Patrimônio Líquido

24.1 Capital Social

O capital social em 31.12.2010 monta a R\$ 2.624.841, composto por 2.624.840.634 ações, todas ordinárias, pertencentes à Copel.

24.2 Reserva de lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Reserva legal	108.500	82.274	66.289
Reserva para investimentos	570.007	237.685	704.848
Dividendo adicional proposto	-	95.212	10.853
	678.507	415.171	781.990

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital.

A reserva para investimentos visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei das Sociedades Anônimas. Sua constituição ocorre mediante retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a reserva legal e os juros sobre o capital próprio.

O dividendo adicional proposto corresponde à parcela do valor proposto pela Administração à Assembléia Geral, excedente aos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto. Em atendimento ao disposto no ICPC nº 08, é mantido em reserva específica no patrimônio líquido até a deliberação definitiva por parte da assembléia geral dos acionistas, quando então é reconhecido como dívida e transferido para o passivo circulante.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****24.3 Proposta de distribuição de dividendos**

	31.12.2010
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (30%)	
Lucro líquido do exercício	524.513
Reserva legal (5%)	(26.226)
Base de cálculo para dividendos mínimos obrigatórios	498.287
	149.486
Dividendos propostos, líquido (30%)	
Juros sobre capital próprio	109.863
IRRF s/ os juros sobre capital próprio	(16.479)
Dividendos propostos	56.102
	149.486

25 Receita Operacional Líquida

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2010
Fornecimento de energia elétrica	3.350.518	(311.325)	(907.487)	(26.756)	-	2.104.950
Suprimento de energia elétrica	71.382	(6.067)	-	(844)	-	64.471
Disponibilidade da rede elétrica	4.116.951	(381.262)	(1.057.679)	(560.556)	-	2.117.454
Receita de construção	599.634	-	-	-	-	599.634
Outras receitas operacionais	66.716	(6.171)	-	(7.600)	(126)	52.819
	8.205.201	(704.825)	(1.965.166)	(595.756)	(126)	4.939.328

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor	ISSQN	Receita líquida
						31.12.2009
Fornecimento de energia elétrica	3.093.678	(286.436)	(827.423)	(19.644)	-	1.960.175
Suprimento de energia elétrica	63.841	(5.383)	-	(579)	-	57.879
Disponibilidade da rede elétrica	3.473.773	(349.378)	(880.808)	(441.755)	-	1.801.832
Receita de construção	545.882	-	-	-	-	545.882
Outras receitas operacionais	71.382	(8.636)	-	(7.471)	(120)	55.155
	7.248.556	(649.833)	(1.708.231)	(469.449)	(120)	4.420.923

	Nº de consumidores ⁽¹⁾		MWh ⁽¹⁾	
	2010	2009	2010	2009
Consumidores				
Residencial	2.964.805	2.859.749	5.924.897	5.663.886
Industrial	69.198	66.960	7.091.967	6.704.400
Comercial	308.987	300.138	4.466.241	4.200.480
Rural	366.694	352.992	1.773.925	1.679.550
Poder público	34.842	34.016	611.764	593.711
Iluminação pública	10.037	9.601	799.647	780.175
Serviço público	4.203	4.117	611.058	595.932
Consumo próprio	633	610	24.747	23.865
	3.759.399	3.628.183	21.304.246	20.241.999
Revendedores				
Suprimento - curto prazo - CCEE	-	-	61.328	237.549
Concessionárias	-	-	547.808	508.691
			609.136	746.240
			21.913.382	20.988.239

⁽¹⁾ Informações não auditadas pelos auditores independentes

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Encargos do consumidor**

	2010	2009
Conta de desenvolvimento energético - CDE	225.686	213.822
Conta de consumo de combustível - CCC	279.926	184.090
Quota para reserva global de reversão - RGR	34.888	33.095
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	42.480	38.411
Outros encargos	12.776	31
	595.756	469.449

Fornecimento de energia e disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

	Fornecimento de energia elétrica		Disponibilidade da rede elétrica	
	2010	2009	2010	2009
Residencial	1.156.856	1.071.740	1.336.081	1.142.062
Industrial	1.029.084	946.566	1.238.702	1.043.669
Comercial, serviços e outras atividades	764.857	702.088	892.046	748.765
Rural	146.606	135.646	170.367	144.807
Poder público	102.035	95.853	119.089	102.078
Iluminação pública	78.226	73.883	91.341	78.839
Serviço público	72.854	67.902	85.146	72.440
Consumidores livres	-	-	181.323	138.706
Rede básica, de fronteira e de conexão	-	-	2.856	2.407
	3.350.518	3.093.678	4.116.951	3.473.773

Suprimento de energia elétrica

	2010	2009
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	-	-
Contratos bilaterais	61.808	54.513
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	9.574	9.328
	71.382	63.841

Outras receitas operacionais

	2010	2009
Arrendamentos e aluguéis	53.755	57.177
Renda da prestação de serviços	5.055	4.369
Serviço taxado	7.423	9.179
Outras receitas	483	657
	66.716	71.382

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****26 Custos e Despesas Operacionais**

Os custos e despesas operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
2010					
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.170.875)	-	-	-	(2.170.875)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(468.723)	-	-	-	(468.723)
Pessoal e administradores (26.3)	(453.626)	-	(93.208)	-	(546.834)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	(70.581)	-	(15.778)	-	(86.359)
Material (26.4)	(53.336)	(678)	(6.118)	-	(60.132)
Serviços de terceiros (26.5)	(172.389)	(24.359)	(80.689)	-	(277.437)
Depreciação e amortização	(157.354)	-	(23.347)	-	(180.701)
Provisões e reversões (26.6)	-	(25.954)	-	(80.959)	(106.913)
Custo de construção	(599.634)	-	-	-	(599.634)
Outros custos e despesas (26.7)	(5.296)	4.253	(28.755)	(50.325)	(80.123)
	(4.151.814)	(46.738)	(247.895)	(131.284)	(4.577.731)

Natureza dos custos e despesas	Custos de bens e/ou serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras rec. (desp.), líquidas	Total
2009					
Energia elétrica comprada para revenda (26.1)	(2.037.970)	-	-	-	(2.037.970)
Encargos de uso da rede elétrica (26.2)	(434.171)	-	-	-	(434.171)
Pessoal e administradores (26.3)	(454.407)	-	(99.795)	-	(554.202)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19)	(61.895)	-	(14.729)	-	(76.624)
Material (26.4)	(44.306)	(2.788)	(6.384)	-	(53.478)
Serviços de terceiros (26.5)	(167.889)	(24.419)	(63.650)	-	(255.958)
Depreciação e amortização	(145.824)	-	(21.692)	-	(167.516)
Provisões e reversões (26.6)	-	(15.971)	-	(87.544)	(103.515)
Custo de construção	(545.882)	-	-	-	(545.882)
Outros custos e despesas (26.7)	(565)	4.445	(55.124)	(35.509)	(86.753)
	(3.892.909)	(38.733)	(261.374)	(123.053)	(4.316.069)

No quadro abaixo estão apresentados os saldos do custo de construção alocados nas respectivas naturezas de gasto:

	2010	2009
Pessoal e administradores	55.139	43.777
Material	359.948	358.194
Serviços de terceiros	156.618	131.431
Outros	27.929	12.480
	599.634	545.882

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****26.1 Energia elétrica comprada para revenda**

	2010	2009
Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Itaipu)	468.296	521.023
Furnas Centrais Elétricas S.A. - leilão	357.763	322.514
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf - leilão	332.801	305.207
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão	179.709	173.342
Companhia Energética de São Paulo - Cesp - leilão	129.120	115.162
Itiquira Energética S.A.	117.813	116.195
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte - leilão	109.926	99.748
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	105.363	75.685
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras - leilão	100.569	33.598
Copel Geração e Transmissão S. A.	79.243	123.482
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	54.761	41.603
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig - leilão	52.378	58.578
Cia. Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE - leilão	37.700	34.773
Light S.A. - leilão	28.557	26.166
Tractebel Energia S.A. - leilão	20.841	14.886
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(205.018)	(198.252)
Outras - leilão	201.053	174.260
	2.170.875	2.037.970

26.2 Encargos de uso da rede elétrica

	2010	2009
Furnas Centrais Elétricas S.A.	95.791	90.667
Copel Geração e Transmissão S.A.	68.923	73.490
Cia Transmissora de Energia Elétrica Paulista - Cteep	43.726	40.140
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf	38.122	36.618
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. - Eletronorte	31.704	26.404
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	26.665	26.518
Encargos dos serviços do sistema - ESS	41.021	24.251
Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig	16.323	15.412
TSN Transmissora Nordeste Sudeste de Energia S.A.	13.434	12.162
Novatrans Energia S.A.	13.289	11.991
Operador Nacional do Sistema	12.764	11.933
Cia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. - CEEE	11.281	10.727
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - Eate	11.102	10.165
ATE II Transmissora de Energia S.A.	5.692	5.166
Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. - Ente	5.675	5.163
Itumbiara Transmissora de Energia Ltda	5.391	4.909
Expansion Transmissora de Energia Elétrica S.A.	5.135	4.699
Empresa Transmissora de Energia Oeste Ltda - Eteo	4.563	4.152
STN Sistema de Transmissão Nordeste S.A	4.549	4.141
NTE Nordeste Transmissora de Energia S.A	3.968	3.627
ATE Transmissora Energia S.A	3.655	3.383
Integração Transmissão Energia - Intesa	3.533	2.876
Serra Mesa Transm. Energia Ltda. - SMTE	3.167	3.056
LT Triângulo S.A.	3.036	2.885
ATE III Transmissora Energia S.A	2.995	2.692
Arthemis Transmissora de Energia S.A	2.414	2.201
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(47.710)	(36.838)
Outras	38.515	31.581
	468.723	434.171



COPEL

Copel Distribuição S.A.



26.3 Pessoal e administradores

	2010	2009
Pessoal		
Remunerações	386.463	369.254
Encargos sociais	127.254	118.784
	513.717	488.038
Participação nos lucros e/ou resultados (a)	46.950	46.102
Auxílio alimentação e educação	49.716	42.122
Provisão para indenização - demissões voluntárias/aposentadorias	-	14.908
Indenização - demissões voluntárias/aposentadorias	12.420	11.469
Compensação indenizatória - PDV	-	9.934
	622.803	612.573
(-) Apropriação no intangível em curso (b)	(76.469)	(58.918)
	546.334	553.655
Administradores		
Honorários	454	522
Encargos sociais	46	25
	500	547
	546.834	554.202

a) A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos lucros e/ou resultados, pago com base em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

b) Valor referente à apropriação de mão de obra direta do intangível em curso (não considera despesas administrativas).

26.4 Material

	2010	2009
Sistema elétrico	21.374	13.728
Combustíveis e peças para veículos	20.435	19.361
Cantina	6.120	5.356
Construção civil	3.154	2.880
Expediente	3.646	5.430
Ferramental de serviço	1.324	1.929
Segurança	1.959	1.735
Informática	1.187	1.351
Outros materiais	933	1.708
	60.132	53.478



COPEL

Copel Distribuição S.A.



26.5 Serviços de terceiros

	2010	2009
Manutenção do sistema elétrico	67.580	57.446
Serviços de telecomunicações	33.262	28.926
Leitura e entrega de faturas	28.168	30.886
Agentes autorizados e credenciados	24.359	21.274
Processamento e transmissão de dados	19.732	12.620
Telefone	15.112	15.761
Limpeza de faixa de servidão	10.589	7.339
Apoio administrativo	10.144	9.508
Vigilância	8.008	6.382
Viagens	7.481	8.215
Consultoria técnica, científica e administrativa	7.313	11.333
Atendimento a consumidores	7.143	5.707
Treinamentos	6.440	5.509
Manutenção civil	5.359	4.162
Manutenção e conservação de veículos	4.516	3.867
Fretes e carretos	3.861	3.608
Postais e telegráficos	3.399	4.936
Telefonista	3.349	3.013
Serviços em área verde	2.376	2.054
Anúncios e publicações	646	662
Auditoria	106	123
Outros serviços	8.494	12.627
	277.437	255.958

26.6 Provisões e reversões

	2010	2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.954	15.971
Provisões (reversões) para litígios (NE nº 25)		
Fiscais	10.121	373
Trabalhistas	28.746	46.741
Benefícios a empregados	24.236	1.238
Fornecedores	2.077	31.815
Cíveis e direito administrativo	15.694	6.470
Servidões de passagem	(6.129)	(423)
Desaprop. e patrimoniais	502	1.054
Consumidores	136	128
Ambientais	31	-
Regulatórias	5.545	148
	80.959	87.544
	106.913	103.515

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****26.7 Outros custos e despesas operacionais**

	2010	2009
Perdas na desativação e alienação de bens	35.159	21.235
Indenizações	14.115	39.384
Taxa de fiscalização da Aneel	9.962	9.688
Arrendamentos e aluguéis	9.726	10.000
Tributos	8.079	5.440
Energia elétrica - consumo próprio	6.488	5.868
Propaganda e publicidade	3.762	3.237
Seguros	2.849	2.493
Perdas	2.034	2.439
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	1.716	1.369
Recuperação de custos e despesas	(21.644)	(21.983)
Outros custos e despesas, líquidos	7.877	7.583
	80.123	86.753

27 Resultado Financeiro

	2010	2009
Receitas financeiras		
Renda de aplic. financeiras mantidas p/ negociação	24.498	18.663
Renda de aplic. financeiras mantidas até o vencimento	69	124
Var. monetária s/ contas a receber vinc. a concessão	151.187	-
Var. monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	136.168	(18.196)
Renda sobre repasse CRC (NE nº 8)	79.546	83.834
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	67.446	57.150
Juros sobre impostos a compensar	12.670	18.400
Multas	7.748	8.214
Outras receitas financeiras	2.358	1.700
	481.690	169.889
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	52.601	50.085
IOF	19.327	9.542
Juros sobre P&D e PEE	15.746	11.121
Juros sobre parcelamento de tributos	5.344	771
Multas Sancionatórias e Outras	6.383	1.136
Var. monetária s/ contas a receber vinc. a concessão	-	15.522
Juros - Prog. de recuperação fiscal	-	16.609
Multa - Prog. de recuperação fiscal	-	1.238
Variações monetárias e cambiais	(3.892)	(2.679)
Outras despesas financeiras	7.271	604
	102.780	103.949
	378.910	65.940

Os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros para aplicações em obras foram apropriados através de transferências para Intangível em curso, totalizando o montante de R\$ 26.412 em 31.12.2010 (R\$ 11.117 em 31.12.2009).



COPEL

Copel Distribuição S.A.



28 Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

O Mercado Atacadista de Energia - MAE foi extinto e suas atividades, seus ativos e passivos foram, em 12.11.2004, absorvidos pela CCEE, que foi constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sob regulação e fiscalização da Aneel.

Os dados de comercialização de energia elétrica da Copel Distribuição, considerados na contabilização do MAE, atualmente CCEE, não foram reconhecidos pela Companhia como efetivos e definitivos para os exercícios de 2000, 2001 e primeiro trimestre de 2002. Esses dados foram calculados através de critérios e valores que levaram em conta decisões da agência reguladora, sendo objeto de contestação, e tendo a Companhia já encaminhado, pelas vias administrativas e judiciais, providências contra aquelas decisões.

O pleito está embasado substancialmente no fato de a Companhia ter efetuado transações de venda de energia, as quais não deveriam servir de base de cálculo efetuado pelo órgão regulador, para cumprir exclusivamente com contratos com clientes localizados no mercado da região sudeste. O montante estimado relativo às diferenças de cálculo é de aproximadamente R\$ 1.473.000 (valor atualizado em 31.12.2010), não reconhecido pela Companhia no passivo de fornecedores.

A Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, considera como possíveis as chances de perdas quando da decisão final desses processos judiciais.

Transações correntes no âmbito da CCEE

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativo circulante (NE nº 7)			
Até dezembro de 2009	14	901	14
	14	901	14
Passivo circulante (NE nº 17)			
Até dezembro de 2008	-	-	27.962
Até dezembro de 2009	-	1.859	-
Até dezembro de 2010	19.266	-	-
	19.266	1.859	27.962

A quantidade de energia comercializada, em MWh, está demonstrada no quadro a seguir:

	2010⁽¹⁾		2009⁽¹⁾	
	MWh	R\$ Mil⁽²⁾	MWh	R\$ Mil⁽²⁾
Compra	384.252	13.644	290.196	19.874
	384.252	13.644	290.196	19.874
Venda	61.328	2.009	237.549	5.161
	61.328	2.009	237.549	5.161

⁽¹⁾ Posição de acordo com as recontabilizações da CCEE até 31.12.2010

⁽²⁾ Nos montantes apresentados em R\$ Mil foram consideradas as diferenças de preço entre os submercados de comercialização

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****Mutação da CCEE**

	Valores a liquidar	Liquidação	Apropriação	Valores a liquidar
	31.12.2009			31.12.2010
Ativo circulante				
Até dezembro de 2009	901	-	(887)	14
	901	-	(887)	14
(-) Passivo circulante				
Até dezembro de 2009	1.859	(2.563)	704	-
De janeiro a março de 2010	-	(1.993)	1.993	-
De abril a junho de 2010	-	(16.994)	16.994	-
De julho a setembro de 2010	-	(29.174)	29.174	-
De outubro a dezembro de 2010	-	(3.046)	22.312	19.266
	1.859	(53.770)	71.177	19.266
Total líquido	(958)	53.770	(72.064)	(19.252)

29 Contratos de Arrendamento Operacional

29.1 A Companhia como arrendatária

	2010	2009
Imóveis	7.468	7.213
Fotocopiadoras	2.676	3.353
Outros	533	414
(-) Créditos de PIS e Cofins	(951)	(980)
	9.726	10.000

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2010, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Do total de R\$ 7.468 gastos com aluguel de imóveis, R\$ 4.490 referem-se ao contrato de locação do Pólo Km 3, firmado entre a Copel Distribuição e a Fundação Copel, o qual, dentre os contratos de aluguel, destaca-se como o contrato mais relevante para a Companhia. Para os períodos futuros este valor será corrigido com base na avaliação imobiliária do imóvel.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

29.2 A Companhia como arrendadora

Receita de arrendamentos e aluguéis	2010	2009
Equipamentos e estruturas	53.333	56.772
Imóveis	422	405
	53.755	57.177

Os arrendamentos operacionais referem-se receitas de aluguéis de bens de propriedade da Copel, o arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

Os arrendamentos de equipamentos e estruturas referem-se arrendamentos operacionais de cessão de pontos de fixação em espaço pré determinado nos postes para instalação de cabos, acessórios e equipamentos de serviços de telecomunicação, mediante pagamento mensal, atendendo o contido no Art. 73 da Lei nº 9472, de 16.07.1997 (Lei Geral das Telecomunicações), na Resolução Conjunta Aneel/Anatel/ANP nº 001 de 24.11.1999 e na Resolução Aneel nº 581 de 29.10.2002. Objetiva também a redução dos custos de implantação de infra-estrutura para os agentes dos setores elétrico e de telecomunicações, a otimização do uso dos postes e a obtenção de margem que contribua para tarifas mais competitivas (reverte para modicidade da tarifa de energia elétrica).

30 Instrumentos Financeiros

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia está restrita a Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores, concessionárias e permissionárias, Contas a receber de entidades governamentais, Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná, Aplicações Financeiras, Contas a receber vinculadas à concessão, Empréstimos e financiamentos e Fornecedores.

	Nível	Valor contábil		
		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa (NE nº 5)	-	669.079	192.468	354.286
Clientes (NE nº 7)	-	822.803	758.696	673.207
Contas a receber de entidades governamentais (NE nº 7)	-	152.389	127.440	165.032
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (NE nº 8)	-	1.341.193	1.254.574	1.319.903
Títulos e valores mobiliários (NE nº 6)	2	30.813	19.429	37.174
Cauções e depósitos vinculados (NE nº 6)	-	26.481	24.392	37.902
Contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	3	1.637.888	1.097.120	807.025
Passivos Financeiros				
Eletrobrás - Itaipu (NE nº 17)	-	74.316	80.104	100.040
Outros fornecedores (NE nº 17)	-	370.671	353.696	314.966
Empréstimos e financiamentos (NE nº 18)	-	543.661	159.714	167.639

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

30.1 Valor justo e nível de classificação para apuração do valor justo dos Instrumentos Financeiros

30.1.1 Ativos financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa, clientes e contas a receber de entidades governamentais tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, devido a sua natureza e prazos de realização.

Os Títulos e valores mobiliários e as cauções e depósitos vinculados tem valor justo de R\$ 30.813 e R\$ 26.481, respectivamente em 31.12.2010. O valor justo foi calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros para cada respectivo título e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

Repasso CRC ao Governo do Estado tem valor justo de R\$ 1.392.764, em 31.12.2010. Foi utilizada como premissa a comparação com um título do Tesouro Nacional de longo prazo e pós-fixado (NTN-B), o qual é remunerado aproximadamente em 6% a.a. mais IPCA.

30.1.2 Passivos financeiros não derivativos

Passivos com Eletrobrás – Itaipu, Petrobras e outros fornecedores tem valores justos que se aproximam de seus respectivos valores contábeis, em razão de sua natureza e prazos de liquidação.

Empréstimos e financiamentos tem valor justo de R\$ 515.127 em 31.12.2010. O valor justo foi calculado considerando como premissa básica o custo da última captação realizada pela companhia, em setembro de 2010, de 98,5% da variação do CDI.

30.1.3 Nível de classificação nº 3 para apuração do valor justo

Incluem nessa classificação as Contas a receber vinculadas à concessão e Outras obrigações – derivativos.

A composição detalhada do Contas a receber vinculadas à concessão está na NE nº 9, conforme abaixo:

- Quadro demonstrativo reconciliando os saldos iniciais com os saldos finais, com a demonstração separada das adições, baixas, transferências, perdas, variação monetária e ajuste ao valor justo;
- Critérios para apuração e mensuração; e

- Premissas adotadas pela administração da Companhia para atualização do valor indenizável.

30.2 Categoria de instrumentos financeiros

	Valor contábil		
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ativos Financeiros			
Recebíveis e empréstimos			
Caixa e equivalentes de caixa	669.079	192.468	354.286
Consumidores, concessionárias e permissionárias	822.803	758.696	673.207
Contas a receber de entidades governamentais	152.389	127.440	165.032
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	1.341.193	1.254.574	1.319.903
Cauções e depósitos vinculados	26.481	24.392	37.902
Disponível para venda			
Contas a receber vinculadas à concessão	1.637.888	1.097.120	807.025
Títulos e valores mobiliários	30.094	18.659	35.445
Mantidos até o vencimento			
Títulos e valores mobiliários	719	770	1.729
Passivos Financeiros			
Outros passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos	543.661	159.714	167.639
Eletrobrás - Itaipu	74.316	80.104	100.040
Outros fornecedores	370.671	353.696	314.966

30.3 Fatores de Risco

30.3.1 Risco de crédito

Risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, consumidores, concessionárias e permissionárias. Este risco está intimamente relacionado com fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.

30.3.2 Risco de moeda estrangeira - dólar norte-americano

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobrás (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A exposição ao risco de moeda estrangeira (dólar norte-americano) está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Cauções e dep. vinculados (STN)	26.280	-	26.280
Empréstimos e financiamentos Fornecedores	-	(56.695)	(56.695)
Eletrobrás (Itaipu)	-	(74.316)	(74.316)
	26.280	(131.011)	(104.731)

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio – fim de período (R\$/US\$ 1,75) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - 12.2011		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Cauções e depósitos vinculados	Alta do dólar	26.280	27.601	34.502	41.402
		26.280	27.601	34.502	41.402
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	56.675	59.525	74.406	89.288
Eletrobrás	Alta do dólar	20	21	27	32
		56.695	59.546	74.433	89.320
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	74.316	78.054	97.567	117.080
		74.316	78.054	97.567	117.080
Exposição Líquida		(104.731)	(109.999)	(137.498)	(164.998)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

30.3.3 Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

A exposição ao risco de taxa de juros e variações monetárias está demonstrada a seguir:

	Ativo	Passivo	Exposição líquida
			31.12.2010
Aplicações financeiras - Equivalentes de Caixa	619.255	-	619.255
Aplicações financeiras - Cauções e Títulos e Valores Mobiliários	31.014	-	31.014
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	1.341.193	-	1.341.193
Contas a receber vinculadas à concessão	1.637.888	-	1.637.888
Empréstimos e financiamentos	-	(486.966)	(486.966)
	3.629.350	(486.966)	3.142.384

Análise de sensibilidade

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2010 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (CDI/Selic – 12,25%, IGP-DI – 5,50%, IGP-M – 5,54% e TJLP – 6,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2011 do Relatório Focus do Bacen de 31.12.2010. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável.

Estas projeções consideram a posição do cenário base simulada em 31.12.2011.

Operação	Risco	Base 31.12.2010	Cenários projetados - 12.2011		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras-Equivalentes de Caixa	Baixa CDI/SELIC	619.255	693.936	675.266	656.595
Aplicações financeiras-Cauções e Tít. e Val. Mobiliários	Baixa CDI/SELIC	31.014	34.754	33.821	32.884
Repasse CRC - Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.341.193	1.414.959	1.396.518	1.378.076
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	1.637.888	1.728.627	1.705.942	1.683.257
		3.629.350	3.872.276	3.811.547	3.750.812
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	361.603	405.900	416.974	428.048
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽¹⁾	125.363	125.363	125.363	125.363
		486.966	531.263	542.337	553.411

⁽¹⁾ Empréstimo indexado à UFIR

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2010, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

30.3.4 Risco de vencimento antecipado

Risco proveniente do descumprimento de cláusulas contratuais restritivas, presentes nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia, as quais, em geral, requerem manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros), os quais são calculados e analisados periodicamente visando à manutenção dos parâmetros estipulados nos contratos.

30.3.5 Riscos ambientais

As atividades do setor de energia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados, independentemente da existência de culpa. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas e ter um efeito adverso para a Companhia. A Companhia assegura o equilíbrio entre a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas a serem observadas nas operações, a fim de reduzir o impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável de seu negócio.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



30.3.6 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas devido à redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2010, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações do ONS apontam para uma situação de segurança no atendimento ao mercado de energia elétrica nos próximos 5 anos, de maio de 2010 a dezembro de 2014. O critério de garantia de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (riscos de déficit de energia abaixo de 5%) é atendido com folga em todas as regiões durante o quinquênio para um cenário de crescimento médio do PIB da ordem de 5 % a.a., entre 2011 e 2014. Mesmo na hipótese de condições hidrológicas adversas, o atendimento ao mercado estará assegurado pela aplicação dos Procedimentos Operativos de Curto Prazo - POCP, aprovados pelo CMSE, e que poderão indicar despacho adicional de geração térmica e maximização de intercâmbios para garantir estoques de segurança nos reservatórios ao final de cada estação seca.

30.3.7 Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém concessão para exploração dos serviços distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam prorrogadas pelo Ministério das Minas e Energia - MME com subsídios da Aneel. Caso a prorrogação das concessões não seja deferida pelo Poder Concedente ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

O contrato de concessão firmado entre a Copel Distribuição e a Aneel, de junho de 1999, tem prazo de vencimento previsto para julho de 2015, com possibilidade de prorrogação por mais 20 anos, a critério do Poder Concedente.

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****30.4 Percentual de endividamento**

	31.12.2010	31.12.2009
Dívida - Empréstimos e financiamentos	543.661	159.714
Caixa e equivalentes de caixa e Aplic. financeiras	700.093	212.094
Dívida líquida (Negativa)	(156.432)	(52.380)
Patrimônio líquido	3.316.811	3.051.476
Percentual de endividamento líquido	-4,72%	-1,72%

30.5 Linhas de financiamentos

A Copel não opera com linhas de financiamentos como: Conta garantida não assegurada; Letras de câmbio não asseguradas; Conta garantida assegurada; e Linhas de crédito bancário asseguradas.

30.6 Tabela de liquidez e juros

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Caixa e equivalentes de caixa	-	669.079	-	-	-	-	669.079
Clientes	0,76%	21.266	9.486	28.414	59.980	-	119.146
Repasse CRC-Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	11.973	23.947	107.759	840.030	1.981.717	2.965.426
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	-	3.026	6.554	26.261	-	35.841
Cauções e depósitos vinculados	Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	98.724	98.724
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	14.307	28.615	128.767	2.681.832	-	2.853.521
		716.625	65.074	271.494	3.608.103	2.080.441	6.741.737
31 de dezembro de 2009							
Caixa e equivalentes de caixa	-	192.468	-	-	-	-	192.468
Clientes	0,76%	23.164	9.977	29.771	60.882	-	123.794
Repasse CRC-Governo do Estado do Paraná	6,65% a.a. + IGP-DI	10.758	21.515	96.819	738.003	1.899.229	2.766.324
Títulos e val. mobiliários + Fundos exclusivos	99,9% do CDI	122.006	1.090	10.934	6.724	-	140.754
Cauções e depósitos vinculados	Dólar ⁽³⁾	-	-	-	-	90.074	90.074
Contas a receber vinculadas à concessão	WACC+Tx retorno ⁽²⁾	9.506	19.013	85.557	481.170	1.463.419	2.058.665
		357.902	51.595	223.081	1.286.779	3.452.722	5.372.079

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada⁽²⁾ WACC regulatório + Taxa de retorno do empreendimento⁽³⁾ Moeda nacional: TR; Moeda estrangeira: vide NE nº 18

	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31 de dezembro de 2010							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	1.666	3.398	22.310	656.530	163.260	847.164
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	77.507	353.466	3.284.329	7.125.809	10.841.111
Outros fornecedores	-	291.211	124.117	2.451	28.395	-	446.174
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	414.149	2.042.764	13.479.585	43.263.760	59.200.258
		292.877	619.171	2.420.991	17.448.839	50.552.829	71.334.707
31 de dezembro de 2009							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 18	878	1.815	17.915	98.758	157.276	276.642
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	81.698	373.409	2.847.733	6.891.569	10.194.409
Outros fornecedores	-	317.809	101.312	1.166	14.567	-	434.854
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	363.939	1.740.965	13.643.252	43.415.944	59.164.100
		318.687	548.764	2.133.455	16.604.310	50.464.789	70.070.005

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

**COPEL****Copel Distribuição S.A.****31 Transações com Partes Relacionadas**

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo			Passivo			Resultado	
	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	2010	2009
Acionistas controladores								
Estado do Paraná								
Parcelamento faturas de energia (1)	39.838	36.270	50.712	-	-	-	1.292	3.959
Programa luz fraterna (2)	11.528	4.030	7.500	-	-	-	-	-
Remuneração e enc. sociais empreg. cedidos (3)	909	646	679	-	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.341.193	1.254.574	1.319.903	-	-	-	215.714	65.638
ICMS (NE nº 12.3.1)	94.392	96.763	75.423	166.551	158.026	126.875	-	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Juros sobre capital próprio	-	-	-	299.865	206.481	141.100	-	-
Dividendos	-	-	-	56.103	-	-	-	-
Financiamentos repassados - STN (NE 18.1)	-	-	-	56.675	64.279	94.006	-	-
Contrato de mútuo (4)	-	-	-	715.539	658.724	597.227	(56.918)	(50.412)
Entidades sob controle comum								
Copel Geração e Transmissão S.A.								
Prestação de serviços	276	293	272	-	-	-	4.419	3.894
Sistema de distribuição	256	240	367	-	-	-	3.042	3.185
Energia elétrica para revenda	-	-	-	9.064	14.316	10.326	(79.243)	(123.482)
Rede básica e de conexão	-	-	-	7.137	7.900	14.357	(68.923)	(73.490)
Copel Telecomunicações S.A.								
Prestação de serviços	20	19	18	-	-	-	231	197
Aluguel de estruturas	100	100	89	-	-	-	1.200	1.200
Serviços de telecomunicações	-	-	-	2.702	2.672	2.308	(33.262)	(28.966)
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.								
Sistema de distribuição	1.107	793	778	-	-	-	8.591	7.078
Prestação de serviços	30	29	-	-	-	-	355	372
Energia elétrica para revenda	-	-	-	15.405	14.974	14.209	(179.709)	(173.342)
Pessoal chave da administração								
Honorários, enc. sociais e outros (NE nº 26.3)	-	-	-	-	-	-	(500)	(547)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas								
Fundação Copel								
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	-	-	(4.783)	(4.764)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	-	-	279.539	257.047	241.481	-	-
Instit. de Tecnol. p/ o Desenvolvimento - Lactec (5)								
Prestação de serviço e Pesq. e Desenvolvimento	20.254	17.988	8.536	373	211	-	(1.601)	(3.008)

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel

- 1) Acordo de renegociação de faturas de fornecimento de energia elétrica e do Programa Luz Fraterna, com a Copel Distribuição, no valor original de R\$ 84.883, em 20.04.2007, para pagamento em 45 parcelas mensais, atualizadas por taxa Selic pós-fixada, gerando as receitas financeiras demonstradas no quadro.
- 2) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 KWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.

- 3) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para o saldo em 31.12.2010, foi constituída PCLD no valor de R\$ 610, (R\$ 527, em 31.12.2009) e (R\$ 527, em 01.01.2009).
- 4) Em 27.02.2007, foi aprovado pela Aneel o contrato de mútuo firmado entre a Companhia (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 1.100.000. O prazo definido foi de 5 anos, com juros de 104% da taxa DI, e a destinação dos recursos foi o programa de investimento da concessão e o pagamento das debêntures repassadas à Copel Distribuição, vencidas em 01.03.2007.
- 5) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

32 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir.

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (32.1)	24/8/2011	636.607
Incêndio - imóveis próprios e locados (32.2)	24/8/2011	372.455
Responsabilidade civil - Copel (32.3)	24/8/2011	6.000
Engenharia - Copel (32.4)	24/8/2011	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (32.5)	24/8/2011	apólice por averbação
Riscos diversos (32.6)	24/8/2011	196

32.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

32.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval.

32.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

32.4 Riscos de engenharia

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

32.5 Seguro de transporte

Garante cobertura contra as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

32.6 Riscos diversos

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



33 Gastos em Meio Ambiente

A Companhia vem desenvolvendo programas e buscando alternativas que possibilitem a redução dos impactos ambientais provocados pelo desempenho de suas atividades.

Dentro desta filosofia, como principais programas desenvolvidos para este objetivo, em 2010 e 2009, com os respectivos valores gastos, podemos citar:

	2010	2009
Rede Compacta e Linha Verde	90.796	78.691
Programa de eficiência energética – PEE e P&D	65.150	51.394
Programa de Gestão de Resíduos	2.900	1.798
Programa de Proteção a Fauna e a Flora	196	225
Programa de Educação Ambiental	190	367
Programa Tributo às Águas e outros	381	15
	159.613	132.490

Adicionalmente a Copel, em 31.12.2010, possui compromissos assumidos, no montante de R\$ 3.548, (R\$ 751 em 31.12.2009), os quais serão realizados nos próximos anos, reduzindo significativamente o risco de danos ambientais.



COPEL

Copel Distribuição S.A.



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A. SOBRE O
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, BALANÇO PATRIMONIAL, DEMAIS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PROPOSTA DA DIRETORIA PARA
DESTINAÇÃO DO RESULTADO.**

O Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado — através de análises de balancetes — a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2010, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Relatório da Deloitte Touche Tohmatsu - Auditores Independentes — bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à consequente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 22 de março de 2011

JOAQUIM ANTONIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA PORTES

Presidente

ROBERTO BRUNNER

SÉRGIO ROBERTO ZONATTO



Copel Distribuição S.A.



As Demonstrações Financeiras da Copel Distribuição S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 20 de abril de 2011.
